

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Emiliana da Consolação Ladeira

**A aposição e a determinação/especificação como estruturas nominais de
inserção sob a perspectiva da Semântica Enunciativa**

**BELO HORIZONTE
2018**

Emiliana da Consolação Ladeira

**A aposição e a determinação/especificação como estruturas nominais de
inserção sob a perspectiva da Semântica Enunciativa**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Linguística Teórica e Descritiva.

Área de Concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de Pesquisa: Estudos da Língua em Uso

Orientador: Prof. Dr. Luiz Francisco Dias

BELO HORIZONTE
Faculdade de Letras da UFMG
2018

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Faculdade de Letras/UFMG

L154a

Ladeira, Emiliana da Consolação.

A aposição e a determinação/especificação como estruturas nominais de inserção sob a perspectiva da Semântica Enunciativa [manuscrito] / Emiliana da Consolação Ladeira. – 2018.

161 f., enc. : il.

Orientador: Luiz Francisco Dias.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de pesquisa: Estudos da Língua em Uso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 157-161.

1. Língua portuguesa – Sintaxe – Teses. 2. Língua portuguesa – Semântica – Teses. 3. Enunciação – Teses. I. Dias, Luiz Francisco. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.5



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



FOLHA DE APROVAÇÃO

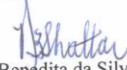
A aposição e a determinação/especificação como estruturas nominais de inserção sob a perspectiva da Semântica Enunciativa

EMILIANA DA CONSOLAÇÃO LADEIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, área de concentração LINGÜÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudos da Língua em Uso.

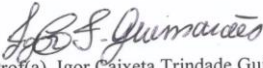
Aprovada em 11 de junho de 2018, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Luiz Francisco Dias - Orientador
UFMG


Prof(a). Neuza Benedita da Silva Zattar
UNEMAT


Prof(a). Gustavo Ximenes Cunha
UFMG


Prof(a). Priscila Brasil Gonçalves Lacerda
UFMG


Prof(a). Igor Caixeta Trindade Guimarães
Prefeitura de Belo Horizonte

Belo Horizonte, 11 de junho de 2018.

Aos meus pais, *Gabriel e Maria Augusta*;
Aos meus filhos, *Rodolfo, Rômulo e Gabriela*;
Aos meus netos, *Gabriel e Ana Luiza*.

AGRADECIMENTOS

Por esse momento singular e de muita importância em minha vida e carreira, tenho inúmeros agradecimentos a fazer. Agradeço profundamente

a Deus, ao meu mestre e amigo Jesus, ao meu Espírito-guia e protetor, anjo da guarda, por não me deixarem fraquejar;

ao meu orientador, Luiz Francisco Dias, pela confiança, paciência, orientação e exemplo que sempre foi para mim;

aos meus pais, Gabriel e Maria Augusta, por serem o meu pilar, o meu exemplo de força e determinação;

aos meus filhos, Rodolfo, Rômulo e Gabriela, por serem pessoas de Bem e por terem, em outra instância, me escolhido para receber-lhes como mãe e, assim, me fazem procurar, a cada dia, ser digna disso;

aos meus netos, Gabriel e Ana Luiza, por me inspirarem a seguir em frente, para estar junto deles sempre;

às minhas noras, Suellen e Esther, por serem tão meigas e por cuidarem das minhas preciosidades, dando-me tempo para dedicar-me, entre outras coisas, a este trabalho;

aos meus irmãos, irmãs, cunhados, cunhadas, sobrinhos e sobrinhas, por acreditarem que eu era capaz e torcerem muito para que tudo desse certo;

a EPCAR, na pessoa de seu comandante e da CPPD, por me concederem as liberações tão necessárias para que eu pudesse chegar a este momento;

aos colegas professores, pelo apoio e torcida;

à equipe de Língua Portuguesa, por tantas e tantas vezes terem que contornar e suprir as minhas ausências; a Ana Maria por revisar meu texto com carinho;

a Rivia e Lidi, pela companhia, amizade e carinho constantes e incondicionais, nos momentos bons e nos nem tanto...;

ao grupo ENUNCIAR, pelo apoio, amizade, torcida, sugestões, discussões, ideias e parceria que sempre nos caracterizou; especialmente Gabriele, Luciani, Igor e Priscila pelas leituras e críticas ao meu trabalho;

a Claudiene, pela amizade, companheirismo, solidariedade, inúmeros auxílios técnicos, revisão, mas, principalmente, pelo carinho que temos;

ao Gilmar, Ique e Thiago, pelo apoio logístico, companhia, coração e disponibilidade em me receber;

aos parceiros de opa e copo, turma do Chiquinho, Belelelê, Camarote, COEP..., vocês sabem o porquê;

a todos os meus amigos, pelas palavras de incentivo, pela torcida e carinhos devotados a mim.

“As coisas só têm significado quando nós as conhecemos.”

(autor desconhecido)

RESUMO

A tese que norteia o presente trabalho é a de que estruturas sintáticas como o aposto, adjuntos adnominais, complementos nominais, orações adjetivas e alguns adjuntos adverbiais possuem comportamento semântico muito aproximados e, por isso, podem ser tratados, semanticamente, como Estruturas Nominais de Inserção (ENI). Dessa forma, sustentamos que elas possuem papel enunciativo essencial na construção do sentido das sentenças em que aparecem, atuando decisiva e argumentativamente na construção do sentido desses enunciados. A partir da análise de algumas sentenças, propomos, segundo a perspectiva teórica da Semântica da Enunciação, um olhar mais atento para essas ENIs. Para tal, apoiamo-nos, principalmente, nos teóricos Oswald Ducrot, Marion Carel, Eduardo Guimarães, Priscila Lacerda e Luiz Francisco Dias, lançando mão de seus conceitos tais quais argumentação, domínio semântico memorável, eixos enunciativos, convergências enunciativas, formação nominal, pertinência enunciativa e referencial. Com isso, defendemos a ideia de que, em função do referencial presente nas formações nominais através das ENIs, o locutor argumenta e orienta o interlocutor na construção do sentido, do significado dos enunciados que ele produz. Essas estruturas, se, em termos sintáticos – principalmente o aposto –, são tratadas como “acessório”, em termos semânticos elas são tão essenciais que são capazes de modificar/alterar a compreensão do significado da sentença das quais elas fazem parte.

Palavras-chave: Aposição. Argumentação. Semântica Enunciativa. Referencial.

ABSTRACT

The thesis that guides this work is that syntactic structures such as the apostrophe, adnominal adjuncts, nominal complements, adjective clauses and some adverbial adjuncts have very approximate semantic behavior and, therefore, can be treated, semantically, as Nominal Insertion Structures (ENI). In this way, we maintain that they have essential enunciative role in the construction of the sense of the sentences in which they appear, acting decisively and argumentatively in the construction of the meaning of these statements. From the analysis of some sentences, we propose, according to the theoretical perspective of Semantics of Enunciation, a closer look at these ENIs. For this purpose, we rely mainly on the theorists Oswald Ducrot, Marion Carel, Eduardo Guimarães, Priscila Lacerda and Luiz Francisco Dias, using their concepts such as argumentation, memorable semantic domain, enunciative axes, enunciative convergences, nominal formation, pertinence enunciative and referential. With this, we defend the idea that, in function of the referential present in the nominal formations through the ENIs, the announcer argues and guides the interlocutor in the construction of the meaning, of the meaning of the statements that it produces. These structures, if in syntactic terms - especially the *wager* - are treated as "accessory", in semantic terms they are so essential that they are able to modify / change the understanding of the meaning of the sentence of which they are part.

Keywords: Apposition. Argumentation. Enunciative Semantics. Referential.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Esquema 1: Esquema atômico dos eixos constitutivos da sentença.....	47
Esquema 2: Contínuo +/- agregação ao DSM do verbo e +/- ao cenário de referência da sentença	48
Figura 1: Exemplo de entrada do sujeito no texto	18
Quadro A: Rede Enunciativa da convergência indicativa.....	50
Quadro B: Rede enunciativa da convergência posicional 1	51
Quadro 1: Comparativo das FNs que se referem ao nome Bruno	115
Quadro 2: Sentenças com ENIs que envolvem o nome Bruno.....	121
Quadro 3: Rede de convergência – Referencial 1	125
Quadro 4: Rede de convergência – Referencial 2	126
Quadro 5: Rede de convergência – Referencial 3	127
Quadro 6: Rede de convergência – Referencial 4	128
Quadro 7: Rede de convergência – Referencial 5	129
Quadro 8: Rede de convergência – Referencial 6	131

SUMÁRIO

1. O CENÁRIO	11
1.1 Introdução.....	11
1.2 A celeuma na classificação de alguns termos sintáticos ligados ao nome	14
1.3 O Adjunto Adnominal e outros: observâncias.....	15
1.4 Os limites da observação: Estruturas Nominais de Inserção (ENIs)	17
1.5 Fundamentos metodológicos.....	20
1.5.1 Rede enunciativa.....	22
1.6 Pressupostos e premissas assumidos	28
2 FIXANDO O OLHAR: mirando as ENIs	30
2.1 Semântica da enunciação.....	30
2.1.1 Enunciação e acontecimento enunciativo.....	33
2.1.2 Argumentação na língua.....	52
2.1.3 O nome próprio e alguns de seus determinantes	61
2.1.4 Formação Nominal e Referencial histórico	64
2.1.5 Pertinência enunciativa.....	67
3 A APOSIÇÃO: ENTRANDO EM CENA	69
3.1 O aposto: múltiplos ângulos e olhares	69
3.1.1 O olhar de fora.....	69
3.1.2 O olhar de casa	86
3.2 Afinal.....	98
4. AS ENIS EM CENA: ATUAÇÕES ENUNCIATIVAS	102
4.1 FNs com ENIs diversificadas	102
4.2 As ENIs e suas convergências	111
4.3 FNs com ENIs: entrando nos eixos	135
4.4 Argumentando com ENIs.....	140
5. FECHANDO AS CORTINAS	151
5.1 Preparando o próximo ato	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	158

1. O CENÁRIO

1.1 Introdução

Certas construções sintáticas em sentenças da Língua Portuguesa merecem, a nosso ver, um olhar mais atento e cuidadoso por suscitarem possibilidades de análise, interpretação e descrição mais profundas e profícuas em relação àquelas que temos visto até então. Dentre elas, destacamos aquelas em que aparecem nomes acompanhados de estruturas com caráter explicativo, tais como o aposto, adjuntos adnominais, complementos nominais e orações adjetivas. Isso porque acreditamos que o sentido das sentenças é construído discursiva e enunciativamente e em função da situação comunicativa em que ocorrem, mas também, e principalmente, em função das articulações semânticas e enunciativas dos termos que compõem esse enunciado.

Então, por acreditarmos ser de grande valor um estudo da aposição e da determinação/especificação em sentenças na Língua Portuguesa, adotamos uma atitude de olhar a Sintaxe com os olhos da Semântica Enunciativa, calcados em conceitos que essa teoria apresenta. Longe de ser apenas um “modo diferente de fazer a mesma coisa”, esse trabalho pretende compreender por que, em muitos casos, precisamos especificar/determinar aquilo que já o deveria ser por natureza, como, p.e., os nomes próprios, tal como em

- (1) “A Paris da minha infância não existe mais.”
- (2) Rui, morador de rua, pessoa digna de nossa piedade, está muito doente.
- (3) “... De agora em diante, eu quero ser chamado de “Calvin, o corajoso”.
- (4) O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime.

Temos algumas poucas hipóteses de que esse fenômeno se dá pela necessidade de se construir mais do que um referente, mas criar uma identização¹ do nome, como em (1). Parece haver também uma marcação de posicionamento do falante, como em (2). Ou que, mesmo sendo próprios, esses nomes precisam ainda, por razões enunciativas, de alguma especificação/determinação, como em (3). Em (4), pensamos ser razões de ordem social de renomeação ou até mesmo de direcionamento da interpretação a existência da aposição.

¹ Identização é a expressão utilizada por Melucci (2004) para expressar o caráter processual da constituição da identidade. Segundo o autor, o termo identidade não expressa o caráter processual e contínuo da construção de nós mesmos.

As construções sintáticas com aposição são bastante produtivas na língua e aparecem não somente ligadas ao termo sujeito, como somos levados muitas vezes a crer, em função da abundância de exemplos com essa categoria sintática. Entretanto, em nossas pesquisas, conseguimos observar que a aposição ocorre em muitos outros componentes sintáticos da sentença, tais como nesses exemplos: *O Rodolfo se casou na Igreja do Rosário, capela histórica, pequena, linda e aconchegante.* (aposição no lugar sintático de adjunto adverbial); *A cadela do Ique comeu a minha sandália nova, a que comprei para o casamento da Bebel.* (aposição no lugar sintático de objeto direto); *Séfora tem consciência da difficuldade da situação de crise, da crise financeira, não da funcional, mas vai passar, ela tem certeza disso.* (aposição no lugar sintático de complemento nominal); *Os cruzamentos da rodovia Fernão Dias são muito perigosos.* (aposição no lugar sintático de adjunto adnominal); *A conversa do André é muito agradável, condição necessária para eu me interessar, mas mora muito longe.* (aposição no lugar sintático de predicativo).

Muitas são as questões que nos acompanham desde o início, quando pensamos em desenvolver esta pesquisa e durante todo o processo. Para que serve um aposto? Em que situações comunicativas o aposto é empregado? O que faz com que um falante empregue diferentes tipos de aposição em seu dizer? O que motiva a escolha dentre os vários tipos de aposição? O aposto é capaz de expandir, de modificar e/ou alterar o foco da informação dada no enunciado? Por que o falante, em relação aos nomes próprios, usa de aposição em relação a esses nomes? Em termos semânticos, qual o escopo de estruturas compostas por aposição: o termo principal ou o aposto, como em *A cidade de São Paulo* ou *o poeta Drummond*? Em termos de referencialidade, os dois elementos fazem a referência ou é a construção como um todo? Dessa forma, analisando o que muitos linguistas já escreveram sobre esse termo, vamos, com base na teoria da Semântica da Enunciação, tentar responder a essas questões, usando de enunciados produzidos em situações reais de comunicação, bem como outros produzidos por nós para efeitos de análise com o intuito de, se não dirimir, pelo menos minimizar esses questionamentos.

Então, para dar continuidade e profundidade a essas discussões e verificar o *status* real dos termos que desejamos analisar, organizamos este trabalho da seguinte forma: No **Seção 1**, nos três primeiros itens, fizemos uma introdução com o objetivo de problematizar a questão sobre a qual vamos nos debruçar. No quarto item, explicamos o que chamamos de Estruturas Nominais de Inserção (ENI) e que será um ponto chave para as nossas análises. O item cinco foi dedicado a apresentar os fundamentos metodológicos que guiaram a nossa análise, a saber, a Rede Enunciativa. E, no item seis, apresentamos os pressupostos e premissas assumidos,

tendo como base tudo o que dissemos e trouxemos à baila nos itens anteriores e que servirão como suporte ancorador da nossa análise.

Na **Seção 2**, dedicamo-nos a explicar a teoria com a qual trabalhamos, a Semântica da Enunciação. No primeiro item, expusemos essa base teórica e, nos subitens, demos ênfase aos conceitos de enunciação e acontecimento enunciativo, ao de argumentação na língua; ainda destacamos o que se tem estudado sobre o nome próprio e seus determinantes, além de pontuar, apresentar e detalhar os conceitos de Formação Nominal, Referencial Histórico e Pertinência Enunciativa. Esses são os conceitos-chave da teoria pela qual desenvolvemos nosso trabalho.

Na **Seção 3**, voltamos o nosso olhar para o que alguns linguistas têm considerado acerca da aposição. Observamos o que tem sido abordado em relação a outras línguas, como no espanhol, no português europeu e no inglês, ou seja, o olhar dos de fora do PB; no item seguinte, vimos o que se tem produzido no português do Brasil, o olhar de casa. Em seguida, sintetizamos esses estudos, além de algumas considerações acerca do Adjunto Nominal, Complemento Nominal e Orações Adjetivas.

Por fim, na **Seção 4**, continuamos esse olhar, mas com uma proposta de análise das estruturas de inserção sob um viés enunciativo: as ENIs entram em cena. Essa análise está subdividida em quatro itens. No primeiro deles, analisamos alguns enunciados colhidos por nós em situações comunicativas reais e em tirinhas, mas também criamos algumas sentenças para analisá-los. No item dois, analisamos sentenças retiradas do livro *Indefensável* e de notícias da mídia sobre o caso Bruno, a partir das convergências enunciativas. Já no item três, analisamos algumas sentenças do nosso *corpus* observando as FNs com ENIs nos eixos enunciativos e temático-referencial. No último item, o quarto, analisamos FNs com ENIs retiradas de algumas notícias veiculadas na mídia e que envolvem o nome do juiz Sérgio Moro, usando a teoria da argumentação na língua.

A **Seção 5** de nosso trabalho traz as considerações finais com algumas respostas (ou tentativas de) para as nossas percepções e indagações iniciais, além de vislumbrar alguns possíveis desdobramentos para futuras pesquisas e aplicabilidades dos estudos feitos até então.

E, finalmente, na **Seção 6**, trazemos as referências bibliográficas consultadas.

Continuando, então, nossas considerações iniciais, veremos uma antiga e longa discussão no mundo linguístico acerca de alguns determinantes do nome.

1.2 A celeuma na classificação de alguns termos sintáticos ligados ao nome

Nos estudos linguísticos, muito se tem discutido sobre a natureza de termos como o aposto e o adjunto adnominal. Por exemplo, em *A cidade de São Paulo* e em *A garoa de São Paulo*, o termo sublinhado na primeira estrutura é um aposto e, na segunda, um adjunto adnominal, embora esses dois grupos de construção tenham muito em comum.

Incluem-se nesse rol, também, os complementos nominais e as orações adjetivas (ou relativas). Situação complexa ocorre com o enunciado *A conscientização da população se faz necessária.*, na qual o termo destacado é considerado como determinante (complemento) essencial do nome *conscientização* ao qual se liga e que é reconhecido, tradicionalmente, como nome transitivo e de complementação obrigatória (conscientização de quem ou do quê?). Entretanto, é produtivo na língua um enunciado como *A conscientização se faz necessária.*, sem que ocorra inaceitabilidade da sentença em termos gramaticais. O que temos é uma questão da abrangência do nome. Na segunda sentença, o nome é tratado de forma ampla, valendo todo e qualquer tipo de conscientização (política, ideológica, social, religiosa, etc.) para todo e qualquer segmento social (jovens, adultos, população, autoridades, etc). E na primeira sentença, o que o determinante (complemento) faz é direcionar, definir, especificar o escopo do nome. Mas isso, somente, não o torna obrigatório na sentença.

Trindade Guimarães (2017, p. 126), analisando o adjetivo e os lugares sintáticos da determinação nominal, afirma que a distinção entre complemento nominal e adjunto nominal

sempre esteve apoiada em critérios frágeis e muitas vezes aleatórios, e, por essa razão, nunca encontrou respaldo nos dados efetivos da língua. O problema se resume à definição de adjunto como um determinante acessório do nome e de complemento como determinante necessário à sua significação integral. Mas, na análise de enunciados, determinantes considerados adjuntos podem ser tão necessários quanto os complementos, e é possível, contrariamente, que determinantes analisados como complementos sejam dispensáveis aos enunciados. (TRINDADE GUIMARÃES, 2017, p. 126)

Por isso, o autor acredita que nem sempre a distinção do que se chama de incidência e de dependência esteja nítida. Sendo assim, para ele, “seria incoerente, e também ineficaz, qualquer tentativa no sentido de reduzir as possibilidades de análise da articulação do adjetivo a categorias binárias” (TRINDADE GUIMARÃES, 2017, p.127). Os exemplos abaixo, podem confirmar essa percepção adotada pelo autor.

(5) Lucas tem um plano.

(5a) Lucas tem um plano **macabro**.

(5b) Lucas tem um plano **de saúde**.

(5c) Lucas tem um plano **de auxílio à saúde**.

(6) Qualquer auxílio vem sempre a tempo.²

(7) As crianças sentem muito medo.

(7a) As crianças sentem muito medo **de bruxas**.

As sentenças (5a, b e c) apresentam situações em que o nome *plano* (5) está numa relação de determinação/determinante com os termos *macabro*, *de saúde* e *de auxílio à saúde*, respectivamente. Contudo, em (5c) o termo *à saúde* tem o seu escopo ligado a *auxílio* e não a *plano*. Mas isso não altera a relação estabelecida entre o termo e um nome. E esse mesmo nome *auxílio*, tido como sendo de complementação necessária, aparece em (6) sem esse “complemento”.

Em (7) e (7a), situação análoga acontece. Porém, o que nos interessa não é a natureza sintática desses termos determinantes, mas, antes, o seu aparecimento na sentença e o efeito de sentido obtido com a presença ou ausência de tais determinantes no enunciado.

Sendo assim, Trindade Guimarães (2017) defende a ideia de que deve ser “reservada a cada enunciado a análise da articulação do determinante nominal em função do sentido que tem nas situações de uso” (TRINDADE GUIMARÃES, 2017, p.127). Assim, propõe que os adjetivos e convergentes diretamente ligados aos substantivos sejam, todos eles, chamados de adjuntos adnominais.

Mas por que escolhermos o termo “adjunto adnominal”, e não “complemento nominal”? O termo “complemento” não nos parece adequado à realidade dos fatos linguísticos, conforme já exemplificamos ao longo de nossas reflexões: palavras consideradas incompletas semanticamente podem não ser incompletas a depender do uso. (TRINDADE GUIMARÃES, 2017, p. 128)

As sentenças (6) e (7) são claros exemplos dessa situação, bem como outros citados por Dias (2005, p.103) *Devagar se vai ao longe* ou *Quanta saudade!*

1.3 O Adjunto Adnominal e outros: observâncias

² Exemplo de DIAS, 2005, p. 103.

Nós, para efeitos de nossa análise, coadunamos com essa perspectiva adotada por Trindade Guimarães (2017), quando do tratamento de adjetivos e de termos convergentes e ligados ao substantivos, entendendo-os também, por ora, como adjuntos adnominais.

Em relação às orações adjetivas explicativas, temos a mesma percepção de seu papel fundamental na construção do sentido das sentenças. Vejamos uma situação comunicativa em que duas pessoas estão conversando e ambas conhecem a pessoa sobre a qual estão falando. Essa pessoa acaba de mudar de emprego e o seguinte enunciado é produzido:

(8) Suellen, que é uma mulher de fibra e de muita garra, mudou de emprego ontem.

Comparando com

(8') Suellen mudou de emprego ontem.

O sentido construído para as sentenças, com certeza, não é o mesmo, caso a oração adjetiva explicativa fosse suprimida da sentença, tal qual, por exemplo em:

(9) As pedras, que são duras, também podem ser esculpidas.

(9') As pedras também podem ser esculpidas.

Partindo dos pressupostos teóricos da Semântica da Enunciação, acreditamos que em (1), (2), (3), (4), e (8) a constituição do sentido das sentenças é dada pelas expressões que “caracterizam” e acompanham os nomes e estas cumprem um papel que acreditamos ser o que se chama de identificação desses nomes, que vai além de simples especificação e /ou determinação deles. Dizemos identificação porque envolve um caráter processual de constituição do significado do nome e não apenas uma identificação de referência pura e simples. Acreditamos também que, ao descrever, delinear, de forma mais nítida e justa a importância desses elementos que acompanham os nomes, em especial o aposto, daremos destaque à sua força constitutiva na construção da significação das estruturas e das sentenças em que elas ocorrem no português do Brasil (PB). Para este trabalho, pretendemos analisar esses termos, bem como outros de natureza semelhante, mas com ênfase maior no que a GT (Gramática Tradicional) chama de ‘aposto’, porque as posições, alguns adjuntos adnominais e complementos nominais e certas orações adjetivas explicativas exercem, a nosso ver, mais que as funções descritas tradicionalmente para esses termos nas sentenças em que aparecem.

Em vários momentos dos estudos apresentados ou ainda nos exemplos utilizados por nós e pelos

autores consultados para esta pesquisa, apareceram sentenças em que a adjunção, a complementação e as orações relativas – e, em alguns casos, orações adverbiais ou circunstanciais – foram tratados como termos que se comportam de maneira semelhante às construções apositivas. Retomemos algumas delas:

(1) A Paris da minha infância não existe mais.

(5c) Lucas tem um plano de auxílio à saúde.

(7a) As crianças sentem muito medo de bruxas.

(9) As pedras, que são duras, também podem ser esculpidas.

(11) Moro na segunda rua à direita, na Bernardo Guimarães, perto de você.

Portanto, para evitar conflitos que seriam apenas da ordem da nomenclatura dos termos e, principalmente, por entendermos que, para nosso objetivo com este estudo, o que nos interessa é mesmo a relação semântica e de contiguidade estabelecida entre as palavras e os termos, passaremos dar às estruturas análogas às sublinhadas nas sentenças acima, o mesmo estatuto. Em termos discursivos, assumimos a importância deles, independente de como são nomeados, na construção do sentido das sentenças. Assim sendo, vamos adotar, para todos esses termos, o nome de Estruturas Nominais de Inserção.

1.4 Os limites da observação: Estruturas Nominais de Inserção (ENIs)

Antes de definirmos esse conceito, achamos oportuno apresentar as considerações de Barros (2004), quando ela fala de intercalações, notadamente inserções, digressões e notas de rodapé, numa tentativa de se posicionar e fazer uma abordagem na interface existente entre a análise do discurso e a linguística textual. Para esse trabalho a autora afirma que observará

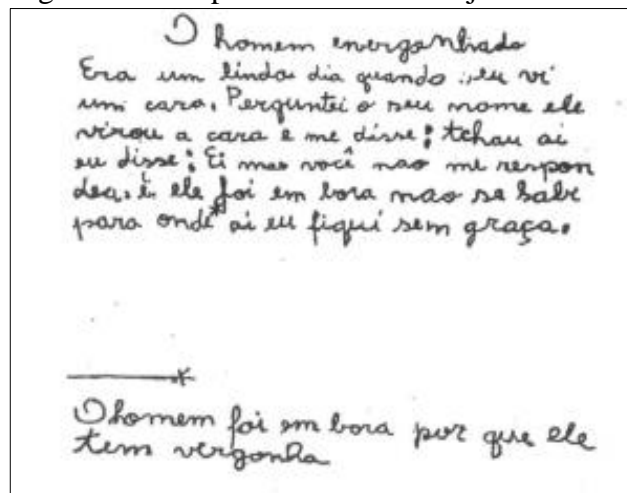
...um aspecto mais específico relacionado às intercalações, que é sua emergência nos textos escritos da fase de aquisição, numa tentativa de descrever e analisar os momentos e formas de emergência, bem como as variações relacionadas aos locais de emergência no texto, às formas de marcação com que são destacadas e reconhecidas, e às funções que preenchem no texto. (BARROS, 2004, p.153-154)

A nós interessa uma percepção da autora, segundo a qual, “as intercalações constituem marcas que podem ser interpretadas como indícios de uma intervenção do sujeito no texto.” (p.154). Para comprovar essa afirmação e de acordo com a sua compreensão para esse trabalho, analisa

várias produções textuais infantis em que diferentes tipos de intercalações se manifestam, desde as com o (i) intuito de delimitar os espaços referentes a cada propósito das partes do texto, tais como cabeçalho, texto propriamente dito e identificação do produtor, como (ii) indicadores de que o texto seguirá em outra página (como uma seta e a palavra *vire*), ou (iii) separação clara dos planos verbais e não-verbais, assim como há uma separação nítida de partes, p.e., nos textos acadêmicos (agradecimentos, dedicatória, ressalvas, comentários, etc.).

Quanto mais familiarizados com os propósitos enunciativos dos textos, mais seus autores tomam consciência das possibilidades de intercalação e a fazem com maior clareza e definição. Nesse momento, segundo a autora, há a entrada efetiva do sujeito no texto. E exemplifica isso com o texto:

Figura 1: Exemplo de entrada do sujeito no texto



Fonte: Barros (2004, p.159)

Para a autora,

Longe estamos de um “defeito textual”; longíssimo, de um “conteúdo sem relação” – pois, nesse sentido, há não só a articulação precisa a um ponto do texto, como também uma explícita coerência com seu título. Não me furtaria a admitir que, para o leitor adulto (e buscador de essências), essa intercalação pudesse ter um efeito acessório, justamente por conta do título; mas, para a menina que a efetua, a nota certamente resolve uma necessidade de explicitude, não sendo, de modo algum, “um acréscimo contingente” (...). As intercalações emergem de acordo com as necessidades enunciativas. (BARROS, 2004, p.159)

As intercalações são marcas pelas quais o sujeito pode se mostrar, mesmo que isso não seja reconhecido como Autoria. As intercalações seriam fruto da pressão exercida pela enunciação no texto. A partir disso, Barros (2004) formula a ideia de que “uma intercalação é o resultado de uma interposição do sujeito, que constitui um plano enunciativo interposto e sobreposto, o qual instaura níveis enunciativos especificados, exigindo, portanto, formas de dizer igualmente

específicas (BARROS, 2004, p. 161).

Após a análise de textos com essas intercalações e sua funcionalidade, regularidade, tipos e efeitos, a autora conclui que

as intercalações são fenômenos enunciativos, resultantes de uma interposição do sujeito, cuja emergência exige, para ser textualizada, uma competência textual-discursiva (em suas dimensões sintáticas, semânticas, pragmáticas), que se desenvolve não apenas pela prática de escrita, mas também pela de leitura. (...)

Resta dizer que, por meio das intercalações, os sujeitos voltam-se sobre o próprio texto, sobre si mesmos, sobre o já-dito, projetam-se em direção ao outro, ao não-dito. (BARROS, 2004, p.168)

Isto representa o que ela chama de “uma intervenção do sujeito e uma pressão enunciativa” quando do retorno do sujeito sobre a enunciação. Esse sujeito percebe uma incompletude textual e tenta saná-la através dessas intercalações.

A nossa percepção é que muitas das ENIs também têm esse mesmo tipo de participação em alguns enunciados nos quais elas aparecem. Dessa forma, por Estruturas Nominais de Inserção entendemos todas aquelas construções nominais (mais à frente melhor especificadas e definidas por Formações Nominais) que se prestam a marcar, no acontecimento enunciativo, posicionamentos do Locutor, argumentativamente, para orientar a construção do sentido do enunciado.

Por construções nominais, aqui nesse ponto, estamos chamando aquelas constituídas por um nome acompanhado de determinantes do tipo adjuntos adnominais, complementos nominais, apostos, orações adjetivas explicativas e restritivas e ainda alguns tipos de construções de natureza adverbial. Isso será melhor detalhado no item 2.1.4, quando definirmos o conceito de Formação Nominal, segundo a Semântica da Enunciação.

Dessa forma, nos exemplos abaixo, os termos destacados demonstram o que exatamente estamos chamando de Estruturas Nominais de Inserção (ENIs)

- (1) “A Paris **da minha infância** não existe mais.”
- (2) Rui, **morador de rua, pessoa digna de nossa piedade**, está muito doente.
- (3) “... De agora em diante, eu quero ser chamado de “Calvin, **o corajoso**”.
- (4) **O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo**, cometeu um crime.
- (5a) Lucas tem um plano **macabro**.

- (5c) Lucas tem um plano **de auxílio à saúde**.
- (7a) As crianças sentem muito medo **de bruxas**.
- (9) As pedras, **que são duras**, também podem ser esculpidas.
- (10) **O cantor** Elvis Presley é um mito.
- (11) Moro na segunda rua à direita, **na Bernardo Guimarães**, perto de você.
- (12) Chuva coloca zona leste e marginal **Tietê, em SP**, em alerta.
- (13) **As fotos de Marilyn Monroe** foram leiloadas por quinhentos mil dólares.

Dito isso, vamos, agora, traçar os fundamentos metodológicos nos quais nos basearemos para desenvolver a pesquisa que pretendemos.

1.5 Fundamentos metodológicos

Nosso estudo não está voltado para a singularidade das ocorrências em um determinado *corpus* ou em determinado gênero; não se trata de um estudo de caso, portanto, e nem de um estudo quantitativo. Ao contrário, queremos observar as ocorrências em situações diversas, a fim de validar o que pressentimos e intuímos em relação ao comportamento dos termos que ora analisamos.

As sentenças coletadas deviam nos servir para que pudéssemos testá-las em relação à sua aceitabilidade, p.e. Com elas, fizemos paráfrases, inserções e apagamentos de termos, trocas, agrupamentos dos constituintes, enfim, fizemos alguns testes, a fim de confirmarmos nossas hipóteses. Assim, pudemos, inclusive, fabricar exemplos – a partir dos efetivamente encontrados na língua em uso – formando redes enunciativas. Esse procedimento metodológico foi desenvolvido por Dias (2017) e o explicaremos a seguir. Dessa forma, pretendemos descrever, delinear de forma mais nítida e justa a importância das ENIs na construção da significação de sentenças no PB, para melhor entendermos, então, como funciona a rede enunciativa.

Inicialmente o nosso procedimento foi o de selecionar sentenças com aposto e estruturas sintáticas como o adjunto adnominal, complemento nominal e orações adjetivas que, a nosso ver, num primeiro olhar, tivessem algum papel mais relevante na constituição dos sentidos das sentenças em que apareciam. A priori pensávamos em trabalhar com um *corpus* único, o livro

Indefensável: o goleiro Bruno e a história da morte de Eliza Samúdio. Porém, com o decorrer do trabalho, sentimos a necessidade de ampliação desse *corpus* e começamos a buscar enunciados em revistas, jornais, internet (blogs e google), a fim de aumentar o escopo do nosso estudo, além de buscar uma variação textual para não ficarmos presos à questão de gêneros textuais em nossas análises, pois esse não é nosso foco.

Pensando assim, vejamos como é o funcionamento desse procedimento metodológico que vamos usar. Para tanto, vejamos as seguintes situações comunicativas:

(14)



(15) João, **homem pão-duro**, tem muito dinheiro na poupança

(16) João, **homem econômico**, tem muito dinheiro na poupança.

As expressões em negrito nos dois exemplos parecem ter a mesma função da expressão usada pela mãe de Hagar (exemplo 14) para melhor dizer sobre ele, para caracterizá-lo, diferenciá-lo, talvez, ou ainda para identificá-lo. Nos exemplos (15) e (16), os termos também oferecem uma explicação a mais, um novo dado sobre quem é o João que tem muito dinheiro na poupança. Porém, percebemos que o efeito de sentido e a imagem criada pelo Ouvinte/leitor de quem seja João em ambas as frases não são os mesmos.

Em (16) o sentido obtido parece-nos ter um valor agregado de algo positivo, benéfico, interessante. E o que nos traz isso é o DSM³ da palavra **econômico** e o referencial histórico de dizeres dessa palavra nos enunciados do cotidiano em que ela é empregada. E em (15), essa ideia parece estar no sentido oposto, pois, historicamente, pelas mesmas razões ditas para **econômico**, temos que ser **pão-duro** não é algo do que se deva vangloriar.

³ O conceito de Domínio Semântico Memorável – DSM, inicialmente, foi pensado tendo em vista um efeito sintático apto a determinar a ocupação de um lugar sintático, no caso, o de adjunto adverbial, (Cf. LACERDA, 2013). Porém, o seu conceito se encaixa perfeitamente no que pretendemos mostrar acerca de determinadas FNs.

Há muitas situações comunicativas em nosso cotidiano em que essa mesma expressão “pão-duro” foi utilizada. E há um conceito desenvolvido na Semântica da Enunciação por Dias (2017) que nos autoriza a estabelecer relações de sentido e de construção de significados nas diversas ocorrências dessa FN nas sentenças no PB, a fim de sabermos se o enunciado é ou não pertinente no acontecimento em que ele se atualiza e em qual (quais) referencial (ais) histórico(s) essa FN está ancorada no presente do enunciar. Será este o procedimento metodológico que iremos seguir na condução das análises deste trabalho: o de Rede enunciativa.

1.5.1 Rede enunciativa

Dias (2017) afirma que

A constituição de uma rede enunciativa envolve a formação de contrastes entre a construção linguística em estudo e outras construções com estruturas semelhantes e palavras iguais, no sentido de permitir a percepção do valor semântico que a enunciação sustenta. Essas construções outras, trazidas para a rede enunciativa, são construídas pelo próprio pesquisador e também buscadas em usos efetivos, como no Google e nos bancos de dados que abrigam usos orais e escritos da nossa língua. (DIAS, 2018, livro prelo)

Sustentando-nos nesse conceito, selecionamos algumas sentenças ou situações de comunicação (como imagens, p.e.) em que aparece a expressão “pão-duro”, por nós utilizada no exemplo (15), para mostrar como se dá a aplicação desse conceito e a forma de articular enunciados com vistas em seu valor semântico nas sentenças ou nas situações comunicativas. Com base nesse método, nós dividimos as sentenças e situações comunicativas encontradas em quatro grupos.

Grupo 1⁴



⁴ Todos os exemplos apresentados nos grupos 1 a 4 foram coletados no *Google* imagens, quando digitada a expressão “pão duro”.

Nesses exemplos, parece-nos que o que marca a pertinência desses dizeres, seja em linguagem imagética ou mesmo a feita por palavras, é a que carrega a ideia de que um pão, ao ficar velho, fica duro; dessa forma, muitas pessoas não gostam dele assim e costumam doá-lo a mendigos ou pessoas pobres; daí a reclamação da personagem no último quadrinho. Esse dado nos é fornecido pela memória dos dizeres dessa FN pão duro. Essa atitude de doação de pão duro pelas pessoas se atualiza no acontecimento enunciativo presente, através da fala do mendigo e está ancorada nessa anterioridade do seu dizer, na historicidade dos dizeres a esse respeito. Já nos dois primeiros exemplos, esse pão é reutilizado para ser aproveitado na forma de doce ou torta de pão, feito, especificamente, de pães velhos e/ou duros. É um outro referencial que se adota para conceber a ideia de pão duro. Não mais aquele que deve ser doado ou descartado. Mas aquele com o qual se pode fazer algo diferente. As imagens, sabendo que são tortas ou pudins de pães e, pela memória histórica de dizeres, de pães velhos, atestam a pertinência desse dizer em relação à FN pão duro.

Grupo 2





BLOG DO PÃO DURO
ECONOMIZANDO ATÉ NA COR.




Nesse grupo, o Locutor, ao usar a FN pão duro, traz um referencial histórico que contém a mesma ideia que está relacionada a João no exemplo (16) – a de ser econômico. Há uma subversão do que se historicizou como “pão-duro” (negativo), associando-o a “econômico”, havendo, inclusive, manuais, guias, blogs, lojas, dias específicos para esse tipo de pessoas e/ou comportamento, utensílios domésticos que remetem a essa ideia, de forma a aprová-la. A pertinência desses dizeres está calcada no memorável de que aquele que economiza, mesmo moedinhas, é capaz de prosperar, de ajuntar bens, de trazer par si, e até para os outros, coisas positivas e produtivas. Dessa forma, esse dizer é visto socialmente como uma atitude positiva. Ser pão-duro e ser econômico se associam no sentido produzido no enunciado. E esse sentido é trazido pelo referencial adotado pelos Locutores vindo de uma memória discursiva anterior a esse acontecimento enunciativo atual, através da FN pão-duro, quer seja expressa em palavras ou em imagens que suscitam esse referencial. Dessa forma, a pertinência desses dizeres se atualiza e se torna altamente produtiva nos enunciados no PB.

Grupo 3



Entretanto, no grupo 3, o que parece mover o Locutor é a ideia trazida pelo exemplo (15). O referencial histórico evocado aqui é que a ideia de economizar se associa a ser pão-duro, mas não com um valor agregado de sentido positivo e aceito socialmente como algo a ser seguido ou imitado. As situações comunicativas que tornam o emprego dessa FN pertinentes são aquelas que, de tão mal vistas, chegam a provocar ironia e humor. É costume entre aqueles que gostam de aperitivos, jogarem fora o primeiro gole e dizer “esse é pro santo”. O típico pão-duro, aquele que nada joga fora ou desperdiça, oferece-se para entregar ao santo, recolhendo para si, em seu próprio copo, aquela porção que seria, para ele, “desperdiçada”. No segundo quadrinho, há uma subversão do referencial histórico de que os maridos não são tão gentis e “mãos-abertas” ao presentarem suas esposas, tal qual os amantes o são, sendo capazes de dar às amadas peças caras e preciosas como anéis de diamantes. Usando da homofonia das expressões “é de amante” e “é diamante”, numa situação comunicativa em que a amiga admira o anel no dedo da outra, a ironia e o humor subvertem o conceito social vigente e o histórico dos dizeres desse conceito: o pão-duro é o amante e não o marido. O comportamento do pão-duro é ironizado e

caracterizado mais uma vez, no quadrinho em que um suicida aluga uma arma para tirar sua própria vida e tem, para isso, cinco segundos. Entretanto, o ato demorou um segundo a mais e pelo qual o locador quer receber e faz a cobrança ao locatário já morto, levando ao extremo a sua pão-duragem. Nos dois exemplos abaixo, o lado mais exagerado, mais radical dessa ideia de economia, de “pão-duragem” com o sentido de algo negativo, algo desprezível, algo a não ser repetido e imitado é explorado ao máximo.



Piada


O capiau pão-duro recebe
a visita de um amigo. A certa altura da conversa, o amigo pergunta:

- Se você tivesse seis fazendas, você me daria uma?
- Claro, uai.
- E se tivesse seis automóveis, você me daria um?
- Claro que sim.
- E se você tivesse seis camisas, você me daria uma?
- Não.
- Ué? Camisa você não me dava?
- Não, porque as seis camisas eu tenho.

globo.com/programadojo

SER PÃO DURO É...

- Usar os dois lados do papel higiênico
- Andar plantando bananeira pra não gastar sola de sapato
- Fazer do fio dental usado um varal
- Apresentar sua carteirinha de estudante em uma loja Lupo quando for comprar meia
- Trocar sua TV de 29 polegadas por uma caixa de vidro cheia de marca de polegada de dedo de criança
- Quando estiver com vontade de tomar sorvete, pegar a palmilha do tênis e colocá-la num copinho. Assim, você pode tomar um sorvete de palmilha
- Usar o papel que já serve como calço de mesa para anotar recados



Ser pão duro é sempre reclamar que...O SALÁRIO Ó!

Aqui, nesse grupo, há o reconhecimento da existência de pessoas com essas características, porém a memória anterior a esse acontecimento enunciativo nos diz que não é esse o comportamento que se deve adotar. Tomemos de forma mais detalhada, a título de comprovação de nossas afirmações, o terceiro quadrinho desse grupo. Os dizeres *Noite romântica tem que ter vinho e frutos do mar* traz um referencial histórico de um momento em que duas pessoas apaixonadas (*noite romântica*) costumam se reunir para comemorar algo ou mesmo para terem um momento de maior intimidade e que isso, muitas vezes, acontece com o acompanhamento de uma garrafa de um vinho de boa qualidade (*tem que ter vinho*) e também de pratos mais sofisticados e, às vezes, um pouco mais caros que o habitual (*frutos do mar*). Esse é o memorável para esse tipo de situação comunicativa. E o pão-duro sabe e não vai

desrespeitar a “tradição” de uma noite romântica. No entanto, ele o fará sim, mas com um vinho de qualidade inferior e numa garrafa grande, pois quanto maior a quantidade, mais barato fica. O mesmo se dá com os frutos do mar. Ora, sardinha também é um fruto do mar, porém não tão sofisticado quanto, p.e., um camarão, lagosta, entre outros e é muito mais barata. Então, o pão-duro não deixa de cumprir o rito da noite romântica, mas o seu referencial é o da economia e não o da sofisticação. E isso torna o seu dizer plenamente pertinente, assim como todos os outros apresentados até aqui para a construção do sentido de pão-duro e de econômico sendo associados.

Grupo 4



Nesse grupo, as ideias são efetivamente associadas. Tio Patinhas é rico, trilhadrário. Ser pão-duro, ser econômico trouxe a riqueza, aqui não vista como algo negativo, depreciativo. A pertinência do dizer se baseia no referencial histórico de que ser pão-duro é economizar tudo aquilo que se consegue, desde a primeira moeda (moedinha n.1 de Tio Patinhas) e assim continuar procedendo até se juntar tanto dinheiro que é possível nadar, mergulhar no cofre repleto delas. A fisionomia da personagem traduz isso: alegria, tranquilidade, satisfação. Sua feição não é carrancuda, amarrada, não tem “cara de poucos amigos”, diferentemente da outra personagem caricatura do pão-duro que ficou conhecida, e até hoje ainda se faz referência a ela, na novela “Amor com amor se paga” em 1984, o Sr. Nonô Correia, (quinto exemplo do Grupo 1). Esses referenciais históricos evocam um campo semântico e, baseados no DSM dessa FN – pão-duro –, somos capazes de atualizar esse dizer em diversas cenas enunciativas, tornando-o pertinente em enunciados do PB. Esse procedimento metodológico nos possibilita, então, analisar, em diferentes situações enunciativas, como um enunciado concorre (ou não) na construção de significados dessas sentenças.

Dessa forma, esperamos ter esclarecido a principal forma de análise que adotaremos no processo de verificação da importância das ENIs na constituição do sentido de sentenças no PB. Mas, antes, para efeitos de melhor acompanhamento de nossas reflexões, vamos fazer, baseados em todos os aspectos, tanto nos de revisão de literatura, como nos de base teórica adotada, um conjunto das crenças e dos pressupostos que vamos assumir para, então, passarmos efetivamente à análise dos enunciados.

1.6 Pressupostos e premissas assumidos

Quando iniciamos nossa pesquisa acerca do aposto, deparamo-nos com uma variedade de percepções que não só se divergiam, mas, em alguns pontos, até mesmo se contradiziam. Por isso, achamos necessário definir com quais pontos de vista nos alinhamos em função da nossa perspectiva teórica.

- ✓ Estamos considerando como aposição, não só as estruturas classicamente conhecidas e definidas com tal, mas também as orações adjetivas (ou relativas) que possuem claramente a função de determinar, especificar o nome ao qual se referem, como p.e., em *Gabriel, **que é o meu neto mais velho**, está com 11 anos* ou como em *Ana Luiza, **que ano que vem começa a frequentar a escolinha**, é uma menina muito esperta*.
- ✓ A aposição pode ocorrer em relação a qualquer termo da oração (junto ao sujeito, ao objeto, ao adjunto adverbial, etc), portanto não vamos nos preocupar com essa localização do termo no corpo da sentença.
- ✓ Por não ser nosso foco, as relações sintáticas ou as classificações tradicionais dos termos também não estarão sendo consideradas por nós. Dessa forma, termos como o destacado em negrito na sentença a seguir e vistos como adjuntos adverbiais em muitos estudos, serão considerados como aposição para efeitos de nossas análises, já que, semanticamente falando, apresentam características dessa função sintática. *Grave acidente na BR-040, **na altura de Santos Dumont, Km 743**, deixa família gravemente ferida*.
- ✓ Embora não seja o nosso foco, coadunamos com a postura que percebe a aposição como uma relação de coordenação e não de subordinação. Isso porque não há um elemento ou termo considerado como principal e/ou fundamental e o outro,

secundário e/ou acessório. Ambos atuam na construção do sentido da sentença em termos enunciativos, independentemente de sua classificação recebida na tradição gramatical.

✓ Consideramos que termos sintáticos como adjunto adnominal, complemento nominal, orações adjetivas explicativas e restritivas, adjuntos adverbiais, em muitas sentenças, desempenham papéis semânticos de aposição. Dessa forma, estamos tratando esses termos, quando nessa condição, de Estruturas Nominais de Inserção (ENI) e dando a eles o mesmo tratamento para efeitos de nossa análise.

✓ As ENIs podem atuar como lugares de desdobramentos dos DSMs dos nomes com os quais compõem as FNs. Mas também, são lugares para a atualização dos dizeres em relação às FNs e aos enunciados, tornando-os pertinentes na situação comunicativa da qual esses enunciados fazem parte.

✓ As ENIs podem atuar como o referencial histórico a ser considerado quando da enunciação de uma sentença, sendo, assim, muitas vezes, responsáveis pela construção do sentido do enunciado produzido.

✓ Em muitos casos, as ENIs representam o lugar de inserção do Locutor-*x* na cena enunciativa, atuando decisivamente na compreensão do sentido do dizer.

✓ Muitas ENIs são empregadas pelo Locutor a fim de orientar argumentativamente o Interlocutor na construção do significado, tanto da FN como do enunciado ou do texto como um todo.

Feitas essas considerações, é o momento de nos voltarmos para o suporte teórico a partir do qual vamos conduzir nossas atividades de análise. O nosso olhar estará voltado para um fato sintático, mas com o viés da Semântica de bases enunciativas. Para tanto, vamos apresentar quais são os fundamentos dessa teoria e com qual recorte dela vamos nos alinhar para a produção deste trabalho.

2 FIXANDO O OLHAR: mirando as ENIs

2.1 Semântica da enunciação

O modelo teórico da Semântica da Enunciação ao qual nos filiamos tem seus fundamentos em Ducrot, Benveniste, Guimarães e Dias e percebe a língua não só como uma organização em sequência ou composicional de estruturas, mas que vem atravessada pelo fator enunciativo. O sentido da língua está no seu caráter enunciativo. A significação se dá pela atualização de um dizer, ancorado na historicidade de seus dizeres anteriores e que é, ainda, capaz de proporcionar uma latência de futuro. A isso chamamos de Acontecimento e esse não pode ser visto como algo pontual e linear, mas como um entrecruzar de discursos que ganham pertinência numa situação comunicativa. Pensando assim, acreditamos também que o sentido da língua não tem relação direta e absoluta com as entidades no mundo, ou seja, com entidades extralinguísticas. De acordo com Dias (2015e)

o sentido não nasce na factualidade da atualização do dizer, mas da relação que se estabelece entre uma memória das discursividades que a enunciação evoca e a atualidade em que se situa a pertinência do enunciado no espaço da enunciação. Dessa maneira, a enunciação adquire um caráter de acontecimento histórico. (DIAS, 2015e, p.2)

Quando falamos em Semântica da Enunciação, logo nos vem à mente Èmile Benveniste, considerado o pai da Semântica moderna e um dos maiores estudiosos da Enunciação. Segundo ele, enunciar é “colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização.” (BENVENISTE, 1989, p.82). Quando enunciamos, entramos no aparelho formal da língua, apropriamo-nos dela e a individualizamos. Entretanto, Benveniste não leva em conta o que para nós é crucial na enunciação: os dizeres anteriores que atravessam um enunciado, ou seja, a sua historicidade. Por isso, o nosso modo de ver a Semântica da Enunciação, difere-se dessa perspectiva de Benveniste.

Ducrot (1987) aborda a enunciação como “acontecimento histórico”, porém o que ele chama de “histórico” é o aparecimento de um enunciado, marcado num tempo e num espaço. É uma visão cronológica. Para ele, “a realização de um enunciado é de fato um acontecimento histórico: é dada existência a alguma coisa que não existia antes de falar e que não existirá depois.” (DUCROT, 1987, p.168). Ducrot também afirma que a argumentação está na significação, e esta não tem relação direta com os objetos no mundo. Para ele, ela estaria na relação de inserção de um enunciado num espaço entre o antes e o depois. Assim, o enunciado

só se faz pertinente quando tem uma relação com o que já foi dito antes e com o que provocará depois de ser dito.

Usando o mesmo exemplo que o autor cita para explicar outra ideia, dizemos que o enunciado *Júlia parou de fumar* só se faz pertinente, porque havia um antes em que *Júlia fumava* e que está em relação direta com o dito atual; esse mesmo dito também será âncora para um dito posterior *Júlia não fuma mais* também intimamente ligado ao dizer atual. Essa é uma visão cronológica do enunciado, com a qual não nos alinhamos, mas que será melhor explicitada adiante. Por ora, vejamos como Ducrot (1987), em relação à enunciação, discute a unicidade do sujeito enunciativo, afirmando que a este “além da produção física do enunciado e a realização dos atos ilocutórios, é habitual atribuir ao sujeito falante uma terceira propriedade, a de ser designado em um enunciado pelas marcas de primeira pessoa” (p.179). Mas isto só é válido quando se trata de enunciados simples, produzidos em contextos simples. Como exemplo disso,

... tomemos a réplica “Na semana passada eu estava em Lyon”, utilizada para responder à pergunta “Onde você estava na semana passada?”. Não há dificuldade em atribuir à mesma pessoa as três propriedades constitutivas do sujeito falante. Se representamos por “L” o indivíduo a quem a pergunta é endereçada e que articula a resposta, é L que é designado por *eu* (é de L que se diz que estava em Lyon) e é ainda L que assume a responsabilidade do ato de afirmação veiculado pelo enunciado. (DUCROT, 1987, p. 180)

Mas, em se tratando de situações mais complexas, o mesmo não acontece, tornando problemática a atribuição das três propriedades a um sujeito falante único. O autor cita o exemplo de uma situação de retomada de um diálogo.

... L, a quem se censurou por ter cometido um erro, retruca: “Ah! Eu sou um imbecil; muito bem, você não perde por esperar!”. L é aqui ainda o produtor da palavra e é ele igualmente que é designado pelo *eu*. Mas a responsabilidade do ato de afirmação realizado no primeiro enunciado não é certamente L que assume – já que justamente L tem a modéstia de o contestar: ao contrário, L o atribui a seu interlocutor I (mesmo que I não tenha, de fato, falado de bobeira. Mas somente feito uma censura que, segundo L, implica em boa lógica para I, a crença na imbecilidade de L). (DUCROT, 1987, p. 180)

O linguista afirma que o sentido de um enunciado é a descrição de sua enunciação, ou seja, o enunciado apresenta indicações “no seu próprio sentido sobre o (ou os) autor (es) eventual (ais) da enunciação” (p.181). Não se trata de um “produtor da fala”, mas de “um ou vários sujeitos que seriam a sua origem” (p.182). Assim, defende a ideia de que há, pelo menos, dois tipos de personagens no ato da enunciação: os enunciadores e os locutores.

Por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa. Mesmo que não se leve em conta, no momento, o discurso relatado direto, ressaltar-se-á que o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, do seu produtor – mesmo que as duas personagens coincidam habitualmente no discurso oral. (DUCROT, 1987, p. 182)

Como exemplo dessa definição relata uma situação em que o filho chega em casa com um documento de autorização já redigido e com espaços em branco a serem preenchidos. “Eu, abaixo-assinado..... autorizo meu filho a Assinado” O autor argumenta que, embora ele não seja o autor empírico do texto (que pode ser o diretor do colégio, a secretária, etc.), ele será reconhecido como tal após ali colocar o seu nome e sua assinatura e, por isso, se responsabilizará pelo que está dito no documento, tornando-se o locutor e o autor empírico também.

E por enunciador, Ducrot entende que não são pessoas em si, mas pontos de vista que são expressos no enunciado através da enunciação, mesmo que não lhe sejam atribuídas palavras precisas. Por enunciador é entendida a posição do locutor em relação ao que é enunciado. Por exemplo, no enunciado *Está chovendo, mas vou sair* há um L que rejeita um enunciador que diz que quando está chovendo não se deve sair. Na verdade há mais enunciadores nesse enunciado – um que afirma sobre a chuva, outro que diz que quando está chovendo não se deve sair, e um terceiro que deseja sair de casa. O L rejeita um dos enunciadores, assim como poderia ter concordado. Isso comprova que locutor e enunciador são figuras distintas no enunciado e que só aparecem na enunciação em função da situação comunicativa em que ocorrem.

Mas Ducrot defende que seu conceito de enunciação não está atrelado à ideia de locutor:

... escolhi uma definição da enunciação que não contenha nenhuma alusão a uma pessoa que fosse seu autor, nem mesmo uma pessoa a quem fosse endereçada – já que é essencial para mim que a enunciação, na medida em que ela é o tema do sentido, o objeto das qualificações contidas nos sentidos, não seja vista, enquanto objeto destas qualificações, como devendo ter necessariamente uma fonte, um alvo. Quero poder dizer que a existência de uma fonte e de um alvo estão entre as qualificações que o sentido atribui (ou não) à enunciação. Assim poderei descrever as “enunciações históricas” como não comportando, no seu sentido, nenhuma menção a sua origem – entendendo por isso, não que o sentido destes enunciados atribui a origem de sua enunciação a alguma subjetividade superindividual, mas simplesmente que ele não diz nada sobre sua origem, que não exhibe nenhum autor de sua fala. (DUCROT, 1987, p.184)

Nós voltaremos a tratar do conceito de enunciação apresentado por Ducrot mais à frente, com vistas a outro trabalho seu, pois, neste, ele segue argumentando sobre o sujeito da enunciação e a noção de uma unicidade dele a qual não se consolida na sua percepção, e passa, então, a

apresentar e defender um outro conceito seu, o de polifonia. A esse conceito também retornaremos mais adiante, quando estivermos tratando de agenciamento enunciativo.

Retomando nossa discussão anterior, em estudos mais modernos, Ducrot e Carel (2006) reveem a ideia da relação e referência no tempo e espaço de um enunciado. Para eles hoje, os sentidos se instalam quando são discursivizados. Quando se enuncia um objeto qualquer, mais do que isso, há uma postura sobre esse objeto sendo também apresentada. Há um esquema argumentativo nos dizeres, nos enunciados. Carel (2010) sinaliza bem isso, em apresentação do “quadro enunciativo geral”, quando afirma:

Um exemplo que expressa essa distinção [entre locutor e sujeito falante] é dado por enunciados como *Gislebertus hoc fecit* (assinatura, sobre o portal da catedral de Autun de Gislebert, escultor desse portal), que, falando em terceira pessoa de seus sujeitos falantes (aqui Gislebert), se atribuem um locutor distinto, não engajado na glória daquilo de que fala, e por isso possivelmente objetivo.

Admitirei, além disso, que os conteúdos dos enunciados podem ser introduzidos de diversas maneiras. Essas “maneiras de dizer” do locutor serão descritas por meio de dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa. (CAREL, 2010, p. 23)

Segundo a autora, o locutor tem três atitudes discursivas – defender, ilustrar e/ou comentar – para apresentar o seu conteúdo. Mas não se tratam de “atitudes psicológicas do locutor”; são atitudes “puramente *discursivas*: elas indicam o papel que o conteúdo terá no discurso” (p.23). Os enunciadorees possuem duas funções: indicar um ângulo de vista e validar um conteúdo, como se pode ver no exemplo citado pela autora: *Segundo seu médico, Pedro vai bem*.

Assim a ocorrência de *segundo seu médico*, no enunciado *segundo seu médico, Pedro vai bem*, influencia o próprio conteúdo de *Pedro vai bem*: a saúde de que se trata não é o simples bom aspecto de Pedro nem seu estado profundo, mas aquele que o médico definiu com seus conceitos e com medidas, por meio de seus instrumentos. (CAREL, 2010, p.23-24)

Sustentando essas reflexões, estão os conceitos da Teoria dos Blocos Semânticos desenvolvidos por Carel e Ducrot. E é aqui que a teoria com a qual nos alinhamos segue em outro rumo, embora concordemos com a ideia do sentido estar na discursivização dos enunciados.

2.1.1 Enunciação e acontecimento enunciativo

Buscando construir um conceito histórico de enunciação e, antes, analisando as perspectivas de Benveniste (1976) e a de Ducrot e Anscombre (1976), Guimarães (1989) conclui que “o que ressalta dessas definições todas, e portanto de outras a elas ligadas, é o caráter da

irrepetibilidade da enunciação, ou seja, a enunciação é vista como o lugar do sempre novo.” (GUIMARÃES, 1989, p.72). Por isso, não coaduna com a noção de histórico de Benveniste, Ducrot e nem de Foucault (1969), que o veem com um caráter temporal. Então, Guimarães busca sair dessa visão temporalista e procura um conceito de enunciação que caracteriza a história socialmente, pois, para ele, “enunciar é, em parte pelo menos, determinado socialmente” (GUIMARÃES, 1989, p.73).

Assim consideraremos o enunciado como uma unidade discursiva. Nessa medida o enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma relação com o sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala. (GUIMARÃES, 1989, p.73)

Para o autor, é impossível pensar a linguagem, o sentido, fora de uma relação. “Algo só é linguagem com outros elementos e nas suas relações com o sujeito. Isto dá o caráter inescapavelmente histórico da linguagem” (GUIMARÃES, 1989, p.74). Por isso, para a enunciação, só vale pensar a língua como um conjunto de relações sociohistóricas. Não interessa, portanto, a noção de sistema, cujas relações são de caráter sintagmático e paradigmático. A língua, como sistema, não diz nada. Somente suas regras não são capazes de dizer algo. O acontecimento é que faz a língua dizer e as suas regras funcionarem. E esse acontecimento está ligado às relações, à discursividade, à historicidade.

Na perspectiva de Guimarães (1989), os signos são constituídos pelo enunciado, mas este não emerge numa situação específica, mas se define socialmente por sua historicidade. “A historicidade do enunciado, então, é a condição necessária e suficiente da constituição dos signos e por conseguinte da língua” (GUIMARÃES, 1989, p.76). Para exemplificar isso, discute o aparecimento do verbo *acessar* a partir de enunciados como *Eu tenho acesso ao computador* e *Eu acesso o computador* em que um não pode ser substituído pelo outro, portanto não são sinônimos. A historicidade desses dizeres indica que *ter acesso* é um ato facultativo, posso ou não fazer e é um uso mais antigo, podendo ser percebido como ‘estar disponível’, tal qual em *Eu tenho acesso a muitas informações*. Já *acessar* está mais para uma competência adquirida, seu uso é mais recente e pode ser percebido como *entrar no mundo do computador*. Notamos, então, que não é uma questão gramatical que deve dar conta do aparecimento do verbo *acessar* nesta acepção (como também outros: navegar, deletar, clicar). O que se há de considerar é a questão do acontecimento em que surgem esses enunciados, observando as condições sociais e históricas dele (= o aparecimento do computador e sua existência social). E este acontecimento não é só temporal. Há que se levar em conta o histórico. Daí, o autor afirmar

que um acontecimento “não é, então, o sempre novo. Ele é um acontecimento no tempo, e só é novo enquanto acontecimento no tempo” (GUIMARÃES, 1989, p.78).

Com base nessas reflexões, Guimarães (1989) apresenta o conceito de enunciação para ele.

Este acontecimento é a *enunciação*. E nós a definimos, então, como acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado. Deste modo a enunciação não é um ato individual do “sujeito”, não sendo também irrepitível. O repetível está na enunciação porque ela se dá no interior de uma formação discursiva. Mas no acontecimento enunciativo se expõe ou pode-se expor o repetível ao novo. E isto pode levar à criação de um novo enunciado e mesmo de um novo signo. (GUIMARÃES, 1989, p 8-79)

Então, a semântica à qual nos filiamos tem as suas bases – embora apresentem traços advindos de Benveniste e Ducrot – em Guimarães (2002). Para ele, a enunciação é o acontecimento que produz enunciados. Por acontecimento, entendemos um espaço, ao mesmo tempo, de recção (passado) e um de prospecção (futuro) em que o enunciado é produzido e atualizado, vinculado ao seu histórico de dizeres e que é capaz de possibilitar também uma nova reconfiguração no futuro.

Para nós, uma semântica enunciativa leva em conta não só a dimensão material da sentença (plano da organicidade), mas também a dimensão simbólica (plano da enunciação) que compõem o enunciado, quando do funcionamento da linguagem. Isso quer dizer que um enunciado se faz pelo que ele tem de estrutural, enquanto pertencente a uma língua, e pela memória de seus dizeres anteriores e que são chamados a se atualizarem no acontecimento enunciativo presente, por sua atualização. E não é só isso. Há também uma “latência de futuro”, nos dizeres de Guimarães (2002). Isso porque se a atualização tem uma memória de dizeres anteriores, esse dizer atualizado se tornará base de ancoragem para dizeres futuros. “O acontecimento tem como seu um depois incontornável e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (GUIMARÃES, 2002, p.12). E passado, porque se ancora em fatos anteriormente constituídos, “esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (GUIMARÃES, 2002, p.12).

Guimarães (2002) prefere “tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito”, tal qual Ducrot (1987).

Dois elementos são decisivos para a conceituação deste acontecimento de linguagem: a língua e o sujeito que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento decisivo, do meu ponto de vista, na

constituição do acontecimento é sua temporalidade. Um quarto elemento ainda é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. Não se trata aqui do contexto, da situação, tal qual pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real.⁵ Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (GUIMARÃES, 2002, p.11)

Voltando à questão da temporalidade, para Guimarães, “o acontecimento não é um fato *no* tempo”, não está no presente, nem no passado e nem no futuro. A diferença está aí: o acontecimento é que instala a temporalidade. O presente do acontecimento se dá porque há um passado, um histórico de dizeres que o faz significar, ao mesmo tempo em que estabelece uma latência de futuro, uma projeção de novos dizeres. “Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro” (GUIMARÃES, 2002, p.12). Todo dizer se relaciona com um passado e com um futuro. O dizer não é inaugural. Há uma memória de dizeres e um histórico de enunciações que possibilitam a atualização de um enunciado, não pelo que ele já foi, mas pelo que ele é, em função do onde ele está e, por sua vez, essa atualização do enunciado, depois de proferida, tornar-se-á uma virtualidade em latência para novamente ser alçada em um novo acontecimento.

Assim, o enunciado

(17) Estou com pneumonia.

parece ser um enunciado completo em si mesmo, mas, na verdade, ele já vem carregado de uma memória de dizeres anteriores, tais quais, por exemplo

(18) Estou com tosse e febre.

(19) Não estou me sentindo muito bem hoje.

O estágio atual, uma pessoa com problemas de saúde, se instaurou após um estágio anterior (passado) de pessoa saudável que se viu não se sentindo muito bem e com febre e tosse, ou seja, uma pessoa pré-adoecida. Mas há em (17) também uma latência de dizeres futuros

(20) Não poderei trabalhar por 10 dias.

(21) O médico pediu exames e recomendou repouso.

⁵ Mais adiante no Capítulo de análise, no item 5.1, veremos como isso se manifesta num enunciado presente na fala do personagem Calvin: “De agora em diante, eu quero ser chamado de ‘Calvin, o corajoso’”, através da ENI presente na sentença.

Portanto, a interpretação de um enunciado não se faz somente pela análise dele mesmo no momento do seu dizer, mas também em confronto com a história de dizeres anteriores e dos dizeres futuros nos quais esse dizer atual se insere por força do acontecimento enunciativo.

Nos dizeres de Dalmaschio (2010)

o acontecimento não pode ser visto como algo pontual e linear, e sim como um construto histórico que, por meio de inúmeros entrecruzamentos, é capaz de construir um estado de coisas. Trata-se, portanto, de algo relacional, mas que, ao surgir, é capaz de originar alterações no já posto, no já estabelecido. Dito de outra forma, o acontecimento faz surgir o novo, traz dentro de si uma atualidade porque ele interfere no estado de mundo, com repercussões de maior ou menor magnitude. Entretanto, para que ele realize essa interferência é preciso que se constitua, também, de uma carga de dizer já marcada anteriormente.” (DALMASCHIO, 2010, p. 3)

Daí, a dupla instanciamento do acontecimento: ao mesmo tempo em que ele chama, que se vincula a um passado, ele também projeta, possibilita, abre caminho para um porvir, a partir de um enunciado presente.

E, quando falamos em atualização de um dizer, é preciso compreender o sentido desse termo e de outros que a ele se ligam: memória, possível e virtual. Para Deleuze, nos dizeres de Sousa Dias (1995), o virtual não é, como se pode pensar, oposição ao real. Ao real se opõe o possível – aquilo que se pode realizar, ou seja, adquirir uma realidade que por si mesmo não tem. Já o virtual opõe-se ao atual, porque o virtual não carece de realidade; pelo contrário, o virtual é plenamente real e “representa a dimensão ideal da objetividade, o plano imanente de toda a realidade objetiva, pressuposto por esta, ou sem o qual esta, ou toda a criatividade real, permanece ininteligível” (SOUSA DIAS, 1995, p.90). A cada atualização (saída da condição de virtual) instaura-se também a diferenciação; não é uma simples repetição do virtual na atualidade. O virtual é amplo, múltiplo, e atualizá-lo é criar linhas convergentes para essa multiplicidade.

Retomando nosso exemplo anteriormente apresentado

(1) “A Paris da minha infância não existe mais.”

(1’) Paris não existe mais.

temos que, por definição, ‘Paris’ é um nome próprio e capaz de identificar, especificar um elemento. Dessa forma, dispensaria outros atributos. Porém, a colocação de um determinante nesse nome próprio faz com que o nome “original” seja recuperado em uma instância anterior à do dizer atual, mas, ao mesmo tempo, por essa atualização, por força do acontecimento

enunciativo, ganhe um novo significado e, portanto, não é mais o mesmo elemento que saiu de um estado virtual e tornou-se atual.

A semântica da enunciação com a qual trabalhamos concebe o enunciado como uma atualização de um virtual a partir de um acontecimento suscitado pelo presente do enunciar. Essa nossa perspectiva considera a relação intrínseca entre o material (orgânico) e o simbólico (fatores de ordem enunciativa). Palavras, sintagmas, sentenças não são entidades distinguíveis a partir de sua dimensão material. É na relação com o plano do enunciável que esses objetos ganham identidade. Há, numa instância que não a da sentença, que não a material, uma referência, uma perspectiva. Essa instância é a virtual. Para Souza Dias (2006), o virtual não é algo que se opõe ao real, mas apenas ao atual, já que ele (virtual) possui plena realidade como virtual. O virtual deve ser definido como uma parte própria do objeto real.

Não é qualquer atualização que pode ser aplicada ao virtual para que ele ganhe atualidade, já que ele (virtual) não é completamente determinado. O virtual, ao se atualizar, torna-se um novo real, sujeito à diferença e que se constituirá, pela memória, em um outro virtual, pronto para ser novamente atualizado. Quando ocorre a atualização de um acontecimento, ele é afetado pela memória, causando as diferenças que o torna atual e também projeção de um futuro.

Guimarães (2017), tratando da configuração do acontecimento, diz que este se estabelece porque existe uma “relação entre a língua e o falante, pois só há línguas⁶ porque há falantes e só há falantes porque há línguas.” Então, essa relação interessa ao acontecimento “enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político”⁷ (GUIMARÃES, 2017, p.24). E segue definindo, que

Os falantes não são os indivíduos, as pessoas que falam esta ou aquela língua. Os falantes são estas pessoas enquanto determinadas pelas línguas que falam. Neste sentido, falantes não as pessoas na atividade físico-fisiológica, ou psíquica, de falar. São sujeitos da língua enquanto constituídos por este espaço de línguas e falantes que chamo de espaço de enunciação. (GUIMARÃES, 2017, p.24)

Assim, para ele, o falante não é uma figura empírica, mas uma “categoria linguística e enunciativa”, “uma figura política constituída pelos espaços de enunciados” (GUIMARÃES,

⁶ Língua aqui não é vista como sinônimo de idiomas, mas como espaço do dizer.

⁷ Político é tratado por Guimarães (2017) “como algo que é próprio da divisão que afeta materialmente a linguagem” (p.20) e “o político é incontornável porque o homem fala. O homem está sempre a assumir a palavra por mais que esta lhe seja negada. (...). O político está assim sempre dividido pela desmontagem da contradição que o constitui.” (p.22)

2017, p.25). E para explicar o que sejam esses espaços, tomemos novamente os dizeres deste autor.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços “habitados” por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equívocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político.” (GUIMARÃES, 2017, p.25)

Estabelecidos e definidos esses conceitos, o linguista, depois, discutirá os lugares sociais desse falante que se encontra num espaço enunciativo marcado pelo político e esse lugar social do qual ele fala autoriza-o ou não a dizer as coisas ou a dizer das coisas. Mas antes é preciso considerar, segundo o autor, como é que se dá a tomada da palavra por esse falante. E isso se dá em cenas enunciativas.

Uma *cena enunciativa* se caracteriza por constituir modos específicos de acesso à palavra dadas as relações entre as figuras da enunciação e as formas linguísticas.

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição dos lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” e “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas, mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não por pessoas donas de seu dizer. (GUIMARÃES, 2017, p.31)

Então, enunciar é colocar-se em um lugar, “assumir a palavra é pôr-se no lugar que enuncia.” (p.31). Fazendo alusão à polifonia tratada por Ducrot (1987), o autor retoma os conceitos que ele mesmo apresenta acerca das figuras da enunciação. Para ele,

O *locutor* é aquele que se representa como *eu* na enunciação, representando-se, internamente ao discurso, como o responsável pela enunciação e que ocorre o enunciado. (...) O *alocutário* é o *tu* do discurso, representado enquanto correlato do locutor pelo próprio locutor.

Na representação do *locutor* podemos distinguir dois papéis, L e Lp. O Locutor-L é aquele que simplesmente se representa como fonte do dizer. O Locutor-Lp é o Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo. (GUIMARÃES, 1987, p.21)

Esse Locutor-enquanto-pessoa-no-mundo (Lp) não pode, em termos de enunciação, ser considerado apenas dessa forma. É preciso que ele seja visto também como um ser constituído social e historicamente. Da mesma forma, por correlação, há também o Alocutário-AL e o Alocutário- ALp. E temos também, como figuras da enunciação, o enunciador e o destinatário, em que “o *enunciador* é a posição do sujeito que estabelece a perspectiva da enunciação; o

destinatário é o correlato constituído segundo a perspectiva do enunciador” (GUIMARÃES, 1987, p.22), que pode ser genérica, coletiva, individual. Para exemplificar isso, apresenta:

(4) Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

A enunciação de (4) representa um L que fala da perspectiva do senso comum, e que, inclusive, mobiliza esta perspectiva como argumento para o que diz. Assim, L, neste caso, fala de uma perspectiva genérica, e esta enunciação representa um *enunciador genérico*.

A perspectiva de onde se fala pode, inclusive, corresponder à posição de L, ou à de Lp, ou à do alocutário (AL ou ALp). (GUIMARÃES, 1987, p.22).

Em relação à polifonia, Guimarães (1987) afirma que elas podem se dar de duas formas: ou no discurso relatado (direto e indireto) em que há a representação de mais de um locutor, ou quando há mais de uma perspectiva sendo apresentada no enunciado, de forma que uma delas é a do locutor e outra distinta dela. Assim o autor exemplifica esse último caso:

(5) Só o governo não quer eleições agora.

Sua interpretação poderia ser feita considerando o seguinte:

L { E1 – O governo não quer eleições agora (5a)
E2 – Todos, que não o governo, querem eleições agora (5b)

Quando o Locutor enuncia, é preciso que esteja, então, num lugar social que o permita enunciar. E nesse instante, ele não é mais ele mesmo, mas um lugar social de Locutor. Isso é facilmente percebido se pensarmos numa cena enunciativa em que, no momento de um casamento, um Padre ou um Juiz de Paz diz: *Eu os declaro marido e mulher*. Se esse Locutor não estiver no lugar social de Padre ou de Juiz de Paz, esse dizer não se faz válido e nem pertinente. Esse dizer se origina não no Lp, mas no L. E só tem validade no dizer de L. A esse respeito, Guimarães (2017) comenta e acrescenta.

O Locutor só pode falar enquanto predicado por um lugar social. A este lugar social do locutor chamaremos de *locutor-x*, onde o locutor (com maiúscula) sempre vem predicado por um lugar social que a variável *x* representa (presidente, governador, etc.). Assim é preciso distinguir o Locutor do lugar social do locutor, e é só enquanto ele se dá como lugar social (*locutor-x*) que ele se dá como Locutor. Ou seja, o Locutor é díspar a si. Sem esta disparidade não há enunciação.

Desse modo, no acontecimento de enunciação há uma disparidade constitutiva do Locutor e do locutor-x, uma disparidade entre o presente do Locutor e a temporalidade do acontecimento. (GUIMARÃES, 2017, p.32)

Ao tratar dos enunciadores na cena enunciativa, Guimarães (2017) relaciona-os com a história em seus dizeres e classifica os enunciadores como estando (i) independentes da história, o enunciator-individual, em que há um apagamento do lugar social do locutor. Um exemplo desse caso é o enunciado *Eu prometo que vou a sua casa*, em que o lugar do Locutor é o lugar de dizer apenas; (ii) também independente da história e com apagamento do lugar social é o enunciator-genérico. Ao dizer *Quem semeia vento colhe tempestade*, o enunciator também simula ser a origem do dizer, mas não de forma individual, mas diz porque é o que todos dizem. Há uma diluição de fronteiras entre o individual e o todos; e (iii) um enunciator que está *fora* da história, pois o que ele diz não tem relação com o lugar do dizer, mas com a verdade ou falsidade desse dizer. Em *Todas as pessoas morrem*, ele se apresenta como um enunciator-universal, estando, inclusive, não só fora, como acima da história. É o lugar em que se diz sobre o mundo, nos dizeres do autor. Assim, ele conclui que

a cena enunciativa coloca em jogo, de um lado, lugares sociais do locutor, papéis enunciativos como locutor-brasileiro, locutor-presidente, locutor-jornalista, locutor-professor, locutor-índio, locutor-consumidor, etc. O Locutor não se apresenta senão enquanto predicado por um lugar social distribuído por uma deontologia do dizer. De que lugares sociais é possível dizer o que se diz e deste modo?

Por outro lado, a cena enunciativa coloca em jogo, também, *lugares de dizer* que estamos aqui chamando de enunciadores. E estes se apresentam sempre como a representação da inexistência dos lugares sociais de locutor. E, embora sempre se apresentem como independentes da história ou fora da história, são lugares próprios de uma história. (GUIMARÃES, 2017, p.35)

Dentro dessa perspectiva de semântica e de acontecimento, mas não ressaltando o aspecto político dos dizeres tal qual Guimarães, Dias (2015-c), ao tratar das bases dessa semântica enunciativa, resgata os dizeres de Ducrot em sua fase mais moderna, para expor sua tese acerca da enunciação:

...a enunciação é relativa às condições de “enunciabilidade”, tendo em vista os parâmetros de pertinência social. Ao invés de “realização”, que invoca a ideia do realizado, trabalhamos com as condições de atualização, isto é, as condições que fazem um enunciado ser pertinente na “sucessão dos fenômenos”, a partir de outra perspectiva de se conceber a “sucessão”, em parâmetros de não linearidade, fundada na relação entre uma memória de natureza discursiva e uma atualidade. (DIAS, 2015c, p.7)

Dias (2013), ao tratar do que é, para ele, a enunciação, afirma ser ela “o acontecimento da constituição do enunciado.” (p.230). E esses enunciados advêm de uma relação entre o memorável, numa atualização no presente e que irão se tornar, depois de enunciados, memoráveis para outros enunciados vindouros. Assim, há uma atuação de duas forças: a de

retrospecção (memorável) e a de prospecção (projeção de futuridade) atuando no presente do enunciado.

Em Dias (2015-c), há então um detalhamento de como essas forças atuam e de como um enunciado presente está carregado de passado e latente de futuro. O autor usa o enunciado *Pedro quebrou a porta* e afirma que ele surge “frente a um estado de coisas que se configura como a **anterioridade** que o sustenta” (p. 4) como, p.e., *situações de pressa que perturbam Pedro* ou *As entradas dessa residência estão frágeis*. E continua afirmando que esse enunciado, “na medida em que se apresenta como passível de uma percepção posterior”, é capaz de gerar outros enunciados, tais como *Pedro se irrita facilmente* ou *A segurança nessa residência está deficiente*. Tudo isso é concebido devido à constitutividade enunciativa.

Dessa maneira, a enunciação é a apreensão de um enunciado na sua condição de acontecimento, tendo em conta a sua inserção na sucessão dos fenômenos, tanto do ponto de vista da **anterioridade que sustenta** esse enunciado quanto do ponto de vista da **posterioridade para a qual aponta**. (DIAS, 2015-c, p.5)

Os enunciados são concebidos na sua enunciação. E essa, não tem caráter temporal no sentido de sucessão de fatos em uma linha cronológica, pois, como já vimos anteriormente,

... trabalhamos com as condições de atualização, isto é, as condições que fazem um enunciado ser pertinente na “sucessão dos fenômenos”, a partir de outra perspectiva de se conceber a “sucessão”, em parâmetros de não linearidade, fundada na relação entre uma memória de natureza discursiva e uma atualidade.” (DIAS, 2015-c, p. 7)

Então, sendo assim, continuando essa abordagem, Dias (2015-c) sustenta que as cenas enunciativas nas quais o enunciado está inserido é que definem e determinam o que está na ordem da anterioridade e da posterioridade. Não é uma questão temporal. E o que determina se um enunciado é anterior ou posterior também não está na ordem da sucessividade, mas na ordem da cena enunciativa, ou seja, do próprio acontecimento. Não há anterioridade ou posterioridade fixos, já postos. O espaço da enunciação, ou seja, o acontecimento é que os constitui. E assim, conclui suas reflexões:

... o conceito de “estado de coisas não é consistente. No entanto, não precisamos abrir mão da ideia de que a enunciação participa de uma sucessão. No entanto, essa sucessão não é concebida na perspectiva de uma linearidade. A perspectiva com a qual trabalhamos a sucessão indica que o enunciado participa de um horizonte de intervenção num campo de enunciados que o antecedem e que o sucedem, mas esse campo produz recortes de temporalidade, afetado por uma presentificação dos enunciados pela força do referencial que ali se constitui.

Dessa maneira, o foco de uma semântica da enunciação não é a realização de um enunciado, mas as condições de sua atualização. Isso envolve a formulação dos referenciais que balizam a atribuição de pertinências e a força sócio-histórica que

produz determinações nessas relações de pertinência com outros enunciados em determinado campo de enunciação. (DIAS, 2015-c, p.15)

Nesse momento, precisamos então destacar dois conceitos-chave que irão sustentar as nossas análises durante este trabalho: referencial e pertinência enunciativa. Mas antes, veremos o que Dias (2015-e) desenvolve sobre predicação sintática, mas lembrando que o foco da semântica enunciativa está na ordem da língua e não na organização dela, nem na natureza do item lexical; esse é visto “como unidade configurada na sua relação com uma classe gramatical.” (p.2) e a questão sobre o item lexical que interessa a essa visão teórica adotada é aquela relativa à natureza das relações que se estabelecem entre os itens lexicais e em que se assentam as agregações existentes entre eles. A partir disso então, o autor discute a “concepção de agregação sintática, natureza da predicação e constituição da unidade sentencial” (p.2), fazendo, antes, uma pontuação de traços relevantes do pensamento acerca da predicação ao longo de estudos linguísticos no decorrer dos anos. Para o autor, não se trata somente de ver o ‘como’, mas o ‘porquê’ dos traços enunciativos na sintaxe (articulação) em busca da ordem da língua. Sintaxe tem sido pensada até muito pouco tempo como apenas algo da ordem da estrutura (gerativismo). Mas há visões diferentes desta e, dentre elas, há a forma enunciativa de ver a língua. Nessa visão, uma diferença que se estabelece de pronto é entre comunicar e enunciar. A linguagem tinha o *status* de ser o instrumento pelo qual as pessoas se comunicavam, ou seja, expressavam seus pensamentos. Então, comunicar é visto como o resultado da exteriorização do enunciar. Apresentado esse percurso histórico, o autor conclui

Até o final do século XIX, construir uma sentença seria se situar frente à apreensão de uma entidade. Predicar era um gesto essencialmente de significação na relação da linguagem com o mundo, seja passando pela transmissibilidade, a partir de uma entidade de emissão, seja passando pela razão, a partir de uma entidade de nomeação, seja passando pela comunicação, a partir de uma entidade de afirmação. (DIAS, 2015-c, p.14)

Mas

Como pensar a significação fora dos eixos representacionais, centrados nos paradigmas da ação, da razão e da asserção? A busca por algo propriamente da natureza da linguagem passou pela noção de “evento”, que é concebida diferentemente nos paradigmas formais e funcionais, tornando-se um modo de lidar com a exterioridade da linguagem sem o suporte direto da representação. (DIAS, 2015-c, p.14)

Os estudos que foram apresentados pelo autor nessa resenha, mostraram que o ponto de vista do modelo formal não leva em conta o uso, portanto, não contribui muito para “a compreensão da relação entre linguagem e exterioridade, tendo em vista o compromisso de proporcionar uma explicação para o funcionamento da linguagem na mente” (p.14). Por sua vez, o modelo

funcional, que privilegia o uso, tem a forma concebida numa perspectiva pragmática, como meio de adequação e otimização discursiva, já que o “funcionamento de práticas linguísticas explica ordenações e reordenações sintáticas. A exterioridade é a prática da linguagem, o jogo da interação entre falante e ouvinte” (p.15).

Por isso, Dias (2015-c) propõe que se lance um outro olhar, o enunciativo, sobre a construção nominal, observando a natureza da agregação sintática que é capaz de produzir uma unidade sentencial com vistas à predicação. Segundo ele.

A pertinência do enunciado em um espaço de enunciação, pertinência concebida na relação entre recortes de memória de significação e a demanda de um presente pelos referenciais, movimenta as formações articulatórias que constituem a sintaxe do enunciado, a sua constituição formal. As formações sintáticas sustentam materialmente a memória da língua e ao mesmo tempo a memória das significações dos seus termos, isto é, das unidades que integram essas formações. (DIAS, 2015-c, p.16-17)

Assim, o autor, baseado nas relações articulatórias, lança um olhar diferente para essas construções nominais, tratadas como sintagmas nominais, DP, grupos nominais – de acordo com a teoria que as aborda. Com base numa reflexão sobre a língua e sobre significação, apresenta, então, a partir de uma teoria enunciativa, o conceito de Formação Nominal.

A concepção de formação nominal (FN) está comprometida, portanto, com uma abordagem vertical das construções nominais, tendo em vista que privilegia o processo de formação dos nomes, isto é, o jogo de referenciais que sustentam um nome enquanto unidade de designação. Privilegia igualmente as determinações que ele recebe nas articulações contraídas no âmbito do grupo nominal, nas quais se expõem os pontos de pertinência do dizer, na relação entre a memória e a atualidade do acontecimento enunciativo.

Quando uma formação nominal é constituída apenas por um substantivo, temos uma FN de primeira ordem. Nas FNs de segunda ordem, os substantivos recebem determinações internas. Há também as FNs extensivas, de terceira ordem, formadas por sentenças que ocupam o mesmo lugar de um nome nas articulações sintáticas. Por fim, de quarta ordem, temos as FNs pronominais. (DIAS, 2015-c, p.19)

Mais adiante, detalharemos e exemplificaremos as FNs e suas ordens, mostrando que o nosso trabalho está focado e incide, principalmente, nas FNs de segunda e de terceira ordens. Por ora, voltemos à questão da predicação. A língua é um sistema de regularidades, no ponto de vista enunciativo, e é mobilizada por um acontecimento enunciativo. As FNs, por suas propriedades lexicais, podem ocupar lugares sintáticos, tais como o de sujeito, o de objeto e de lugares como o de adjuntos, de complementos, de apostos, de vocativos e predicativos. Dias (2015-c) segue então, nesse estudo, apresentando a configuração desses lugares e as FNs que os ocupam, traçando um modo enunciativo de analisar as questões sintáticas da língua, em que o semântico é “concebido em termos do funcionamento da enunciação” e em que essa perspectiva

se distingue das abordagens que concebem o semântico em termos de propriedades, ou em termos da funcionalidade da linguagem na interação imediata. Ao invés de perguntar pela natureza das coisas na relação com o homem, ou pela economia linguística na interação entre os homens, perguntamos pela natureza do dizer humano, na constituição da ordem das coisas.

Procuramos privilegiar o gesto inflexivo da predicação, apagado em parte do pensamento sobre a sintaxe na modernidade, por entender que ele é essencial para a compreensão da pertinência do dizer na relação entre a linguagem e a ordem da exterioridade linguística.

Nesse parâmetro, o lugar do sujeito centra-se nas condições para a exploração dos referenciais do sentido pela predicação (...), isto é, o lugar do sujeito é constituído pelas reações do sujeito ao mundo das significações pelo qual ele próprio se constitui em sujeito, ao enunciar e se colocar frente a esse mundo pelas predicações. (DIAS, 2015-c, p.29)

Dessa forma, podemos afirmar que a predicação é o ponto de ligação entre a sentença e a língua, marcado pela pertinência de um dizer no âmbito da enunciação. Assim, com esse olhar, podemos afirmar também que o enunciar precede o comunicar. O comunicar é algo dado como pronto e acabado; o enunciar é o ato da enunciação e, nessa medida, não há o já posto e nem o acabado. Depende da cena enunciativa, das condições de produção desse dizer, pautado nas memórias discursivas e na pertinência de suas atualizações.

Tendo como base a semântica da enunciação, Lacerda (2013) desenvolveu o conceito de Domínio Semântico Memorável (DSM):

... as palavras são atravessadas por uma memória de enunciações que definem o seu sentido. Esse corpo memorável, que confere identidade de sentido às palavras e no qual a atualidade do dizer produz recortes de pertinência, é o que chamamos aqui de domínio semântico memorável (doravante DSM). (LACERDA, 2013, p.122-123)

A autora defende que algumas palavras, por seu DSM, já carregam em si a indicação dos lugares sintáticos que devem ser ocupados em relação a elas. Por seu recorte de estudos, os adjuntos adverbiais, a autora analisa o DSM de vários verbos, a fim de verificar o nível de agregação das formações adverbiais ao DSM das formas verbais.

A proposição da autora é perceber se as Formações Adverbiais (FAdvs) estão “engajadas no DSM do verbo a que se articulam ou se elas teriam insurgido da conformação do cenário, i.e., do referencial que sobreleva na atualidade de enunciação dessas sentenças” (p.125). Para isso, usa as sentenças a seguir para exemplificar

(73) **Essa semana** iniciei a minha dieta maluca.

(74) Um engenheiro americano projetou um revólver de plástico, mas que atira balas de verdade. Calibre 38. E colocou o projeto **na internet**.

(75) Quem age **com respeito** merece respeito.

(76) Eles foram **ao parque**.

- (77) O parasita mora **ao lado**.
 (78) Eles estudam medicina **na UFMG**.

e as submete ao teste de apagamento para verificar se

o lugar ocupado pela FAdv demanda uma matriz de apontamento, configura um silêncio significativo, a partir da retirada dessa FAdv. A configuração de um silêncio sintático, de uma matriz de apontamento no escopo do lugar de adjunto adverbial, indicaria que o DSM do verbo demanda a referência constituída pela FAdv, ou seja, indicaria que a FAdv está agregada ao DSM do verbo. (LACERDA, 2013, p.124-125)

Com o teste, as sentenças assim se configuram e são analisadas:

- (73') [] Iniciei a minha dieta maluca.
 (74') Um engenheiro americano projetou um revólver de plástico, mas que atira balas de verdade. Calibre 38. E colocou o projeto [onde].
 (75') Quem age [] merece respeito.
 (76') Eles foram [onde].
 (77') O parasita mora [onde].
 (78') Eles estudam medicina [].

Notamos que a sentença (73') apresenta um cenário em que os elementos instados a construir a referência em torno do verbo 'iniciar' são apenas aqueles linguisticamente materializados na ocupação dos lugares de sujeito e de objeto, já que o apagamento da categoria de tempo expressa pela FAdv 'essa semana' não deixou vestígios na referência constituída pela sentença (73'). A sentença (74'), em contrapartida, demanda uma matriz de apontamento para a categoria de lugar no escopo do lugar de adjunto adverbial. Isso nos indica que a FAdv 'na internet' não é uma especificidade do cenário constituído pela atualidade do dizer que se materializa em (74), mas está arraigado ao DSM do verbo 'colocar'. A sentença (75'), por sua vez, não parece constituir matriz de apontamento no lugar da FAdv subtraída. Isso nos indica que a FAdv 'com respeito' está menos agregada ao DSM do verbo 'agir', na sentença (75). As sentenças (76') e (77'), em contrapartida, mostram que se produz matriz de apontamento nos respectivos lugares sintáticos de adjunto adverbial que originalmente estavam ocupados por uma categoria FAdv constituída pela categoria lugar. Por fim, a partir da observação de (78'), compreendemos que a FAdv 'na UFMG' não deixa em seu lugar uma matriz de apontamento ao ser eliminada da sentença. Isso significa que as FAdv em análise nas sentenças (76) e (77) estão mais agregadas ao DSM do verbos 'ir' e 'morar', respectivamente, enquanto a FAdv analisada em (78) está menos agregada ao DSM do verbo 'estudar'. (LACERDA, 2013, p. 124)

Essa forma de análise reverte o que tradicionalmente se acredita em termos de qual é o termo requerente e o termo requerido em termos de relacionamento sintático. A autora afirma que

Assumimos, pois, essa orientação, distinta do que tradicionalmente se vê como direcionamento, segundo a qual "é o termo secundário que é o requerente e o termo primário que é o requerido: um termo primário pode aparecer sem o termo secundário, mas não o inverso" (HJELMSLEV, 1939, p. 19, tradução nossa). Lidamos com essa inversão na medida em que partimos da FAdv, como elemento secundário, para chegar a uma explicação acerca da relação dessa FAdv com o verbo, tomando-o como elemento primário. Supomos que é a FAdv que requer a relação com o verbo para se configurar e não o inverso. Assim, procedemos nesta ordem: primeiramente, observamos uma sequência em que as FAdv estão materializadas e, depois,

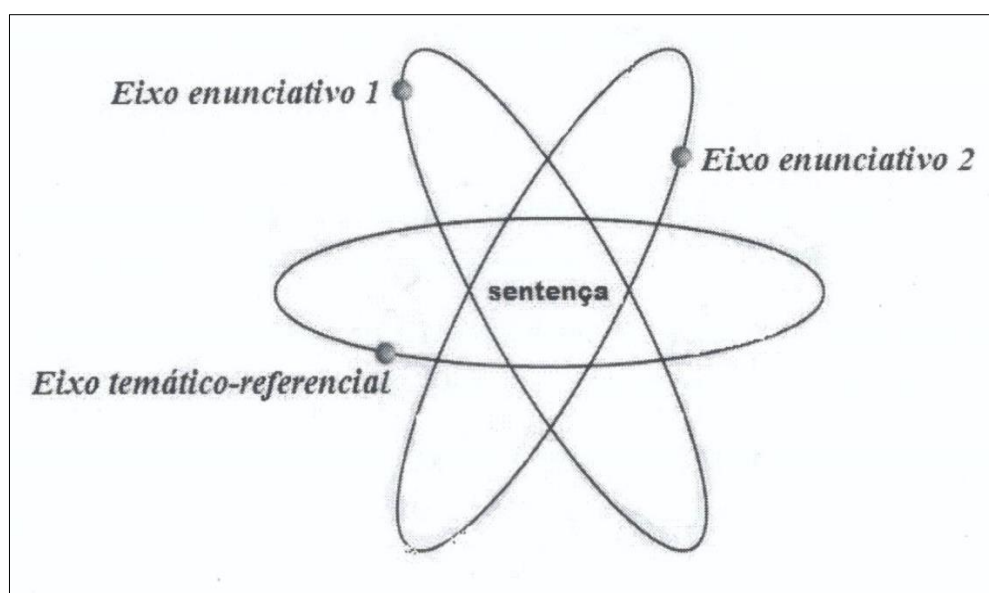
efetuamos o apagamento delas, a fim de depreender se a instanciação dessas FAdv na sentença explicar-se-ia pela agregação delas ao DSM do verbo. Essa inversão parece nos oferecer um ângulo de visão mais ajustado às especificidades do lugar de adjunto adverbial. (LACERDA, 2013, p. 124-125)

Segundo a autora, as categorias de referência apresentadas pelas FAdv estão submersas na constituição do cenário das sentenças, instadas no domínio referencial dessa sentença.

... podemos dizer que o processo de constituição de referência da sentença estaria ancorado em um domínio referencial que lhe dá sustentação, contudo, a transposição do domínio virtual para a atualidade da enunciação parece estar eivada de incursões creditadas ao ponto de vista que se lança sobre a constituição dessa referência. E na medida em que as FAdv transitam entre dar suporte linguístico às variáveis concernentes ao que Sousa Dias (1995) entende por ponto de vista e dar suporte à unidade de referência agregada ao DSM do verbo, compreendemos que os eixos enunciativo 2 e temático-referencial congregam-se em um único contínuo. (LACERDA, 2013, p.128)

Esses eixos enunciativos a que a autora se refere são organizados por ela em um esquema atômico que representa os eixos constitutivos da sentença.

Esquema 1: Esquema atômico dos eixos constitutivos da sentença



Fonte: Lacerda (2013, p.100)

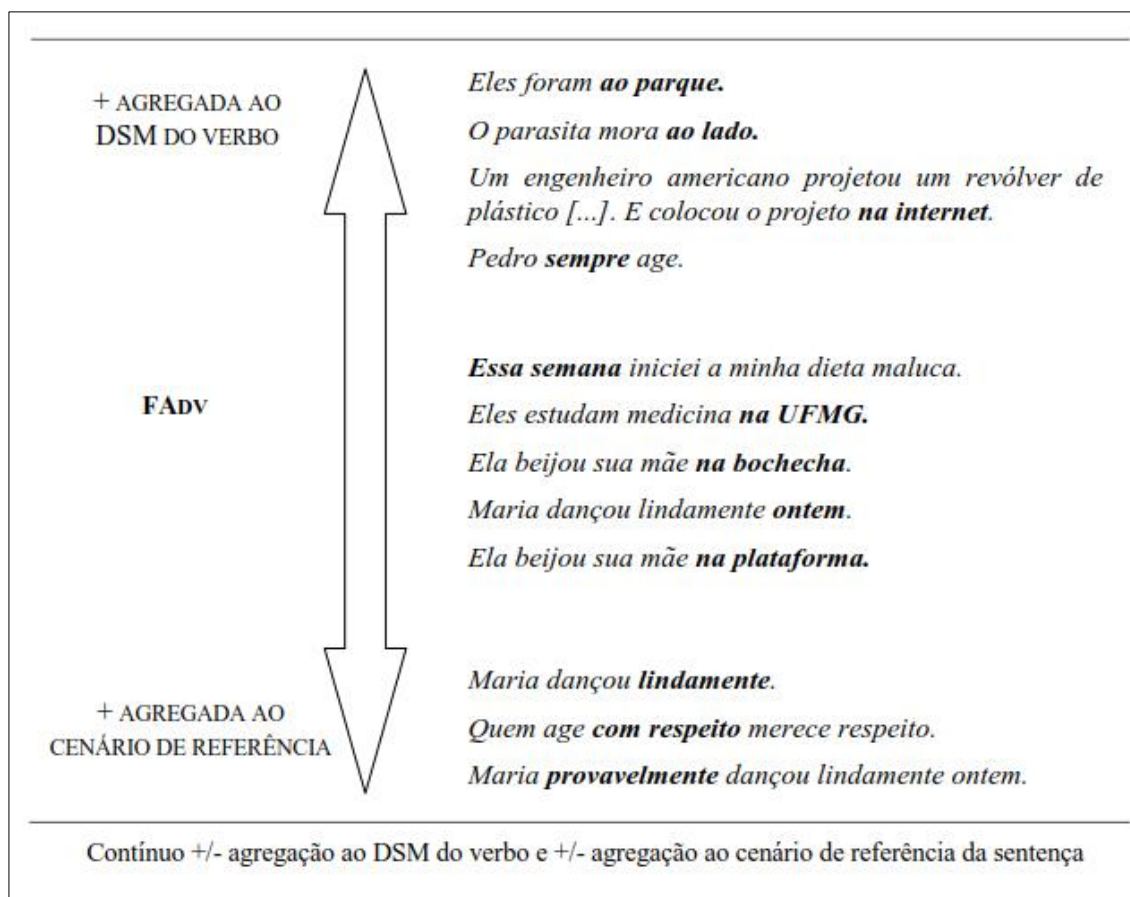
Esse esquema representa como cada eixo participa na constituição da sentença em que

o eixo enunciativo propriamente dito, que representamos como eixo enunciativo 1, o eixo da incidência do locutor, que representamos como eixo enunciativo 2, e o eixo temático referencial se entrelaçam e atuam de forma interdependente na constituição da sentença. (LACERDA, 2013, p.100)

Assim sendo, a autora cria um contínuo baseado nesses eixos, em função da proeminência de cada um deles nas diversas sentenças. Esse contínuo se organiza da menor à maior agregação

ao DSM do verbo ou ao cenário de referência em que as sentenças aparecem, como pode ser observado no quadro que a autora desenvolveu para demonstrar essa afirmação (p. 128).

Esquema 2: Contínuo +/- agregação ao DSM do verbo e +/- ao cenário de referência da sentença



Fonte: Lacerda (2013, p.128)

Por esse modelo de análise com base na semântica enunciativa, análises de termos sintáticos verificam a instanciação do dizer, quando este sai de um estado de virtualidade e se atualiza em um acontecimento enunciativo que coloca a língua em funcionamento. Lacerda (2013, p.95) afirma que as sentenças são perpassadas por eixos que atuam simultaneamente na constituição delas.

A visão que se tem do eixo enunciativo com o qual temos trabalhado de forma recorrente na sintaxe de bases enunciativas concerne à instalação do próprio dizer, o que se efetiva na medida em que a língua é posta em funcionamento, ou na medida em que se dá o evento do aparecimento do enunciado.” (LACERDA, 2013, p.96)

Tomando por base esse modelo, no capítulo 5, item 5.3, fizemos a análise de algumas sentenças coletadas para o nosso *corpus*, como *A lua, satélite natural da Terra, está muito brilhante hoje;* *A lua, cúmplice dos amantes, está muito brilhante hoje;* *A lua, meu corpo celeste preferido, está muito brilhante hoje;* *João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado;* *João, que é*

econômico, tem muito dinheiro guardado; Pelé, o rei do futebol está aqui; Pelé, homem negro e forte, está aqui; dentre outras. Observamos a proeminência dos eixos, enunciativos ou temático-referencial, nas ENIs que compõem as FNs dessas sentenças, com vistas a comprovar como essas ENIs atuam na construção do sentido dos enunciados nos quais elas se encontram.

Um outro modelo de análise baseado na Semântica da Enunciação é o proposto por Dias (2018b) que, observando as orações adjetivas em uma abordagem enunciativa, analisa o papel delas como “integradoras de uma sentença de valor adjetivo a um nome”, constituindo uma FN. Para ele, essas sentenças são convergentes do nome e podem se dar de duas formas: convergência indicativa e convergência posicional. Por convergência indicativa, o autor entende aquelas sentenças que, agregadas ao nome de uma maneira específica, dizem dos seus referenciais históricos e sustentam a pertinência dos dizeres delas: “O convergente indicativo assinala e delinea fatores referenciais que sustentam sentidos na FN. Na medida em que delinea fatores referenciais para o nome, o convergente torna pertinentes as relações que esse nome estabelece em outros espaços de enunciação” (DIAS, 2018- prelo, p.7). Para demonstrar isso, usa do seguinte exemplo:

*(1) Notícias de **um Mato Grosso que cresce***

E explica

Na ocorrência (1), podemos conceber, no convergente “que cresce”, o delineamento de um fator que determina referencial histórico para o nome “Mato Grosso”. Trata-se do crescimento econômico. Esse convergente é agregador de sentido para o nome na FN. A expansão e especificação desse fator referencial encontra-se nos enunciados integrados a essa FN, detalhando a produção de grãos e expansão do agronegócio, na condição de suporte da convergência. Dessa maneira, projeta-se o nome “Mato Grosso” como pertinente aos espaços de enunciação voltados para o crescimento econômico dos estados brasileiros. (DIAS, 2018- prelo, p.7)

O autor, traz um quadro (p.10) em que, usando a metodologia de rede enunciativa, buscando outros exemplos, mostra como essa convergência indicativa se dá em relação ao nome Mato Grosso.

Quadro A: Rede Enunciativa da convergência indicativa

FATOR REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE DA CONVERGÊNCIA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	“que cresce”	crescimento
	“que baseou o seu desenvolvimento pela terra”	desenvolvimento
	“que aparece no noticiário da grande mídia como um gigante de produção”	prosperidade
	“que Bartolomé Bossi conheceu”	economia não desenvolvida (passado) Vs economia desenvolvida (presente)
	“que ele desconhece completamente”	padrão alto (desconhecido)

Fonte: construção própria

Orações desse tipo, conhecidas como orações adjetivas restritivas, têm um caráter integrativo na constituição da FN. Mas há um outro tipo de constituição da FN através das orações adjetivas explicativas. São sentenças de encaixe de caráter informativo acerca do nome ao qual se agregam.

... passam a ser concebidas como convergências posicionais, na semântica da enunciação, no sentido de que participam de modo específico da explicitação de referenciais históricos do nome. Sendo assim, essas convergências posicionam o nome como pertinente à temática desenvolvida na estruturação das sequências concernentes à formação nominal. (DIAS, 2018-prelo, p.11)

Essa convergência reforça um fator referencial do nome, posicionando-o na temática da qual esse nome participa. Por isso “os convergentes posicionais adquirem um papel essencial na relação de atualização do referencial e a constituição da temática que abriga a formação nominal” (DIAS, 2018b-prelo, p.13).

Para exemplificar como isso se dá, o autor traz situações comunicativas em que a temática é a produção de soja.

(6)

*No Brasil, a região sul foi até 1970 a maior produtora do país, sobretudo no Rio Grande do Sul e Paraná, atualmente, já perdeu em volume para o **Mato Grosso, que é agora o maior produtor nacional**. A partir dos anos 80, a soja estendeu-se para o cerrado brasileiro, uma vasta região que abrange o chamado polígono dos solos ácidos, ou seja: Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Tocantins, sul do Maranhão, sul do Piauí e oeste da Bahia. Com isso, a região do cerrado tornou-se a maior região produtora do país.*

(7)

*O plantio de soja no principal Estado produtor do Brasil, o **Mato Grosso, que avançou em ritmo recorde na safra 2016/17, atingiu 97,6% da área projetada para o atual período na última semana.***

Observemos que a informação relativa à liderança na produção de soja, expressa na relativa explicativa (“que é agora o maior produtor nacional”) e ao aumento de produção na última safra (“que avançou em ritmo recorde na safra 2016/2017”), se articula, cada uma a seu modo, em convergência com o nome Mato Grosso de maneira a estabelecer/reforçar/fortalecer a conexão do nome com o tema (produção de soja), tendo em vista o referencial histórico que sustenta esse nome. (DIAS, 2018-prelo, p.11)

Com a mesma metodologia, a de rede, constrói um quadro (p.13) em que demonstra como essa convergência em relação ao nome Mato Grosso se dá, tendo em vista a temática estabelecida.

Quadro B: Rede enunciativa da convergência posicional 1

FATOR REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA POSICIONAL	TEMÁTICA
AGRO	“que é agora o maior produtor nacional”	prod. de soja
	“que avançou em ritmo recorde na safra 2016/2017”	prod. de soja
	“que já foi o segundo maior produtor de arroz do Brasil”	prod. de arroz
	“que foi o responsável em expandir a nova fronteira do algodão na região Centro-Oeste”	prod. de algodão
	“que elevou o rendimento médio em 11,5%”	prod. de milho

Fonte: construção própria

Usando esse modelo e metodologia, também no capítulo 5, item 5.2, fizemos a análise de vários excertos do livro *Indefensável*, usado como parte do nosso *corpus*, bem como de cerca de sessenta sentenças desse mesmo livro e outras retiradas de notícias veiculadas na imprensa sobre o caso Bruno e cujas ENIs atuam decisivamente na construção do sentido dos enunciados. Sentenças como *Uma justa homenagem ao homem que fechava o gol do Flamengo; Aquele rapaz –de infância humilde e história sofrida – sonhava alto; O menino – que volta e meia se metia em confusão – ficou assustado; ... mais próximo daquele Bruno que ameaçara ... e se tornava mais prepotente quanto mais se acercava do estrelato*, dentre muitas outras foram observadas, segundo o referencial histórico adotado pelo locutor no momento de sua enunciação e a pertinência desses na cena enunciativa, com vistas a perceber a orientação argumentativa que se constrói através das ENIs nas FNs.

Dessa forma, temos aqui apresentadas duas propostas de análise sintática tendo como suporte teórico a semântica da enunciação: 1- Eixos enunciativos e 2- Convergências indicativas e posicionais. E, quando pensamos enunciativamente, é preciso lembrar que o ato de enunciar é mobilizado por uma demanda de pertinência, por uma necessidade do dizer. E isso, muitas

vezes, implica atitudes tais como concordar, responder, informar, argumentar. Devido ao recorte de nosso estudo, vamos nos concentrar nessa última: a argumentação.

2.1.2 Argumentação na língua

Sabemos e reconhecemos a importância dos estudos sobre argumentação, tendo em vista os aspectos da retórica e do apelo às emoções, desenvolvidos, principalmente, por analistas do discurso. Ruth Amossy, Maingueneau, Plantin, Helcira Lima, Kerbrat-Orecchioni, Micheli, Toulmin, Fiorin são expoentes nesses estudos. No entanto, por questões de objetividade do nosso trabalho e o foco ao qual estamos nos dedicando, bem como a extensão pretendida por um trabalho dessa natureza, optamos por nos concentrar no viés que trata da argumentação na língua, que tem como precursor Oswald Ducrot, seguido por Carel e Guimarães. A ordem em que os apresentaremos é a ordem cronológica dos textos trabalhados, o que não significa de forma alguma que seja a ordem da construção do pensamento dos referidos autores.

Guimarães (1987) afirma que “os sentidos de um recorte enunciativo são os efeitos, representados no enunciado, de sua própria enunciação” (p.19). Para ele, a orientação argumentativa está incluída nessa representação. Segundo ele, “a enunciação é uma relação discursiva num certo momento particular” (p.24), porém não simplesmente vista como um fato histórico-social, já que não percebe a história como uma “sucessão cronológica, mas a do passado ou mesmo futuro que se apresenta no presente da enunciação. Nesta concepção a categoria do tempo não é explicativa, ela pode ser do nível do fato, mas não da teoria” (GUIMARÃES, 1987, p.24).

Seguindo suas reflexões, o autor esclarece o seu modo de pensar a argumentação baseado no molde proposto por Anscombe e Ducrot (1976) que dizem que “orientar argumentativamente com um enunciado X é apresentar seu conteúdo A como devendo conduzir o interlocutor a concluir C (também um conteúdo)”. Nós, ao falarmos do trabalho de Ducrot, logo adiante, explicitaremos melhor essa forma de pensar a argumentação. Há uma novidade, entretanto, na forma de pensar de Guimarães, pois ele propõe que consideremos, nesse modelo, os conceitos que ele chama de *classe* e *escala argumentativa* quando se analisa semanticamente os enunciados.

Para explicar esses conceitos, ele analisa dois enunciados: (A) *O Zico errou um pênalti no jogo de hoje* e (B) *Até o Zico errou um pênalti no jogo de hoje*. São enunciados ditos por pessoas que comentavam acerca de um jogo da seleção brasileira que a desclassificou da Copa do Mundo de 1986. Segundo Guimarães, o enunciado (A) pode ser entendido como uma simples informação sobre o jogo, mas (B) não pode; (A) – necessariamente – e (B) – possivelmente – poderiam ser vistos como uma razão para a conclusão de que, na seleção brasileira, todos jogaram mal naquele dia, que o “Brasil não teve sorte no jogo”. Embora ambos sejam usados como argumentos para a conclusão, a diferença entre eles é que somente (B) pode ser considerado como aquele que orienta argumentativamente. Assim sendo, ambos os enunciados fazem parte de classes argumentativas no sentido de que “uma classe argumentativa é definida por uma conclusão e constituída pelos enunciados cujos conteúdos podem ser argumento para tal conclusão.” (p.26). Dentro dessas classes argumentativas encontramos variáveis que podem orientar a argumentação. Assim, em (B), “a orientação argumentativa do enunciado é a presença do *até*” produzindo o efeito de espanto, de surpresa de algo inacreditável. “E essa orientação argumentativa configura-se como parte das regularidades semânticas de um enunciado. Um outro exemplo que podemos dar, para melhor compreendermos esse conceito, é:

(22) Igor chega atrasado todos os dias.

(22’) Igor chega atrasado quase todos os dias.

em que os argumentos de (22) e (22’) servem para a seguinte conclusão possível:

(X) É preciso ter uma conversa séria com ele.

Mas, somente (22’) orienta argumentativamente para essa conclusão, produzindo um efeito amenizador da situação, através do *quase*. Não fosse isso, ambos os enunciados poderiam levar à conclusão

(Y) É preciso despedi-lo.

O outro conceito tratado por Guimarães é o de *escala argumentativa* em que essa “é uma classe argumentativa em que se configura uma relação de força maior ou menor dos conteúdos dos enunciados” (GUIMARÃES, 1987, p.28).

Retomando (A) e (B) e propondo (C) *O Sócrates e até o Zico perderam pênaltis no jogo de hoje*, os três são classes argumentativas que levam à conclusão de que o Brasil não teve sorte

no jogo ou que na seleção brasileira todos jogaram mal naquele dia. Entretanto, a diferença é que em (C) a classe argumentativa também tem uma escala, pois tanto Sócrates quanto Zico perderam pênaltis, mas a presença do *até* diante do nome Zico faz com que isso seja ainda mais forte, mais inacreditável que o fato de Sócrates ter perdido um pênalti também. A orientação argumentativa dada é de que, embora ambos sejam bons batedores de pênaltis, portanto não deveriam errar – o que fez com que se concluísse a má sorte ou o mal desempenho dos jogadores –, isso é ainda mais surpreendente em relação ao Zico. A escala argumentativa é do menos para o mais surpreendente no enunciado, orientado pela presença do *até*.

Se a orientação argumentativa faz parte das regularidades na constituição do sentido, nos dizeres de Guimarães, então “a estas regularidades chamaremos significação de um enunciado, e esta deverá explicar os sentidos dos recortes enunciativos” (GUIMARÃES, 1987: 29).

As hipóteses sobre tais regularidades são hipóteses sobre o caráter histórico dos sentidos das enunciações. Mas como não se trata de regras, não se configura a significação como tendo um caráter imperativo.

Consideramos que a contraparte destas regularidades é que elas *impedem* que o texto tenha sua continuidade numa direção que se oponha à orientação argumentativa. (GUIMARÃES, 1987, p.29)

Essa é uma forma de ver como a argumentação se dá na língua. Embora Guimarães tenha tomado “certos conceitos descritivos da semântica da enunciação formulados por Ducrot”, ele o fez num outro quadro metodológico. Dessa forma, vejamos agora como Ducrot apresenta esses conceitos.

Em primeiro lugar temos que lembrar que Ducrot faz questão de distinguir argumentação linguística de argumentação retórica. Ducrot (2009) distingue ambas, de forma contundente, radical e absoluta, afirmando que uma não tem nenhuma relação direta com a outra. Para ele, argumentação retórica é a “atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa” (p.20). Esclarece que não é somente levar alguém a fazer algo, mas é levá-lo a fazer, porque se apoia sobre um crer nesse algo; o que, para o autor, é uma limitação. Ele afirma ainda que há uma segunda limitação nessa forma de argumentação que é o fato de ela não ser considerada por ele como “unicamente como atividade verbal” que utiliza a palavra para fazer crer.

Essa limitação é, também ela, muito importante porque há outros meios de fazer crer que não o de falar: pode ser suficiente pôr o destinatário numa situação em que ele tem interesse em crer o que se quer fazê-lo crer. Mas disso também, eu não me ocuparei, e considerarei unicamente a persuasão pela palavra, pelo discurso. (DUCROT, 2009, p.20)

Por argumentação linguística, Ducrot (2009) define

os segmentos de discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A e C, ligadas implícita ou explicitamente por um conector do tipo *donc* (portanto), *alors* (então), *par conséquent* (consequentemente) ... Chamarei A o argumento, e C a conclusão. Essa definição pode ser estendida aos encadeamentos que ligam, não duas proposições sintáticas, mas duas sequências de proposições, por exemplo, dois parágrafos de um artigo. (DUCROT, 2009, p.21)

Para reforçar a oposição entre as duas formas de argumentação, o autor detalha a crítica que faz à argumentação retórica afirmando que ela, além de apoiar-se em princípios gerais que admitem exceções, a persuasão pede apoios em outros motivos que não os racionais, ou seja, é preciso “acrescentar à convicção o apelo ao sentimento”, envolvendo as paixões, as emoções no *logos*.

Após fazer isso, o linguista apresenta a sua teoria de argumentação na língua, desenvolvida por ele e Jean Claude Anscombe e, atualmente, mais desenvolvida por Marion Carel.

A ideia de base é que, num encadeamento argumentativo *A donc (portanto) C*, o sentido do argumento A contém em si mesmo a indicação de que ele deve ser completado pela conclusão. Assim, o sentido de A não pode ser definido independentemente do fato de que A é visto como conduzindo a C. Não há, pois, propriamente falando, passagem de A a C, não há justificação de C para um enunciado A que seria compreensível em si mesmo, independentemente da sequência *portanto C*. Consequentemente, não há transporte de verdade, transporte de aceitabilidade de A até C, já que o encadeamento apresenta *portanto C* como já incluído no primeiro termo A. (DUCROT, 2009, p.22)

Para comprovar isso, analisa o exemplo: “Tu diriges depressa demais (A), tu corres o risco de sofrer acidente (C)” em que A é uma premissa e C a conclusão em que o *portanto* está implícito. Entretanto, Ducrot afirma que essa descrição é falha e contrapõe outro exemplo: “Tu diriges depressa demais (A), tu corres o risco de cometer uma infração (C).” Par ele, não se trata da mesma velocidade nos dois casos e conclui que os dois exemplos analisados, “embora liguem duas proposições assertivas por meio do conector *portanto* (eventualmente implícito), não assinalam de modo algum uma inferência que vai de uma afirmação para outra.” O encadeamento argumentativo serve “para qualificar uma coisa ou uma situação (aqui a velocidade) pelo fato de que ela serve de suporte a certa argumentação.” Em sentenças do tipo *A portanto C* não se pode ver somente os segmentos como “fatos fechados sobre eles mesmos, compreensíveis independentemente do encadeamento, e suscetíveis de ser em seguida ligados entre si.” O encadeamento já é dado pelo argumento. Ele constitui o valor semântico do argumento. Nos exemplos (I) *Esse exercício é muito fácil, vou fazê-lo* e (II) *Esse exercício é muito fácil, não vou fazê-lo*, a escolha da conclusão – fazer ou não fazer o exercício – já está

inscrita no próprio sentido dos argumentos – ser ou não desafiador ou compensador para quem irá fazê-lo.

Nesse momento, Ducrot faz uma afirmação com a qual nos alinhamos e que serve de sustentação para a análise do objeto deste trabalho a que nos propomos fazer. Segundo ele, “a maior parte das expressões, sejam elas empregadas ou não com intenção persuasiva, comportam, no seu sentido, argumentações”. (DUCROT, 2009, p.23). Dessa forma, quando dizemos *Luís é um homem boêmio* e *Luís é um homem festeiro*, vemos aí uma alusão a argumentações que poderiam levar a conclusões do tipo *não serve para casar* em ambas as sentenças, mas, nitidamente, mais persuasiva na primeira, pela carga semântica do vocábulo selecionado. O mesmo se dá no exemplo por nós apresentado: *João é um homem econômico* e *João é um homem pão duro*, em que a segunda sentença tem, socialmente falando, um caráter negativo em contraposição à anterior, cujo caráter é positivo. Então, segundo Ducrot, “os encadeamentos argumentativos já estão presentes, a título de representações estereotipadas, na significação das palavras do léxico.” Também podemos comprovar isso em *Alexandre chega cinco minutos atrasado todos os dias* e *Alexandre chega quase cinco minutos atrasado todos os dias* em que, embora ambas as sentenças possam levar à mesma conclusão, p.e., *portanto sai sempre após o horário de término do expediente*, a segunda sentença traz em si, pelo uso do *quase*, uma carga de repreensão, de negatividade maior do que na primeira. E essa condução, orientação argumentativa está na língua, no encadeamento das palavras na sentença.

Também tratando da argumentação na língua, Carel (2002) discute a argumentação interna aos enunciados e sustenta que qualificará de “encadeamento argumentativo qualquer discurso sintaticamente analisável em duas frases que, de um ponto de vista semântico, são interdependentes e exprimem, finalmente, ambas, uma única coisa.” (CAREL, 2002:29). A autora relaciona sentenças com os articuladores *donc* – portanto – (a que ela nomeia como sendo encadeamento normativo) e *pourtant* – entretanto – (chamado de encadeamento transgressivo), buscando o paralelo existente entre eles.

Para exemplificar esse fato e essas afirmações, lança mão de dois trechos da fábula de La Fontaine que retrata a história de uma Raposa e de uma Cegonha em que ambas tentam demonstrar sua esperteza e se dão mal.

I- Essa sopa foi por ela servida num prato:

A Cegonha, de bico longo, não pôde pegar nada.

II- Foi-lhe necessário voltar em jejum para seu ninho

Envergonhada como uma Raposa que uma Galinha tivesse pegado.

A qualificação de *Cegonha* por *de bico longo* não tem nenhuma utilidade referencial, pois não limita o alcance de *cegonha*, não facilita a determinação do objeto em questão, tal como se daria, p.e., em *a cegonha de bico quebrado*. Mas essa atribuição se faz necessária quando se observa o enunciado, uma vez que parece

... ligar o sujeito gramatical seu predicado *não pôde pegar nada*, ou mais precisamente *a não pôde pegar nada daquilo que estava servido em um prato* (daquilo remete, não à sopa como coisa qualificada, mas à sopa-servida-em-um-prato), e o verso condensa assim o encadeamento normativo:

Ela tinha um longo bico, donc ela não comeu nada do que estava servido em um prato.
(CAREL, 2002, p.30)

Isso permitiu construir uma argumentação que foi ligada pelo *donc* mesmo sendo elementos de “entidades sintáticas diferentes”, devido à função atributiva. A autora segue afirmando que

... a função argumentativa que procuro pôr em evidência, no próprio interior dos enunciados, pode consistir em introduzir encadeamentos não mais normativos, mas transgressivos. Assim, a argumentação que liga *Galinha e pegar uma Raposa* no verso de La Fontaine *Envergonhada como uma Raposa que uma Galinha tivesse pegado* é transgressiva, e esse verso evoca:

é uma Galinha, pourtant ela pegou a Raposa

ou mais geralmente:

era fácil evitar, pourtant caiu na armadilha. (CAREL, 2002, p.31)

A argumentação transgressiva é que permite perceber e avaliar o que está sendo enunciado, ou seja, a vergonha da Raposa, tida como esperta mas que caiu numa armadilha.

Para nosso estudo, interessa-nos sobremaneira como essa argumentação recaiu, ou melhor, se construiu sobre e a partir de termos que são justamente objetos de nosso trabalho. Dessa forma, pretendemos mostrar como termos dessa natureza – aquelas por nós chamadas de ENIs – são também argumentos eficazes e totalmente capazes de orientar e direcionar, ou mesmo modificar, a construção de sentido das sentenças, usando a própria língua e seus mecanismos sintáticos, sem recorrer a elementos externos a ela.

Ainda tratando de argumentação na língua, Carel (2005) apresenta o que ela chama de uma “argumentação puramente discursiva”, propondo “definir uma noção de argumentação” e o “que ela permite pôr em evidência” (p.77). Numa situação em que *Pedro* precisaria se locomover, enunciados como *É perto, portanto Pedro pegou a bicicleta* seria perfeitamente

aceitável e *É perto, portanto Pedro pegou um meio de locomoção*, embora sendo pouco usual, a expressão empregada – meio de locomoção – também é considerada aceitável para a situação comunicativa apresentada. Entretanto, *É perto, portanto Pedro utilizou um objeto de metal* e *É perto, portanto Pedro montou num objeto azul* não seriam aceitáveis, mesmo que a bicicleta em questão fosse azul e de metal. O que se evidencia nesses dois últimos enunciados, embora se relacionem a bicicleta, é que não o fazem em relação a percurso. Dessa forma, não servem como argumentação em virtude de não colocarem em evidência características que se prestem à discursivização do enunciado.

E assim, analisando segmentos nesse tipo de construção, a autora chama de “encadeamento argumentativo qualquer sequência de dois segmentos que são, de certo modo, *dependentes*” (p.80). Em seguida, define-os como normativo e transgressivo, como já visto anteriormente. Mas o que nos fez voltar a esse conceito é a afirmação da autora de que “a permutação dos segmentos articulados é acompanhada de forte mudança de sentido” (p.81), comprovada pelos exemplos *O tempo está bom, mas estou cansada* e *Estou cansada, mas o tempo está bom* como argumentos para uma pessoa fazer ou não uma caminhada, em que no primeiro enunciado se faz a recusa e no segundo, a aceitação. Ambas evocam o mesmo princípio – a fadiga torna a caminhada desagradável e o tempo bom a torna agradável. A distinção se dará pelo valor de importância dado a cada um desses princípios o que determina se serão normativas ou transgressivas as argumentações. Daí, Carel conclui que “certos articuladores tomam em conta a argumentação transgressiva, do mesmo modo que a argumentação normativa.” E que “as relações entre sintagmas no interior de um enunciado podem ser regidas pelos dois tipos de argumentação, normativa e transgressiva” (p.84).

Então, pensando dessa maneira, podemos dizer que a argumentação se dá não somente entre termos de um mesmo enunciado, mas também entre enunciados dentro de um texto. A semântica da enunciação também descreve instrumentação que se aplica à análise desses enunciados inseridos em um texto, tanto quanto para análise de enunciados únicos.

Guimarães (2010), afirma que, para que um semanticista, enquanto tal, analise textos e/ou sentenças, ele deve, partindo do ponto de vista de sua semântica, usar procedimentos descritivos desta semântica. Mas também, por outro lado, e necessariamente, deve tomar uma posição sobre o que é texto e sobre como analisar um texto, já que uma análise semântica não é uma análise de texto, embora possamos considerar que um texto interessa por seus sentidos.

Um texto não é um conjunto de enunciados, nem é uma unidade composta de enunciados; é uma unidade de sentido integrada por enunciados. Para ele, a integração não é uma relação caracterizada pela segmentalidade. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam. A relação entre os elementos não é de contiguidade, não se marca pela direção da segmentalidade. A posição de Guimarães(2012) “leva a uma concepção de funcionamento do texto que diz respeito a procedimentos de constituição de sentido que não é segmental.”

Para a análise de um texto, considera-se um procedimento geral que, em primeiro momento, faz um recorte do texto e com isso se produz uma descrição de seu funcionamento; em seguida interpreta-se seu sentido na relação com o todo; toma-se outro recorte e repete-se o procedimento, agora tendo em vista a primeira interpretação também, e assim sucessivamente.

Deste modo é possível pensar operações reiteradas de descrição e interpretação, que podem ir confirmando uma interpretação já dada no primeiro movimento. Se for o caso, pode-se complexificar a interpretação inicial e, eventualmente, modificá-la se o conjunto das relações entre recortes e o texto levar a isso, tendo em vista a teoria de sentido que se adotar.

A articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade. Por exemplo, se tomamos as relações dos dois sintagmas “O ex-goleiro Bruno” e “O ex-goleiro do Flamengo”, vemos que o sentido que se produz pela combinatória de “do Flamengo” e “o ex-goleiro” e “Bruno” não é o mesmo, se observado o texto no qual os segmentos estão inseridos:

Ex-goleiro Bruno revela tentativa de suicídio na prisão e sonha com retorno aos gramados

'Me deixem jogar'. É o que pede Bruno, ex-goleiro do Flamengo, que cumpre pena em presídio de Contagem (MG), condenado pela morte de Eliza Samudio, mãe de seu filho Bruninho. Em entrevista à revista Placar de abril, o jogador falou sobre a vontade de voltar aos gramados e revelou que tentou se matar na prisão.⁸

No primeiro segmento, *O ex-goleiro Bruno*, o destaque é dado ao fato de Bruno ser um goleiro que não mais atua, marcado pela presença do prefixo ex-, e esse destaque é percebido pela anteposição do que seria uma característica ao nome próprio. No segundo segmento, essa caracterização do nome Bruno – ex-goleiro – vem acrescida de *do Flamengo* o que vai ativar

⁸ Trecho da notícia completa disponível em <https://br.esporteinterativo.yahoo.com/noticias/ex-goleiro-bruno-revela-tentativa-de-suic%C3%ADdio-na-pris%C3%A3o-e-sonha-com-retorno-aos-gramados-205809666.html> acesso em 30/03/2014 - 10:24h

uma nova construção de relações estabelecidas entre os segmentos, modificando o conjunto dessas relações. Nota-se, inclusive, a nova posição não topicalizada da caracterização atribuída a Bruno, diferentemente do primeiro segmento. No entendimento dos dizeres de Guimarães, isso provocará, então, pela contiguidade dos termos no seu conjunto no texto, uma interpretação diferente.

Retomando os dizeres de Carel (2005) sobre a noção de argumentação que

...supõe uma dependência de dois argumentos. Não há, para mim, num encadeamento argumentativo, qualquer progresso informativo. É um único ponto de vista que é desenvolvido, ou sob um ângulo normativo, ou sob um ângulo transgressivo. (p.84)

podemos afirmar que em *Bruno, ex-goleiro do Flamengo* há um encadeamento argumentativo já que não há progresso informativo. Essa é uma das hipóteses que durante a análise, no capítulo 3, pretendemos comprovar.

Trata-se, então, de observar como uma estrutura determina outra, produzindo-se uma relação de sentido entre elas a partir da articulação feita, não somente no nível do enunciado, mas também, e principalmente, no da enunciação, tendo em vista o referencial adotado pelo falante/locutor. A articulação “diz respeito às relações próprias das contiguidades locais. De como o funcionamento de certas formas afetam outras que elas não redizem” (GUIMARÃES, 2007, p. 88). Isso porque há sempre uma busca da saturação semântica dos enunciados.

Desta forma, a significação de uma palavra está nas relações que, no acontecimento, determinam esta palavra. Vejamos os exemplos (23), (24), (25), (4), (26), (26') e (26'') a seguir, e observemos como eles confirmam nossas considerações.

(23) Márcio se candidatará novamente.

(24) Márcio Lacerda se candidatará novamente.

(25) Bruno cometeu um crime.

(4) O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime.

(26) Rosa foi um prodigioso autor de textos diversos.

(26') Guimarães Rosa foi um prodigioso autor de textos diversos.

(26'') Noel Rosa foi um prodigioso autor de textos diversos.

A compreensão do sentido das sentenças se dá pela determinação dos nomes *Márcio*, *Bruno* e *Rosa* e, caso essas palavras não fossem determinadas por outras como *Lacerda*, *goleiro* e *ex-jogador do Flamengo* e *Noel*, respectivamente, a compreensão não se faria adequadamente, não haveria a saturação semântica desses enunciados e, mais grave ainda, poderia haver uma duplicidade ou uma multiplicidade de compreensões, como em (26') e (26''), o que não ajudaria na construção do sentido do texto.

Notemos, inclusive, que são todos nomes próprios e que poderiam, por si só, ser capazes de saturar semanticamente o elemento ao qual se referem. Bjorge (2003) afirma que, em certas circunstâncias enunciativas, é mesmo necessário especificar a quem esse nome próprio se refere, inclusive porque os interlocutores, p.e., podem não compartilhar do conhecimento necessário para identificar a referência do nome próprio. No exemplo abaixo, isso se torna nítido. Caso os leitores da notícia estejam ligados ao mundo musical gospel, com certeza, os nomes próprios, Rogério Gentil, Gisele Nascimento, MK e Esther Marcos dispensariam maiores informações acerca de si mesmos. Entretanto, caso a *audience* (nos dizeres de Bjorge) não tenha essa familiaridade, as aposições são extremamente importantes para a construção do sentido do enunciado.

O pastor **Rogério Gentil**, *esposo da cantora gospel Gisele Nascimento*, voltou a se envolver em polêmicas na web. Ele criticou abertamente a nova contratada da **MK**, *gravadora em que sua esposa [Gisele] também é contratada*.

Trata-se de **Esther Marcos**, *uma jovem cantora que atuou como atriz na novela Carrossel [SBT]*.⁹

Por essa razão, nesse ponto, achamos pertinente fazer algumas considerações acerca do que seja um nome próprio. Queremos chamar a atenção para o fato de que o termo a que se referem muitas das estruturas apositivas são nomes próprios. Vejamos algumas considerações sobre isso.

2.1.3 O nome próprio e alguns de seus determinantes

Gary-Prieur (1994) e Guimarães (2012) analisam as estruturas denominadas Nomes Próprios. A primeira afirma que essas estruturas constituem polêmica nos estudos linguísticos quando se

⁹ Disponível em: <https://www.ofuxicogospel.com.br/2017/12/gisele-nascimento-mk-rogerio-gentil-musica-gospel.html/>

manifestam na estrutura: um antropônimo posposto a um nome comum, ambos integrantes de um sintagma nominal com determinação definida.

Na perspectiva da autora, casos como “o rio Tietê” em *As margens do rio Tietê estão inundadas* constituiriam um uso não referencial do nome próprio, ou seja, não seria o nome próprio o responsável pelo ato de referência. Para ela, exemplos como o anterior estariam em uma etapa intermediária entre o emprego referencial do nome próprio e seu emprego atributivo. Para nós, à primeira vista, isso também parece ocorrer em (1) e (1’), em que o foco de referência deixa de ser ‘Paris’, mas volta-se para “da minha infância”.

Guimarães (2012) também considera que o nome próprio se apresenta como vinculado ao objeto que nomeia. O sentido do nome próprio não é nem o modo de apresentar um objeto nem o resultado dos modos de se referir a um objeto que o nome próprio denota. Nesse ponto em que encontramos esta diferença temos que levar em conta que o nome próprio tem sentido e que este é constituído enunciativamente por relações de linguagem, por reescrituras.

Guimarães (2002) afirma que “pensar o nome próprio de pessoa, nos coloca diante da relação nome/coisa, na qual se considera que se está diante dos casos em que se tem um nome único para um objeto único.” Portanto, se faz necessário repensar essa ideia da relação da linguagem com o mundo e com o sujeito. Para ele, na verdade, um nome próprio único para uma única pessoa é nada mais nada menos que uma construção de nome que determina sobrenome e vice-versa. Em *João Pedro da Silva* a construção morfossintática desse nome se dá como relações de determinação em que o *João Pedro* é o que pertence à família *da Silva* e que dentre todos os *da Silva* eu estou me referindo ao *João Pedro* e não a outra pessoa. Isso mostra que a construção do nome se dá por relações linguísticas e não uma relação direta entre palavra e objeto/ser no mundo. Já o funcionamento do nome se dá no processo social de subjetivação, pois o nome é dado pelos pais; é deles a obrigação legal de o fazer, e o fazem segundo seu desejo e/ou preferência. A escolha desse nome se dá por um agenciamento específico (nome de santos, de celebridades, de heróis, que estejam “na moda” no momento, homenagem a um ente familiar etc.). E esse agenciamento enunciativo específico é afetado pela memória desses dizeres. Assim em *Bruno Fernandes das Dores de Souza* os sobrenomes determinam *Bruno*, do mesmo modo *Bruno* particulariza um indivíduo dentre os membros da família *Fernandes das Dores de Souza*. Mas a construção de um nome opera enunciativamente também no processo de identificação social do indivíduo. O nome que é dado pelo lugar social de pai é alterado no processo da vida social em que o indivíduo está e acaba por se modificar. Assim, *Bruno Fernandes das Dores*

de Souza tornou-se Bruno, ex-goleiro do Flamengo, assassino de Elisa Samúdio. É um outro lugar de enunciação que renomeia o que havia sido nomeado pelo lugar de pai. Então, a nomeação de uma pessoa não é unívoca. O trabalho de enunciação é capaz de nomear/renomear objetos e/ou seres. Portanto, “a designação deve, em um universo dado, produzir a unicidade, a inequivocidade da referência” (GUIMARÃES, 2002, p.40).

Numa família não se dá o mesmo nome duas vezes, etc. Aqui se poderia inclusive lembrar que quando se dá o nome de alguém ao seu próprio filho, acrescenta-se, ao final, Filho ou Júnior. (...)

O processo enunciativo da designação significa, então, na medida em que se dá como um confronto de lugares enunciativos pela própria temporalidade do acontecimento. (GUIMARÃES, 2002, p.40)

Assim, as pessoas não são pessoas em si. O sentido do nome próprio é que lhes constitui. O João em

(27) João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado.

(28) João, que é econômico, tem muito dinheiro guardado.

embora seja o mesmo, se constitui de forma diferente em função da forma como foi enunciado. E isso é marcado na ENI que acompanha esse nome próprio.

Portanto, a constituição da referência se dá em função da cena enunciativa em que está ocorrendo. Essa atualização é, inclusive, responsável por desfocar o referente. Ele, embora o mesmo, é diferente, como vimos também em

(1) “A Paris da minha infância não existe mais.”

(1’) Paris não existe mais.

Essa dualidade, para nós, pode ser esclarecida se se fizer uma análise com os olhos da Semântica da Enunciação, usando os conceitos de referencial, pertinência enunciativa e Formação Nominal apresentados nessa teoria.

Sabemos que a aposição em nomes próprios ocorre por diferentes razões e em diferentes gêneros textuais, mas Borge (2003) sustenta que em notícias essa incidência é maior, porque esse gênero textual tem que ser breve, mas, ao mesmo tempo, necessita passar o maior número de informações possíveis aos seus interlocutores, a fim de identificar com justeza a quem esses nomes próprios efetivamente se referem. Assim, constituem o nome próprio e o aposto dele

uma unidade de significação. Além disso, a aposição pode também focar o que se quer destacar em relação ao referente de maneira breve como as notícias requerem. Como exemplo teríamos a situação comunicativa na qual notícias sobre uma grande estátua erigida no trevo de Três Corações em homenagem ao Pelé estejam sendo veiculadas e uma delas diz: *Pelé, o rei do futebol, foi homenageado com uma grande estátua na entrada da cidade*; nela, a ENI destaca uma referência em relação ao nome *Pelé* que o fez merecedor de uma grande estátua – ser o rei do futebol. Na outra notícia temos: *Pelé, nascido em Três Corações, foi homenageado com uma grande estátua na entrada da cidade* em que o que fez *Pelé* ser merecedor da estátua, na entrada daquela cidade e não em outro lugar, foi o fato de ele ser natural de Três Corações. Essa diferença está marcada na ENI e não no antecedente dela, como deveria ser pela natureza de *Pelé*, ou seja, um nome próprio.

Feitas essas considerações, iremos agora tratar de dois conceitos cruciais para nosso trabalho: o de Formação Nominal (FN) e o de Referencial.

2.1.4 Formação Nominal e Referencial histórico

Dias (2015-c) discute o conceito de FN, a partir do sintagma *enciclopédia livre* a fim de comprovar como a construção do significado e do sentido se dão, ou seja, na discursivização dos enunciados e na relação deles com o acontecimento enunciativo.

... o sentido de “enciclopédia livre” não é concebido na relação com a particularização da sua realização, mas nas condições históricas de inserção dessa formulação no quadro das enciclopédias que passam a situar historicamente como “não livres” a partir da Wikipédia. Afirmar a liberdade de uma enciclopédia é temporalizar as enciclopédias tradicionais num a posição histórica como do “outro lado”, isto é, do lado do ultrapassado, é afirmar uma modernidade no campo das enciclopédias, onde estaria a Wikipédia. A ideia dos lados onde se aloca um objeto no tempo, que não é cronológico, se insere numa outra ordem de concepção do fato intelectual, tendo em vista a relação entre sociedade e linguagem. A enunciação desse slogan é um acontecimento porque situa os lados pelos quais se concebem os objetos de atualidade: de um lado, a Wikipédia, de outro, as enciclopédias tradicionais. (DIAS, 2015-c, p.8)

Esse conceito de FN percebe não somente o substantivo isoladamente na constituição da unidade, como também os elementos que a ele se agregam, tais como adjetivos, orações adjetivas, pronomes adjetivos, pronomes substantivos, sintagmas preposicionados com valor de adjuntos adnominais e complementos nominais. A essas unidades é que chamamos de FN. No entanto, essa abordagem não é descritiva, mas explicativa. Isso porque o que se busca são “as razões pelas quais uma unidade nominal se constitui, principalmente as razões pelas quais o

nome substantivo recebe determinação de convergentes na unidade nominal” (Dias, 2018a, prelo). Por convergentes entendemos os elementos que ao nome se agregam, como já explicitado. Dessa forma, Dias apresenta o conceito de FN

formação nominal não designa nem o *produto* da constituição morfológica de nomes compostos, como nos estudos morfológicos estruturalistas, e nem o de *produto* de um corte sintagmático, propulsor do nome sintagma. Ao contrário, designa o *processo de constituição* dos nomes e seus articuladores do ponto de vista da enunciação. O foco dessa abordagem tem sido, até o presente, o desenvolvimento das razões enunciativas que explicam a articulação do nome aos seus determinantes, na perspectiva do processo, e não do produto, numa abordagem de ordem explicativa e não simplesmente descritiva. (DIAS, 2018a, p.12-13)

Sob esse viés, Dias (2015-c) ao falar das FNs, as categoriza em quatro grupos (i) FN de primeira ordem – constituída por um substantivo apenas – *Menino*; (ii) FN de segunda ordem em que o substantivo está acompanhado de determinantes – *O menino de azul*; (iii) FNs de terceira ordem que são aquelas em que uma sentença ocupa o mesmo lugar de um nome, tais como *O menino que veste uma camisa azul* ou *Aquele menino sentado na calçada*; por último (iv) as FNs de quarta ordem que são as FNs pronominais – *Ele* ou *Nós*, p.e. Essa constituição, portanto, vai além da estrutura formal ou das posições que ocupam cada componente na formação nominal. O que nos interessa é o acontecimento que provocou, por razões enunciativas, a constituição de um dizer da forma como ele foi enunciado.

E é dessa forma que utilizaremos esse conceito ao analisar as sentenças que comporão o nosso objeto de estudo, em especial as FNs de segunda e de terceira ordens. Lançamos mão também de outro conceito da semântica enunciativa: Referencial histórico.

Por Referencial dizemos “o domínio no qual as nomeações, designações ou descrições se ancoram para constituir sentido e pertinência em um espaço de enunciação.” (Foucault, 1969). Sendo assim, “o enunciado adquire sentido nas relações com outros enunciados, balizado pelos referenciais, na circunscrição de espaços de enunciação”. Ainda segundo Foucault, o Referencial é para designar o domínio no qual as nomeações, designações ou descrições se ancoram para constituir sentido e pertinência em um espaço de enunciação. O Referencial seria assim, o campo de emergência dos objetos de dizer, campo em que se dá a “diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado.”

Dias (2015-c) detalha o conceito de **Referencial** e sua aplicação nessa teoria enunciativa. Ele é o diferencial nessa análise que nos propomos a fazer no presente trabalho. Segundo o autor, o

enunciado “assume o caráter de acontecimento na medida em que contrai relação com um determinado referencial”; então “é nos espaços de enunciação que os enunciados adquirem pertinência uns em relação aos outros”. Ou seja: “o enunciado adquire sentido nas relações com outros enunciados, balizados pelos referenciais, na circunscrição de espaços de enunciação” (DIAS, 2015-c, p.12). E o

... dizer produz um compromisso de aderência com esse espaço de enunciação com seus vieses atributivos na relação com os referenciais, com suas direções argumentativas. Portanto, a significação é relativa ao campo da virtualidade memorável dos seus termos com as condições de atualização, tendo em vista o referencial que a ele se agrega. (DIAS, 2015-c, p.13-14)

Nos dizeres de Dias (2013) a referência está ligada aos conceitos e preceitos adotados por Frege. Nome representa um objeto da exterioridade; o nome se cria a partir da exterioridade, do objeto. Isso gera problemas como: *O primeiro homem que pisou o solo de Marte está aqui*, uma vez que, apesar de ter sentido, de seus elementos constitutivos pertencerem ao léxico do PB, o termo não possui referente. Por esse viés, trata-se o problema da relação entre a linguagem e a exterioridade como processo. O referente não é abordado como algo da exterioridade da linguagem. Esse objeto, entidade, ser, elemento de que se fala é submetido a um processo: falando-se sobre ele é que ele se constitui. Daí dizermos que Referenciação é o processo de constituição do referente. Temos aqui a discursividade no lugar da exterioridade. Sendo assim, a enunciação ganha papel relevante na construção dos sentidos e dos nomes.

Assim,

... o foco de uma semântica da enunciação não é a realização de um enunciado, mas as condições de sua atualização. Isso envolve a formulação dos referenciais que balizam a atribuição de pertinências e a força sócio-histórica que produz determinações nessas relações de pertinência com outros enunciados em determinado campo de enunciação. (DIAS, 2015-c, p.15)

A percepção e construção dos sentidos, dos significados são cruciais para nós. Seguindo na mesma direção de Ducrot, pensamos que a argumentação está na discursivização, ou seja, na base da significação. E, para Dias (2015-c)

a significação de um enunciado não teria uma relação direta com algo que poderíamos vislumbrar como “informação”, como referência a objetos de um campo de referentes no mundo. A significação do enunciado seria relativa à inserção dele em um estado de coisas anterior tendo em vista o impacto na sua captação posterior. (DIAS, 2015c, p. 5)

A partir disso, pensamos que a ideia de referência não faz jus à necessidade que temos de captar os sentidos e significados dos enunciados. Por isso, Dias (2015-c) elabora o conceito de

Referencial que será o pilar para a condução da tese que pretendemos comprovar ao longo desse trabalho. Para o autor,

O referencial enunciativo produz as condições de realização do caráter intervalar e relacional do sentido: de um lado a sua circulação estabilizada no modo semiótico, e de outro, a demanda de uma atualidade, ancorada num referencial pertinente ao acontecimento enunciativo que suporta os movimentos do enunciar na relação entre memória e atualidade. (DIAS, 2013b, p.215-216)

Em trabalhos mais recentes, Dias (2018) retoma esse conceito e o qualifica. Na sua visão atual temos:

O referencial histórico é definido como o domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais. Trata-se da filiação institucional dos nossos dizeres, quando a enunciação adquire suporte na constituição histórica da sociedade. (DIAS, 2018, p.13 – prelo)

E os nossos dizeres, ao mesmo tempo em que têm relação com o passado, ou seja, com os referenciais históricos desse dizer, também têm relação intrínseca com o seu presente no momento da atualização desse enunciar. E é aqui que falamos, então, da pertinência dos dizeres na enunciação.

2.1.5 Pertinência enunciativa

Os nossos dizeres são produzidos em função de necessidades de enunciação. São acontecimentos no presente que, ancorados numa memória de dizeres anteriores, produz uma atualização dada a pertinência enunciativa desse dizer. Dias (2018b) afirma

Para que se constitua o sentido, o referencial histórico acionado na enunciação pelo nome entra em relação com as condições de formulação no presente. Essa ideia de condições de formulação e do modo como externalizamos a significação foi desenvolvida por nós como pertinência enunciativa.

O conceito de pertinência enunciativa está fundamentado na ideia de adesão. No nosso cotidiano, somos levados a responder, a interpretar, a intervir nas situações de enunciação que se nos apresentam. A pertinência enunciativa é efetivamente essa “demanda do presente”. (DIAS, 2018b, p.4 – prelo)

Em outras palavras, quando produzimos enunciados, nós o fazemos impulsionados, motivados por uma situação comunicativa a dizer algo que tenha uma relação de pertencimento àquela situação. Seja para concordar, discordar, tomar posição, reafirmar, negar, ajuntar-se a, responder, comentar, dentre tantas outras atitudes frente ao que nos foi dito anteriormente ou mesmo que iremos iniciar. A grande questão é que somos movidos a dar sentido, significado

aos enunciados numa dada situação comunicativa. (DIAS, 2016, p.5) afirma que “Estamos denominando pertinência enunciativa a essa relação que um enunciado mantém com os determinantes da enunciação, incluindo-se outros enunciados, no presente do enunciar.”

Pertinência enunciativa [é] definida como a relação que um enunciado mantém com as cenas que nos acionam a dizer algo na instância do presente do enunciar. No cotidiano, nós somos evocados ou acionados a responder, a interpretar, a interferir enunciativamente nas situações de enunciação que se nos apresentam. Quando tomamos a palavra, seja no oral, seja no escrito, o fazemos de diferentes maneiras tendo em vista as diferentes situações de enunciação. Os nossos enunciados, portanto, se adaptam ao modo de pertencimento às cenas de enunciação do presente. (DIAS, 2018a, p. 14 –prelo)

Portanto, é seguindo essa orientação teórica traçada que pretendemos desenvolver a análise das Estruturas Nominais de Inserção e que servem como Referenciais na construção do sentido e do significado dos enunciados em que FNs com ENIs aparecem, porque acreditamos, nos dizeres de Dias (2018a), que “a constituição da significação nas FNS é realizada na relação entre os referenciais históricos e as pertinências enunciativas” (p.14).

Para isso, vamos analisar uma série de sentenças coletadas no *corpus* que escolhemos e delimitamos, através de uma metodologia desenvolvida por Dias (2017), a qual ele denominou de Rede Enunciativa. Com esse fundamento metodológico fizemos o recorte no *corpus*, buscamos em mídias diversas situações comunicativas análogas às do nosso recorte, ou mesmo divergentes, e até produzimos algumas sentenças, a fim de corroborar a nossa tese do papel essencial das ENIs em FNs na construção do sentido dessas FNs e dos enunciados nos quais elas incidem. Entretanto, antes de iniciarmos essa atividade, achamos necessário visitar o que se tem dito sobre essas estruturas, principalmente sobre a oposição, em diversas áreas de estudos linguísticos e gramaticais.

3 A APOSIÇÃO: ENTRANDO EM CENA

3.1 O aposto: múltiplos ângulos e olhares

Os estudos produzidos atualmente no Brasil com bases em uma teoria de bases enunciativas têm-se mostrado relevantes e profícuos. No entanto, pouco se tem trabalhado atualmente com a sintaxe tendo como suporte teórico e analítico a Semântica da Enunciação. Já há alguns estudiosos da língua que enfatizam os valores semânticos e discursivos que o aposto, num papel de modificador de um sintagma nominal, assume conforme uma determinada situação de uso, o que, para nós, já se aproxima do valor dado a ele na enunciação. Percebemos que há uma busca por reunir as diferentes relações de sentido que se estabelecem entre o nome e o aposto na sentença. Percebemos também que não foi abandonado o critério sintático para estudo e caracterização do aposto; entretanto, nota-se a diferença de seu enfoque nos estudos contemporâneos, em que o critério exclusivamente sintático deixa de ser prioritário. Fizemos algumas leituras em busca do que se tem estudado acerca do aposto em algumas línguas e também aqui no Brasil. Apresentaremos, em primeiro lugar, o que vimos sobre os estudos em relação à aposição em algumas línguas. Em seguida, alguns estudos aqui no Brasil.

3.1.1 O olhar de fora

Em línguas estrangeiras, como no espanhol, p.e., o fenômeno da aposição também tem sido notado. Pérez (2012), utilizando-se do modelo teórico da gramática gerativa contemporânea, analisa esse termo observando algumas de suas características, dentre elas, a natureza predicativa do termo e a sua capacidade de orientação do ouvinte pelo falante. Segundo o autor, o aposto tem uma capacidade de demonstrar muito mais do que aparenta. Por isso, sua análise não deve ser assimétrica. Os termos relacionados, para ele, embora não pareçam, estão num mesmo nível hierárquico (relação de simetria). Dessa forma, percebe-se, quando da análise de sentenças formuladas com esse tipo de estrutura, que há mais informações sendo veiculadas, quando se emprega uma aposição explicativa, que meras justaposições ou reiteração dos dados aos quais esse termo se refere.

Analisando e testando as posições dos termos na frase *Tus hermanos los peores vecinos que tuve deben cem reais* (Seus irmãos, os piores vizinhos que eu tive, devem cem reais), afirma haver uma simetria entre os dois termos (1-*Tus hermanos* e 2- *los peores vecinos*) que permite explicar a relação de predicação existente entre ambos os termos da aposição. O segundo termo,

los peores vecinos, funciona como um comentário da perspectiva do falante sobre o elemento proposto. Assim, segundo o autor, com base na simetria, é possível perceber “a interpretação discursiva especial da construção. Esta análise (...) fornece ao mesmo tempo uma maior capacidade predicativa em relação às propriedades da aposição explicativa¹⁰” (PÉREZ, 2012, p.147).

Outro autor, Acuña-Fariña (1999) começa seu trabalho afirmando da falta de precisão quando se trata do fenômeno da aposição nas estruturas sintáticas da Língua. Ele diz que muitas vezes essa estrutura é colocada em pé de igualdade com a coordenação e a dependência. As aposições são apresentadas, muitas vezes, como estruturas de modificação não restritiva, ou seja, não são verdadeiramente aposições. O autor faz um levantamento e cita, a título de exemplificação, sete abordagens diferentes adotadas por linguistas como critérios para a definição da aposição: (1- Aposição como justaposição de NPs correferenciais; 2- Aposição como coordenação, daí simétrica; 3- aposição como dependência, daí assimétrica; 4- Aposição como um terceiro tipo de relação sintática (definida de várias maneiras, mas diferente de coordenação e subordinação); 5- Aposição como um espectro, que exibe característica de ambos, coordenação, dependência e puro periférico; 6- Aposição única, explicável através de uma mistura de níveis de descrição: - a coordenação a um nível mais profundo, mas aposição na superfície; - a coordenação a um nível mais profundo, mas a dependência na superfície; - ambos, a coordenação e a dependência na superfície; e 7- Aposição não é uma relação sintática em tudo.).

Analisando os exemplos *Paris, a capital da França, ainda mantém uma grande parte da sua grandeza* e *Chaucer, o gênio medieval, era uma fonte de inspiração para todos os integrantes do grupo*, o autor comenta que há diferentes posicionamentos de estudiosos de várias correntes acerca dessa relação tida como de aposição. Segundo ele, a partir de exemplos prototípicos, esses estudiosos aplicam a etiqueta de aposição para construções extremamente diferentes, fazendo, inclusive, que termos que, para alguns, sejam reconhecidos como aposto, para outros não o sejam. Dessa forma, conclui que o resultado dessas análises fragmentárias através de paradigmas são abordagens muito abrangentes e, por isso, tornam-se sem sentido. Postular apenas uma estrutura constituinte para todos os tipos de aposição é, segundo ele, simplesmente impossível.

As discussões apresentadas pelo autor giram em torno do aspecto sintático, observando as

¹⁰ No original: “*la especial interpretación discursiva de la construcción. Esta análisis (...) provee a la vez una mayor capacidad predicativa com respecto a las propiedades de la aposición explicativa.*”

relações de dependência dos termos, ou seja, coordenação ou subordinação. Analisando o exemplo *Anne Chapman, a ginecologista recém-contratada, em breve fará esse trabalho na empresa*, mostra que o critério de dependência dos termos (coordenação ou subordinação) não é suficiente para explicar o fenômeno sintático da aposição, pois a dependência é característica também de outras relações (adverbiais, p.e.). Então, o autor busca as relações semânticas (nocionais) entre os termos envolvidos na aposição, testando a supressão ora de um, ora de outro e, analisando os efeitos obtidos. Conclui que não são os mesmos quando aparecem juntos e quando aparecem separados. O autor termina seu texto, afirmando que, por sua análise, os termos de uma aposição “não são dominados por um nó subordinador, mas, em vez disso, relacionam-se com todos os outros constituintes da sentença individualmente” (ACUÑA-FARIÑA, 1999, p.79).

Eles exibem equivalência funcional na presença, enquanto as chamadas aplicações canônicas mostram equivalência na ausência de um dos membros, através do teste de substituição. Argumentamos que este teste, ao cancelar os efeitos dos contornos entonacionais gramaticalmente motivados, destrói a predicatividade que caracteriza o que até então foram considerados como instâncias paradigmáticas de aposição. Esta é a razão pela qual este teste mascara o verdadeiro significado - e a estrutura (local) - das chamadas aposições canônicas, que eu argumento não pertencem ao paradigma apositivo. (ACUÑA-FARIÑA, 1999, p.79)¹¹ (tradução nossa)

Portanto, ele acredita na nebulosidade desse conceito e propôs essa forma de abordar tal fenômeno sintático, que ressalta a não equivalência absoluta entre os termos relacionados na sentença.

Numa outra direção, Blakemore (2008) analisa os apostos que exprimem algum tipo de sensação, sentimento e seus efeitos retóricos. A autora distingue três formas diferentes de alcançar esse objetivo. A primeira delas é a reformulação em que dois segmentos são apresentados como sendo similares. Analisa exemplos tais como:

- (a) Ele se sentiu deprimido, abatido.
- (b) Em um casamento, uma pequena licença, um pouco de independência, deve haver entre pessoas que vivem juntas.¹²

¹¹ Do original: *They exhibit functional equivalence in praesentia, whereas so-called canonical appositions show equivalence in absentia of deone of the members, through the substitution test. I have argued that this test, in cancelling the effect of grammatically motivated intonational boundaries, destroys the predicativity that characterizes what have hitherto been regarded as paradigmatic instances of apposition. This is the reason why this test masks the true meaning – and the (local) structure – of so-called canonical appositions, which I argue do not belong to the appositive paradigm.*

¹² a) *He felt depressed, flattened.*

b) *For in marriage, a little licence, a little Independence there must between people living together.*

A autora questiona, num primeiro momento, a formulação sintática da estrutura, afirmando que essas reformulações podem ou não vir introduzidas por marcadores dessa natureza, p.e., *ou, ou seja, isto é, em outras palavras*. A alteração com a ausência ou presença dos marcadores está mais ligada ao fato de serem as sentenças produzidas espontânea ou controladamente e menos no fato da qualidade ou do efeito alcançado na interpretação da sentença.

Essas reformulações podem ser compreendidas, segundo a pesquisadora, como fatores de ênfase ou de intensificação para um grau maior ou menor, a depender da intenção do falante, como mostrado nos exemplos acima. Segundo Blakemore (2008), as repetições também se prestam a esse papel de enfatizar os dados.

(c) Nós fomos para uma longa, longa caminhada.

(d) Eu devo nunca, nunca fumar de novo.

(e) Meus dias de infância se foram, foram.¹³

Em (c), segundo a autora, a repetição cria um aumento de uma expectativa, um reforço da ideia apresentada. Em (d), a repetição traduz um maior envolvimento do falante em relação ao que ele está dizendo; em (e), a interpretação não é a de intensidade, mas a de realce, a de ênfase para ressaltar o tempo, a distância entre o agora e o fato sobre o qual se fala.

Até aqui, a autora analisa as interpretações de sentenças em que o falante comunica os seus próprios pensamentos e sentimentos. Em seguida, ela passa a discutir a dificuldade de se compreender o conteúdo de um pensamento atribuído, ou seja, o falante vai apresentar o pensamento de outro, p.e., o de um personagem. Da mesma forma que nas análises anteriores, Blakemore (2008) afirma que muitas das construções apositivas servem para comunicar enunciados que envolvem estados afetivos e que o emprego de gradações por sinônimos é um dos caminhos possíveis para tal. Ela, inclusive, faz vários testes, como o de alternância de posições dos termos para efetivar sua análise e comprovar seu ponto de vista.

(f) Estou saindo. Você estragou toda a noite, arruinou-a.¹⁴

Em termos de informação, *ruin* (estragar) é menos forte que *spoil* (arruinar). Então, a alteração

¹³(c) *We went for a long, long walk.*

(d) *I shall never, never smoke again.*

(e) *My childhood days are gone, gone.*

OBS.: As traduções foram feitas de modo bastante literal, a fim de manter a ideia discutida pela autora.

¹⁴Tradução nossa: *I'm leaving. You've spoiled the whole evening, ruined it.*

na ordem dos segmentos na sentença não é possível, pois ficaria incoerente. Blakemore afirma que a responsabilidade da interpretação das sentenças também cabe ao interlocutor (*audience*, em seus dizeres) e que o contexto e a forma de construção das sentenças interferem diretamente na interpretação delas.

Desta forma, o público é encorajado a comparar os efeitos contextuais derivados com base na interpretação do segundo segmento com os derivados com base no primeiro, e atender as propriedades que justificariam o uso de arruinar em vez de estragar. Em outras palavras, a relevância da aposição reside nas propriedades que distinguem arruinar uma noite de estragá-la. (BLAKEMORE, 2008, p.49)¹⁵

Um outro tipo de construção de sentenças analisadas foi o de sentenças híbridas, assim denominadas pela autora. Elas são do tipo

(g) Ele fez um retiro mental completo, foi longe.¹⁶

Ela afirma que o conceito contido no segundo segmento é mais forte ou mais enfático que aquele contido no primeiro. A sequência é uma descrição de alguém que foi acusado pelo narrador de um terrível crime. As metáforas podem ser entendidas como pertencentes tanto ao campo mental como físico. E, para cada interpretação dada ou escolhida, conceitos diferentes serão acessados pelo interlocutor para a compreensão do sentido da sentença.

A expressão REPRESENTAÇÃO HÍBRIDA destina-se a refletir o fato de que essa variedade de implicações não pode ser recuperada dos pressupostos contextuais tornados acessíveis por qualquer um dos dois segmentos sozinhos, mas apenas a partir dos pressupostos contextuais tornados acessíveis por ambos os segmentos juntos. (BLAKEMORE, 2008, p.51)¹⁷

E, por fim, Blakemore (2008) trata das sentenças em que a aposição é utilizada para expressar sentimentos, experiências, sensações particulares, individuais em palavras para um contexto público, ou seja, expressar em palavras o que não se pode expressar por meio delas (*ineffability*).

Para isso, traz o seguinte exemplo:

(h) Ela tem uma sensação curiosa enquanto ela fica ali, como se algo estivesse fora de lugar, um erro em algum lugar, uma inquietação, uma superação. (HULME,

¹⁵ Tradução nossa: *In this way, the audience is encouraged to compare the contextual effects derived on the basis of the interpretation of the second segment with those derived on the basis of the first, and to attend to the properties that would justify the use of ruin rather than spoil. In other words, the relevance of the apposition lies in the properties that distinguish ruining an evening from spoiling it.*

¹⁶ Tradução nossa: *He made a complete mental retreat, went far a way.*

¹⁷ Tradução nossa: *The expression HYBRID REPRESENTATION is intended to reflect the fact that this range of implicatures cannot be recovered from the contextual assumptions made accessible by either one of the two segments alone, but only from the contextual assumptions made accessible by both segments taken together.*

1985[1984]: 16). (BLAKEMORE, 2008, p.53)¹⁸

Para a autora, Hulme está representando a dificuldade em que sua personagem se encontra por estar representando um sentimento para si mesma, em vez da dificuldade de representar esse sentimento em uma língua pública. Parece que isso, a dificuldade, deriva do fato de que a personagem está experimentando um sentimento que ela não reconhece: não se enquadra em nenhum conceito existente. É dizer em palavras o sentimento do outro, não seu próprio. Não bastasse a dificuldade de conseguir traduzir o pensamento em palavras, ainda tem que o fazer pelo outro.

Concluindo seu trabalho, Blakemore (2008) afirma que essas estruturas aparecem em todos os lugares tanto em textos literários, como nos não-literários, e que a interpretação delas depende de como são apresentadas e da presença da *audience* nessa interpretação, tendo uma maior ou menor participação do interlocutor nessa tarefa.

Embora seja uma abordagem bastante interessante, ela trata de questões que não ecoam na Semântica da Enunciação, uma vez que acreditamos na construção do sentido por meio de mecanismos linguísticos inseridos numa situação comunicativa que envolve uma pertinência e um referencial que atuarão na produção dos significados.

Outra autora que desenvolveu um trabalho de grande valor sobre a aposição foi Bjorge (2003). Com vistas às questões da tradução, faz uma análise que ela mesma diz ser pragmática desse fenômeno sintático em notícias de dois grandes jornais: o *The Times* e o *Financial Times*. O seu foco está nos nomes próprios acompanhados de apostos descritivos. Por sua perspectiva, esses nomes deveriam por si mesmos serem capazes de proceder a uma identificação inequívoca do seu referente em um contexto dado. Mas, para ela, isso é uma questão mais complexa, principalmente em se tratando de textos jornalísticos.

Os jornalistas não podem, portanto, esperar que a referência de todos os nomes próprios seja parte do contexto que compartilham com seus leitores e têm que decidir se o contexto é adequado para identificar a referência dos nomes próprios. Assim, enquanto os leitores de jornais de língua inglesa no ano de 2001 não teriam problemas para identificar Tony Blair, o mesmo não se aplica necessariamente a Megawati Sukarnoputri ou Mary Meeker, que também fizeram parte da cena de notícias no mesmo ano. Esses indivíduos foram identificados como o presidente da Indonésia e como um dos analistas mais influentes de Wall Street, respectivamente. Assim, o jornalista optou por adicionar uma frase explicativa em relação ao nome próprio para

¹⁸ Tradução nossa: “*She has a curious feeling as she stands there, as though something is out of place, a wrongness somewhere, an uneasiness, an overwatching*”. (HULME, 1985[1984]: 16).

tornar explícita sua referência, sacrificando a brevidade em favor da clareza. (BJORGE, 2003, p.116)¹⁹

E quando esse aspecto se soma ao da tradução, o tradutor tem que construir alguma redundância dentro da mensagem para compensar essa falta de noção cultural de todos os seus leitores, principalmente em jornais que são lidos no mundo todo e são referência em vários lugares do mundo, assim como o *corpus* delimitado por ela - *The Times* e *Financial Times*. Ela afirma, inclusive, que uma boa tradução tende a ser, por isso, bem mais longa que o seu original. Mas o que é essencial para se colocar como explanação de um nome próprio? Segundo a autora, isso depende do público leitor. Inclusive os jornalistas são advertidos sobre isso para que atentem sobre as informações adicionais quando estão fazendo tradução de notícias.

Ao comparar notícias reportadas em italiano para um público italiano e em inglês para um público anglo-americano, ele descobre que estes últimos tendem a incluir informações adicionais para identificar os nomes próprios, enquanto o texto italiano encontra suficiência no próprio nome próprio. (BJORGE, 2003, p. 117)²⁰

Isso justificaria em grande parte as muitas construções apositivas nos textos jornalísticos, em especial nesses de grande abrangência. Muitas vezes é necessário, nos textos jornalísticos, não só nas matérias completas, mas nas notícias, que são mais rápidas e curtas, atribuir características aos indivíduos. Isso é feito pelo que a autora chama de aposição descritiva, que pode vir antes ou depois do nome ao qual se refere. p.e.,

descriptive appositive

(det.) chief executive(,)

(det.) music and rental group(,)

proper name

(Mr) David Simon

Thorn EMI

proper name

(Mr) David Simon,

Thorn EMI,

descriptive appositive

(det.) chief executive

(det.) music and rental group

¹⁹ Tradução nossa: *Journalists can thus not expect the reference of all proper names to be part of the context they share with their readership and have to decide whether the context is adequate to identify the reference of the proper names. Thus, while readers of English-language news-papers in the year 2001 would have no problems with identifying Tony Blair, the same does not necessarily apply to Megawati Sukarnoputri or Mary Meeker, who also formed part of the news scene in the same year. These individuals were identified as Indonesia's president and as one of the most influential analysts on Wall Street, respectively.2 Thus, the journalist chose to add an explanatory phrase in connection with the proper name to make its reference explicit, sacrificing brevity on the altar of clarity.*

²⁰ Tradução nossa: *In comparing news reports in Italian for an Italian audience, and in English for an Anglo-American audience, he finds that the latter tend to include additional information to identify proper names, while the Italian report finds the proper name itself sufficient.*

No jornalismo de negócios, isso é muito importante e produtivo, pois muitas vezes a descrição da posição ou do cargo do indivíduo é mais relevante que o seu próprio nome, ou o seu nome próprio. E serve ainda para delimitar o universo do assunto para o público leitor. Entretanto, a seleção de quais informações são relevantes para o propósito de um texto é independente da dimensão pessoal / não pessoal do referente. Nesse caso, a aposição descritiva, pode ter também a função de perspectivar o termo sobre o qual a descrição apositiva incide.

Essas informações podem se referir a uma série de fatores. A principal preocupação é a dinâmica do mercado, onde os atores podem ser chamados de concorrentes, inimigos ou rivais. As principais empresas móveis podem ser descritas como ativas, adquirentes, agressivas, emergentes, de rápido crescimento ou como comprador ativo de empresas derrubadas por corporações em dificuldades (uma maneira sutil de descrever a empresa como predadora?). Tendo chegado ao topo, uma empresa pode ser dominante, influente, líder de mercado, classificação tripla A ou mesmo a maior do mundo. Por outro lado, as empresas podem ser descritas como problemáticas, com dificuldades ou com perda e com prejuízo. (BJORGE, 2003, p. 123)²¹

A autora faz menção à posição em que a descrição apositiva aparece na sentença; se antes ou se depois do nome a que se refere. Como a aposição tende a ser mais forte, geralmente é colocada após o nome. Porém, essa ordenação tem implicações estilísticas e isso é preciso ser levado em conta. Em notícias e em muitas outras matérias jornalísticas, os textos se reportam a eventos já ocorridos, portanto, a aposição pode, p.e., servir para situar o leitor em relação aos fatos ou aos envolvidos nele. O que a autora observou é que a incidência de apostos antes do nome é pequena, embora exista, e são construções menores, mais curtas, como p.e. *Corretor de seguros, Willis Corroon foi detido pela venda ilegal de apartamentos.*

Atenção também tem sido dada à eliminação de determinantes em notícias, pois estas precisam apresentar as informações da maneira mais econômica possível. Quando a brevidade é essencial, as aposições não aparecem com muita frequência, mas descrições apositivas são empregadas como formas de determinar, qualificar, diferenciar uma empresa e, então, aparecem termos como conglomerado, companhia de gás e óleo, banco comercial.

Em conclusão, então, o determinante zero tem um uso nas seções de notícias comerciais, particularmente no Financial Times. Eu argumentei que ele fornece brevidade e variação estilística e empresta aos jornais de qualidade alguns da vivacidade da imprensa popular. Talvez seja também um fator pelo qual o Financial Times se destina a um público internacional, além do britânico, um público que

²¹ Tradução nossa: *Such information can refer to a number of factors. The main concern is with the dynamics of the market, where the players maybe referred to as competitors, foes or rivals. Upwardly mobile companies may be described as active, acquisitive, aggressive, emerging, fast-growing or as an active buyer of businesses shed by ailing corporations (a subtle way of describing the firm as a predator?). Having arrived at the top, a company may be dominant, influential, the market leader, triple A-rated or even the world's largest. Conversely, companies may be described as troubled, struggling or loss-making.*

provavelmente se sente menos forte em relação à exclusão de determinantes do que o leitor médio do *The Times*. (BJORGE, 2003, p. 125)²²

Em seguida, a autora analisa a incidência de descrições positivas pré e pós nomes em matérias mais extensas que as notícias e observa a ocorrência dessas posições em relação aos nomes que determinam, se de pessoas ou de empresas, localidades geográficas, organizações, entre outros. Testa a eliminação de determinantes nessas construções positivas, a fim de verificar se eles são ou não uma questão de estilo somente. A autora acredita que seu material é insuficiente para tirar conclusões verdadeiras, mas afirma que o determinante zero aparece nos jornais constantes do seu *corpus* “talvez devido a uma preferência estilística por um estilo mais animado associado com a imprensa popular” (BJORGE, 2003, p.132).

Há casos também em que a posição descritiva se presta a fazer um toque irônico em relação ao termo a que se referem. No exemplo citado pela autora, ela afirma que “a ala tipicamente direita do partido conservador prefere um candidato jovem e inexperiente: Michael Portillo, o querido da direita, é visto como muito jovem e também inexperiente para ter uma chance realista de ganhar um concurso de liderança.” (*Michael Portillo, the darling of the right, is seen as too young and too inexperienced to stand a realistic chance of winning a leadership contest*) (BJORGE, 2003, p. 133).

Em outras situações, como nos casos de relacionamentos familiares, o verdadeiro foco é o que está expresso na posição descritiva e não no próprio nome. Isso acontece muito quando a notícia se relaciona a pessoas famosas. Como exemplo, cita “Anne Phillips, de 28 anos, de Banbury alega que perdeu seu emprego em uma empresa de plásticos porque seu marido afastado | Tony trabalhou para um rival...” (*Anne Phillips, 28, of Banbury claims she lost her job with a plastics firm because her estranged husband | Tony worked for a rival.*). Tony só é notícia porque arruinou a carreira da sua esposa, tanto que a posição descritiva aparece antes do seu nome.

Dessa forma, conclui que

uma vez que o determinante zero tem um uso limitado com positivos descritivos em preposição, particularmente quando a referência se refere ao escritório político ou à ocupação, p.e., trabalhador auxiliar, chefe executivo, diretor de marketing e presidente. Os fatores estilísticos são relevantes aqui, uma vez que os itens do

²² Tradução nossa de *In conclusion, then, the zero determiner has a use in the business news sections, particularly in the Financial Times. I have argued that it provides brevity and stylistic variation and lends to the quality newspapers some of the liveliness of the popular press. Perhaps it is also a factor that the Financial Times is aimed at an international audience in addition to the British one, an audience that probably feels less strongly about determiner deletion than the average reader of The Times.*

Financial Times em notícias de primeira página frequentemente tiveram exclusão de determinantes, enquanto a história correspondente dentro do documento incluiu o determinante. (BJORGE, 2003, p. 135)²³

Conclui também que tradutores e jornalistas compartilham o problema de ter que assumir se seus leitores podem identificar a referência de nomes próprios, por isso a necessidade de ambos usarem as descrições apositivas como forma de os leitores se aproximarem daquilo que se está verdadeiramente querendo dizer. Mesmo que não seja apenas uma informação de caráter explicitador, explanador. Pode até ser uma forma irônica ou mesmo uma forma de destacar algo em relação ao nome a que se refere e que tenha, inclusive, relevância sobre esse nome.

Esse estudo, embora desejasse fazer uma análise semântica, como mesmo afirmou a autora, entendemos ter sido muito mais uma análise da quantidade e do tipo de ocorrências de descrições apositivas em relação a nomes – próprios ou não – tendo em vista o gênero textual notícias e matéria completa em dois jornais famosos e lidos no mundo inteiro, verificando se a eliminação de determinantes ou não influencia na informação dada, ou na qualidade dessa informação. Gostaríamos, então, de fazer um estudo semântico em outras bases e, por isso, achamos pertinente realizar o nosso trabalho aqui já proposto.

Numa outra direção bem diferente dessa, Heringa (2012) faz uma análise das construções apositivas, sob o viés gerativista, em algumas sentenças, afirmando que elas se dão de maneiras diferentes. Uma delas é por meio da coordenação do termo apositivo em relação ao termo ao qual se refere e a que o autor denomina de âncora, e outra, por predicção, como predicativo dessa âncora. Ele usa exemplos de vários idiomas como o inglês, o holandês, o checo, o alemão, o polonês e o russo, a fim de verificar o comportamento dessas construções em cada um deles.

Segundo Heringa (2012), as sentenças com construções apositivas não restritivas apresentam uma relação tanto de coordenação como de subordinação ao mesmo tempo e não apenas uma delas como afirmam muitos linguistas. Para o autor, a coordenação é vista mesmo como tal e a subordinação é vista como uma predicção em que a âncora é o sujeito e a aposição é o predicativo. Ao analisar as sentenças

a. *John, my neighbour, is a nice guy.* [John, meu vizinho, é um cara legal]

²³ Tradução nossa: *since the zero determiner has a limited use with descriptive appositives in preposition, particularly when the reference concerns political office or occupation, e.g. aid worker, chief executive, marketing director and chairman. Stylistic factors are relevant here, since the Financial Times news-in-brief items on the front page frequently had determiner deletion while the corresponding story inside the paper included the determiner.*

b. The winner, Mary, was very glad. [A vencedora, Mary, ficou muito feliz]

há, para ele, uma predicação

a. John is my neighbour. [John é meu vizinho]

b. The winner is Mary. [A vencedora é Mary]

A fim de combinar as relações de coordenação e predicação em uma estrutura, usarei a idéia de multidominância, o que torna possível que um elemento, neste caso, a aposição, seja dominado por mais de um nó. Um dos nós dominantes estarão então em uma relação de coordenação com a âncora, enquanto outro está em uma relação de predicação com a mesma âncora. (HERINGA, 2012, p.555)²⁴

A aposição, para o autor, envolve uma mensagem secundária e ele tem defendido que essa mensagem é realmente distinta da proposição inicial e que é, inclusive, orientada pelo falante, como pode ser visto abaixo.

a. Sheila says that Chuck is fit to watch the kids and that Chuck is a confirmed psychopath. [Sheila diz que é para Chuck olhar as crianças e que Chuck é um psicopata confirmado]

b. Sheila says that Chuck, a confirmed psychopath, is fit to watch the kids. [Sheila diz que Chuck, um psicopata confirmado, é para olhar as crianças.]

Considerando que, em *a*, a mensagem de que Chuck é psicopata confirmado está incluída no relatório do que Sheila disse, este não é o caso da construção aposicional em *b*. Na última construção, há uma mensagem secundária que vem do falante, não da pessoa citada na citação indireta. Isso é confirmado pelo fato de que o conteúdo ativo não pode ser negado. É impossível continuar *b* adicionando, mas Chuck não é um psicopata confirmado. (HERINGA, 2012, p.557)²⁵

Assim, para ele, as informações não são as mesmas. A aposição orienta, enquanto a coordenação não. Em termos de sentido, as aposições podem ser de identificação ou de atribuição. Uma aposição identificativa dá uma descrição alternativa para a âncora enquanto que uma aposição atributiva expressa uma classe à qual pertence a âncora. Ele cita como exemplo de identificação *My only brother, Pieter, is a member of the student council.* E como de atribuição *His girlfriend, a modest person, laughs about that.* E afirma que “Estes dois tipos

²⁴ Tradução nossa: “In order to combine the relations of coordination and predication in one structure, I will use the idea of multidominance, which makes it possible that one element, in this case the apposition, is dominated by more than one node. One of the dominating nodes will then be in a relation of coordination with the anchor, while another is in a predication relation with that same anchor.”

²⁵ Tradução nossa: “Whereas in (10a) the message that Chuck is a confirmed psychopath is included in the report of what Sheila said, this is not the case for the appositional construction in (10b). In the latter construction, there is a secondary message that comes from the speaker, not from the person quoted in the indirect quotation. This is confirmed by the fact that the appositional content cannot be denied. It is impossible to continue (10b) by adding but Chuck is not a confirmed psychopath.”

correspondem claramente aos principais tipos de cláusulas copulares, especificacionais e predicativas” respectivamente. (p.557) em que a aposição mesma é vista como um predicado nominal (*My only brother is Peter; His girl friend is a modest person*).

Uma outra questão levantada e analisada pelo autor são as orações adverbiais ou mesmo os advérbios em função de aposição. Esses termos são de natureza adverbial, pois se referem a adjetivos e não a nomes substantivos, como em “Os infratores supostamente loiros ainda não foram encontrados. O pai, infelizmente, ainda jovem demais, não pode se casar no futuro próximo”. [*The supposedly blond offenders have not been found yet e The father, who is, unfortunately, still too young, is not allowed to marry in the near future*]. Então, o autor segue argumentando em termos de alocação no esquema arbóreo de sentenças dessa natureza, dando a elas uma posição de construções apositivas e não de sentenças adverbiais.

E segue analisando se sentenças como a assinalada em “A estrada, embora não seja mais uma rota oficialmente designada, foi celebrada em livros” [*The road, though no longer an officially designated route, has been celebrated in books*] seriam apositivas ou adverbiais na árvore. Isso, mesmo sendo difícil encontrar contextos em que seja possível estabelecer relações de identidade entre as sentenças adverbiais e os termos aos quais elas se referem. Mas ainda assim se percebe a natureza apositiva atributiva dessas sentenças de caráter adverbial, também como em “Meu código, naquela época 111, era fácil de lembrar, cujos desdobramentos seriam: ‘Naquela época meu código era 111’ e ‘Meu código era fácil de lembrar’” [*My code, back then 111, was easy to remember, cujos desdobramentos seriam Back then my code was 111 e My code was easy to remember*]. Por isso, afirma que

Esses dados confirmam uma relação entre as cláusulas e as opções copulares e, além disso, fornecem evidências de que as aplicações identitárias contêm estruturas mais elaboradas, bem como aplicações atributivas. Portanto, concluo que a estrutura da mensagem secundária, expressa por construções de aposição, consiste em uma cláusula copular completa com sua própria força ilocucionária e tempo e, provavelmente, uma copula silenciosa correspondente a ser. Afinal, uma projeção funcional do verbo como TP não pode estar presente sem que o próprio verbo esteja presente também. (HERINGA, 2012, p. 562)²⁶

Até aqui, então, o autor mostra que existem três maneiras possíveis de analisar as construções apositivas: primeiro, como estruturas coordenadas; segundo, como estruturas predicativas e a

²⁶ Tradução nossa: *These data confirm a relation between copular clauses and appositions and in addition provide evidence that identificational appositions contain more elaborate structure as well as attributive appositions. Therefore, I conclude that the structure of the secondary message expressed by apposition constructions consists of a full copular clause with its own illocutionary force and tense and, probably, a silent copula corresponding to be. After all, a functional projection of the verb like TP cannot be present without the verb itself being present as well.*

terceira é que todas as construções de aposição devem ser analisadas como uma estrutura complexa que envolve tanto coordenação quanto predicção. Mostrou também que, em termos de sentido, as construções apositivas podem ser de atribuição ou de especificação. Muitas dessas construções são vistas como parentéticas, tal qual em “À esquerda, você vê uma igreja velha, um belo edifício e à direita, você vê uma nova.” [*On the left, you see an old church, a beautiful building, and on the right, you see a new one*], pois, mesmo estando ligadas à oração principal, comportam-se de forma independente, como se estivessem entre parênteses. O autor afirma ainda que “as aposições são cláusulas parentéticas com um pronome silencioso, um pequeno *pro* e um verbo silencioso, ser” (p.568) e que isso resolve o problema da dupla representação da âncora. Isso porque a aposição e o elemento a que ela se refere na mensagem secundária são exatamente os mesmos. A isso, chama de multidominância.

Assim, podemos assumir que lá é apenas um elemento, que funciona em duas estruturas ao mesmo tempo. A aposição é compartilhada pela frase de coordenação e o CP secundário. Em termos de fusão, isso significa que a aposição é mesclada duas vezes, com duas irmãs diferentes, resultando em duas relações de dominância diferentes. (HERINGA, 2012, p.569)²⁷

A aposição é multidominante, pois, em relação à âncora, estabelece relações de coordenação e de subordinação. Isso dá ao falante a condição de adicionar uma mensagem completa sobre um elemento na sentença, sem ter que usar uma nova frase.

...afirmo que a estrutura das construções de aposição envolve tanto coordenação quanto predicção. A aposição consiste em várias camadas, onde uma camada inferior é compartilhada por duas camadas mais altas. Uma dessas camadas superiores faz parte da estrutura de coordenadas, enquanto a outra está na estrutura predicativa. Isso significa que a aposição funciona simultaneamente em duas estruturas distintas. (HERINGA, 2012, p. 573)²⁸

Assim, Heringa conclui o seu trabalho afirmando que algumas construções apositivas são interpretadas como sendo fortes na âncora e fracas na aposição, em que as funções se apresentam tanto de forma coordenada quanto predicativa. Um elemento na aposição pode ser mais coordenador ou predicador e as línguas têm regras para escolher qual desses recursos devem ser explicados se forem diferentes. Para identificação, todas as línguas escolhem

²⁷ Tradução nossa: “Thus, we may assume that there is just one element, which functions in two structures at the same time. The apposition is shared by the coordinative phrase and the secondary CP. In terms of merge, this means that the apposition is merged twice, with two different sisters, resulting in two different dominance relations.”

²⁸ Tradução nossa de ...I state that the structure of appositional constructions involves both coordination and predication. The apposition consists of several layers, where one lower layer is shared by two higher layers. One of these higher layers is part of the coordinate structure, while the other one is in the predicative structure. This means that the apposition simultaneously functions in two distinct structures.

explanar a coordenação. Para atribuição, por outro lado, existem as três possibilidades apresentadas no decorrer das discussões do trabalho, em função de serem fortes ou fracas na sentença com construções apositivas. Em suma, afirma Heringa (2012, p.579) “uma aposição funciona simultaneamente como um segundo conjunto e como um predicado, porque é compartilhado por uma frase de coordenação e uma cláusula de copular secundária.”

Já Keizer (2005) se dispôs a analisar o que ele chamou de “close appositions”, tais como *meu amigo John; o poeta Burns; Burns o poeta*. Segundo o autor, essas construções têm sido analisadas por vários linguistas de diferentes correntes teóricas e que, geralmente, eles concordam que elas contêm (i) dois elementos nominais, (ii) esses elementos formam uma unidade entonacional, (iii) não há elemento de ligação entre eles e (iv) um elemento é um nome próprio e o outro é comum. As questões levantadas até então são de ordem morfossintática e discutem as diferentes estruturas de formação dessas construções apositivas, inclusive, tentando elucidar qual dos elementos seria a cabeça da construção; qual é o elemento (ou se ambos) que faz(em) a referência; qual elemento (ou se ambos) tem (têm) alcance no escopo da referência. Entretanto, Keizer (2005) não foca nesses aspectos; ela discute a função discursiva desse tipo de aposição, e identifica quatro tipos de uso delas:

- 1- Uso de identificação funcional: as informações fornecidas servem para indicar ao ouvinte que o elemento não está sendo usado na sua função prototípica. Ex.: *O número quatro é o meu número da sorte* ou então *A cor azul é a minha predileta*.

Os números servem para quantificar e, nessa construção – o número quatro – não é a isso que “quatro” se presta. O mesmo acontecendo com as cores, que, geralmente, funcionam como adjetivo e não como nomes (substantivos).

A autora apresenta também casos em que a ambiguidade é possível na sentença; então, esse tipo de construção serve para evitar a dupla interpretação. Como exemplo, cita “...*the word pencillus, meaning ‘little tail’, refers to the brush used by the Romans to write on papyrus.*” (A palavra *pencillus*, que significa “pequena cauda”, refere-se à escova utilizada pelos romanos para escrever sobre o papiro).

- 2 - Uso de identificação por descrição: o elemento descritivo serve como base de ancoragem do conhecimento para o ouvinte na situação do discurso, seja linguística ou extralinguística.

Esse tipo de informação descritiva é utilizada em situações, p.e., em que o interlocutor desconhece o nome próprio referido. Se assim não o fosse, seria repetitivo, desnecessário. Ex.: *This fellow Mortmann was really was quite heavily influenced by twentieth century ...* (Este companheiro, Mortmann, foi realmente, foi fortemente influenciado pelo século XX ...), ou então *A friend of mine Andy may be able to help you* (Um amigo meu, Andy, talvez seja capaz de ajudar você) ou *A made at work Tim had the same problem* (Um companheiro no trabalho, Tim, teve o mesmo problema).

Há casos em que esse elemento descritivo aparece como uma caracterização geral, servindo como apelido ou parte do nome próprio, como em *Alexandre o grande* e em *Napoleão o conquistador*; ou ainda em *O rio Tietê; minha tia Ângela, o professor Luiz*. Essas são construções muito usadas quando se precisa especificar títulos: *O senhor Antônio; a doutora Ana Izabel; o comandante Moura*.

3 - Uso introdutório: o elemento descritivo fornece informações anteriores que são relevantes para uma menção adequada do nome.

Esse tipo de descrição é mais completa e ajuda o interlocutor na identificação do nome em questão. A diferença entre essa e a primeira função é que essa oferece elementos contextualmente novos, como em *I have a friend John who's in Linguistics with me* (Eu tenho um amigo John que está em Linguística comigo). São construções usadas também quando os elementos novos não são passíveis de serem inferidos; precisam textualmente aparecer. Como exemplo cita *<on a plaque> The poet Burns lived here from 1786 to 1788* (<em uma placa> O poeta Burns viveu aqui de 1786 a 1788).

4 - Uso contrastivo: o elemento descritivo é usado para distinguir o referente em oposição a um outro. P.e., *Who are you referring? The CRITIC Paul Jones or the AUTHOR Paul Jones?* (A quem você se refere? Ao crítico Paul Jones ou ao autor Paul Jones?); ou *It is Algernon the NAME I don't like, not Algernon the PERSON* (É do NOME Algernon que não gosto, não da PESSOA Algernon)

Dessa forma, Kleizer (2005) conclui seu trabalho no qual analisou as sentenças com aposições próximas (close appositions) em relação ao uso discursivo delas, muito embora fizesse isso, observando a posição e a composição dessas construções em um modelo bastante estruturalista de análise, quantificando-as em tipos e subtipos em função desse uso. A autora concluiu que a escolha de um tipo e subtipo não é aleatória e que está a serviço de uma melhor forma de criar

uma referência adequada para o interlocutor em situações discursivas. O objetivo do falante, segundo a autora, em uma situação discursiva, é tornar a informação através da linguagem bastante eficiente. E isso significa colocar à disposição do interlocutor elementos suficientes para a composição do referente, então, para ela, esse tipo de aposição é um meio eficaz para isso.

Nesse mesmo segmento de análise discursiva, Looock & O'Connor (2015), a partir de uma visão discursivo-funcional, buscam investigar as funções discursivas de aposições não verbais, do tipo frases nominais, frases preposicionadas, frases adjetivas em aposição sendo precedidas por uma também unidade nominal. Segundo as autoras, há uma similaridade entre essas construções e as orações relativas apositivas às quais denominam de ARC (*appositive relative clauses*). Fazem o seu estudo baseadas na Taxonomia de Looock para as funções discursivas das ARCs e adaptam essa taxonomia para abranger as estruturas apositivas não verbais que antes não eram contempladas nela.

Ao longo do estudo, descrevem o comportamento das “unidades de aposição não verbais” em várias estruturas, inclusive apontando divergências de conceitos ou de pontos de vistas de diferentes correntes linguísticas acerca das ARC e das unidades apositivas não verbais, às quais elas se referem como sendo a U2 (Unidade 2) e o antecedente dela como sendo U1 (Unidade 1). Com isso, focam

sobre por que os falantes empregam estruturas apositivas. Assim, nossa análise vai além de uma descrição da informação semântica transmitida por U2 (por exemplo, se ele identifica ou parafraseia U1). Pretendemos identificar estratégias discursivas que correspondam ao uso de U2 pelos falantes. (LOOCK & O'CONNOR, 2015, p.340)²⁹

Testando as estruturas que compunham seu *corpus* de acordo com as funções discursivas em termos de relevância, subjetividade e continuidade, concluíram que, em termos de relevância e subjetividade, as aposições não verbais têm a mesma função das ARC. Entretanto, por não terem verbos, as aposições não verbais raramente possuem a função de continuidade.

Mas isso não significa que não sejam essenciais. Segundo elas, todos os dados, em termos discursivos, são relevantes. O que se precisa observar é se essa relevância se presta à descrição ou à subjetividade. Para comprovar isso, explicam essa observação através do exemplo

²⁹ Tradução nossa: “on why speakers employ appositive structures. Thus, our analysis goes beyond a description of the semantic information conveyed by U2 (e.g., whether it identifies or paraphrases U1). We aim at identifying the discourse strategies that correspond to the use of U2 by speakers.”

(39) (F-PP38) [U1 Sua enfermeira], [U2 em cinza confortável], movimentou-se sobre ele, e sua sombra apareceu sobre ele na parede branca.

... qualquer contribuição para um ato de comunicação é supostamente relevante, por exemplo, o fato de que a enfermeira está vestida de "cinza confortável" faz parte da definição do autor do personagem: ela estava vestida de couro preto, o personagem pareceria diferente para o leitor. Ao mesmo tempo, a informação não corresponde a uma relevância ativa tal como definida aqui; a função do discurso de U2 não é otimizar a relevância de U1 e / ou o enunciado, mas para adicionar informações puramente descritivas.³⁰ (LOOCK & O'CONNOR, 2015, p.352-353)

Diferentemente em

(41)(P-PP15). Mark Zuckerberg, o fundador do Facebook, e [U1 Eric Schmidt], [U2 do Google], são ambos abordados na conferência. [Mark Zuckerberg, the founder of Facebook, and [U1 Eric Schmidt], [U2 from Google], are both addressing the conference.]

... U1 não pode ser usado sozinho, pois o status informativo de seu referente é indeterminável - nem todos sabem quem é Eric Schmidt, mas alguns destinatários sabem; a remoção de U1 resulta em falta de relevância para o enunciado, pois não são fornecidas informações suficientes para destinatários desinformados.³¹ (LOOCK & O'CONNOR, 2015, p. 353)

As autoras deixam claro que o objetivo do seu estudo foi centrado nas informações fornecidas por uma estrutura apositiva, concentrando-se na contribuição informacional da predicação na relação entre a U1 e a U2. E com isso, para elas, foi possível mostrar que

... as apositivas e os ARC compartilham funções discursivas semelhantes, mas sua distribuição é diferente: enquanto relevância e subjetividade as apositivas estão bem representadas entre as apositivas, as continuativas estão, na melhor das hipóteses, marginais. Nós também mostramos que uma série de exemplos de imprensa e ficção correspondem a preenchimentos descritivos, fornecendo informações periféricas correspondentes às expectativas e convenções dos leitores. (LOOCK & O'CONNOR, 2015, p.354)³²

³⁰ Tradução nossa: (39) (F-PP38) [U1 His nurse], [U2 in comfortable gray], *bustled about him, and her shadow loomed over him on the white wall.*

... any contribution to an act of communication is supposedly relevant, for example, the fact that the nurse is dressed in "comfortable gray" is part of the author's definition of the character: were she dressed in black leather, the character would seem different to the reader. At the same time, the information does not correspond to a relevance appositive as defined here; the discourse function of U2 is not to optimize the relevance of U1 and/or the utterance but to add purely descriptive information.

³¹ Tradução nossa: "(41) (P-PP15). Mark Zuckerberg, the founder of Facebook, and [U1 Eric Schmidt], [U2 from Google], are both addressing the conference."

... U1 cannot be used alone, as the informational status of its referent is indeterminable—not everyone knows who Eric Schmidt is, but some addressees do; removing U1 results in a lack of relevance for the utterance, as not enough information is provided for uninformed addressees.

³² Tradução nossa: ... appositives and ARCs do share similar discourse functions, but their distribution is different: while relevance and subjectivity appositives are well represented among appositives, continuatives are at best marginal. We have also shown that a number of examples from both press and fiction correspond to descriptive fillers, providing peripheral information corresponding to readers' expectations and conventions.

Dessa forma, chegam à conclusão de que ARCs e aposições não verbais são, então, "aloestruturas", ou seja, representam diferentes realizações sintáticas potenciais para o mesmo conteúdo informativo e constituem estruturas concorrentes no discurso.

Embora vários aspectos desse estudo nos interessem pela forma como foram conduzidos e, por isso, voltaremos a ele no momento de nossas análises, o seu foco e perspectiva muito se diferem do nosso. O nosso intuito tem a ver com a construção dos sentidos operados pelas unidades em aposição ou determinação de uma outra unidade também nominal. Não é nosso foco, a ocupação dos lugares desses termos nas sentenças, mas, sim, o nível da capacidade informacional deles na construção do sentido dessas sentenças.

Acreditamos que, com esses apontamentos, tivemos uma amostra de como o estudo da aposição tem sido tratado por diferentes correntes teóricas em línguas que não o PB. Agora, vamos nos voltar para o que se tem produzido no Brasil acerca desse fenômeno sintático. É claro que não temos todos os estudos feitos até então, mas fizemos um recorte buscando contemplar correntes teóricas diversas, para, então, a seguir, apresentar o nosso viés de análise.

3.1.2 O olhar de casa

No Brasil, alguns gramáticos e linguistas também se dedicam ao estudo das construções apositivas. A ordem de apresentação desses estudos está ligada ao grau de aproximação que eles têm com o nosso desejo de analisar as sentenças por um olhar semântico enunciativo. Partimos do que nos pareceu mais distante até chegar àquele que mais se aproxima do nosso viés em termos discursivos e semânticos. Vejamos alguns deles.

Perini (2002), considera que o aposto é um termo de “comportamento obscuro” na GT e propõe que esse termo deva ser tratado como um parentético. Os parentéticos, segundo o autor, são “elementos que sintaticamente repetem a oração ou um de seus termos e se justapõem ao elemento repetido, separando-se por vírgula” (2002, p.121), podendo assumir uma posição livre junto aos termos da oração, embora estando sempre separados por vírgulas na escrita.

Apesar de Perini referir-se à independência posicional³³ do aposto, deixa claro que ele se vincula à oração pela concordância nominal e pela interpretação semântica. Isso representa,

³³ Posicional aqui é tratado como o lugar ocupado pelo termo na sentença; é a sua localização, de acordo mesmo com a visão da Linguística Gerativa.

para ele, uma “integração sintática e semântica dos parentéticos na oração” (2002, p.122). Assim, ele discorda da afirmação geral de que os parentéticos não se relacionam sintática nem semanticamente com a oração em que ocorrem.

Com outro ponto de vista, Azeredo (2000a, p.198) procura expor para que serve o aposto, fazendo uma leitura discursiva da maioria das classificações atribuídas a ele na visão tradicional:

- reiterar, por força de algum interesse ou necessidade discursiva, a identidade de um ser ou objeto (aposto explicativo – ap. expl.);
- introduzir um comentário com que se avalia ou se esclarece uma informação (aposto atributivo – ap. at.);
- particularizar a referência genérica de um substantivo (aposto especificativo – ap. esp.);
- detalhar (aposto enumerativo – ap. en.) ou sintetizar (aposto recapitulativo – ap. rec.) o conteúdo do SN fundamental. (AZEREDO, 2000a, p.196)

Segundo Azeredo (2000b, p.62), o aposto representa uma das funções exercidas por um sintagma nominal que apresenta o papel de modificador de outro sintagma nominal com o qual estabelece uma relação de equivalência e co-referência, podendo “por ser também núcleo na construção, o aposto dispensar o núcleo primário e constituir por si só o SN” (2000a, p.195). O autor afirma ainda que o aposto pode realizar um processo de topicalização, vindo à esquerda da oração a que pertence e funcionando como tópico de todo o enunciado. Embora demonstre essa possibilidade, ressalta que ele “ocorre geralmente após a oração. Eventualmente vem intercalado a ela. Anteposto à oração, é próprio do uso apelativo da imprensa falada ou de anúncios” (2000a, p.63).

O mesmo autor (2000a, p.63-64) apresenta casos em que o aposto é um modificador oracional e acrescenta que a função discursiva dele nesse tipo de ocorrência é “expressar um comentário do enunciador sobre o conteúdo proposicional da oração”, aproximando-se de “outras construções em que o comentário constitui uma oração independente”. Nos casos em que o aposto aparece na forma oracional, como oração subordinada substantiva apositiva, ele exerce a mesma função que o sintagma nominal é capaz de exercer, e seu uso tem “a intenção de dar realce à informação que elas [as orações apositivas desenvolvidas] contêm” (2000a, p.218).

Em seu estudo, Azeredo (2000a, p.30) trata do aposto como um dispositivo sintático que “provavelmente, (...) detém o mais alto rendimento na construção da referência, haja vista seu potencial de uso no modo argumentativo de organizar o discurso e suas possíveis associações com os gêneros textuais”. E é aqui, com esse viés (seu potencial de uso no modo argumentativo de organizar o discurso), que queremos observar as sentenças que contêm aposição. Entretanto, o nosso foco não estará voltado para a relação com gêneros textuais. A regularidade do aparecimento dessa construção apositiva será por nós analisada sem levar em conta esse fator, porque acreditamos na relevância da pertinência do dizer, independente do gênero textual. Importam as condições da enunciação. Voltando a Azeredo, o autor destaca o valor co-referencial do aposto associado a uma intenção de sentido do texto e revela que tal valor garante que o ato de referência se mantenha no enunciado com qualquer um dos dois sintagmas, exercendo o papel de núcleo primário.

Essa é uma visão já mais detalhada e mais descritiva que as tradicionais quando da análise de sentenças no Português do Brasil (PB), porém, julgamos que ainda há muito o que se investigar acerca desse tipo de construção, principalmente em termos semânticos.

Masson (2009) apresenta “uma descrição geral do termo aposto sob a ótica da referenciação, partindo do aspecto sintático para depois chegar aos aspectos semânticos e discursivos.” (p.76). Segundo ela, sua pretensão é mostrar que “o aposto não é apenas um ‘termo acessório’ como descrevem os gramáticos da Língua Portuguesa, mas, pelo contrário, esse termo possui aspectos semântico-pragmáticos.” (p.76). Para comprovar essa afirmação, faz um apanhado de vários gramáticos brasileiros e o que eles trazem como conceito e exemplos de apostos em suas obras. Em seguida, aborda o conceito de referenciação, sob o viés de algumas teorias apontadas por autores como Koch (2006), Mondada & Dubois (2003) e Salomão (2005). Logo depois, trata das expressões nominais e sua estrutura sintagmática, bem como de suas funções discursivas, dentre elas destaca a anáfora e a recategorização como formas de comprovar que o “aposto contribui para a progressão referencial, ao fazer remissão a referentes anteriormente ativados” (p.84)

Abaixo temos o que a autora traz como um exemplo de análise:

(1) O historiador inglês **Paul Johnson** celebrou a qualidade de um de um punhado de políticos americanos, **responsáveis a seu ver pela construção de uma sociedade bem-sucedida.**

O exemplo (1) apresenta o SN aposto “Paul Johnson” como aposto explicativo, cuja função de especificação, além de trazer um maior refinamento da categorização,

nomeia o referente, e confere relevância ao historiador inglês, evidenciando autoridade à fala do colunista (locutor). O exemplo apresenta ainda uma recategorização dos termos “políticos americanos” por meio do SN aposto atributivo constituído pelas expressões adjetivas “responsáveis a seu ver pela construção de uma sociedade bem-sucedida”, permitindo que o locutor introduza elementos avaliadores à sua fala. O exame da progressão referencial nos leva a caracterizar essa ocorrência na função de organização macroestrutural. (MASSON, 2009, p. 87-88)

Utilizando-se de outros exemplos e análise, chega à conclusão de que “a abordagem sintática tradicional, ao identificar o aposto como termo acessório, anula a sua mais importante função: a de recategorizar um referente constituído no texto e a de propiciar a progressão referencial” (MASSON, 2009, p.89).

Esse estudo não se aprofundou nas discussões do que a autora entende e trata por aspectos semânticos e discursivos e nem do que ela chama especificamente de referencial, pelo menos no mesmo entendimento que damos a estes conceitos. Por isso, trouxemos esse estudo aqui, pois pretendemos observar esses aspectos semântico-discursivos num viés enunciativo, posicionando-nos, inclusive, sobre o que chamamos de referencial. Mais adiante, detalharemos esses aspectos e conceitos.

Em outra direção, Rocha & Damasceno (2015), a partir de uma visão funcionalista, investigaram a relevância da aposição na construção dos significados dos textos. As autoras verificaram o modo como as estruturas apositivas são ativadas nos textos e os sentidos que se constroem a partir delas. Relativizando o conceito da gramática tradicional que o “elemento sintático denominado *aposto* refere-se a um elemento secundário, adicional e não fundamental”, afirmam, no viés da teoria que comungam, que o aposto, a que chamam de cláusula secundária,

... não introduz um elemento novo para o fato, mas fornece uma melhor caracterização para um que já está lá, reformulando, especificando-o, comentando-o, fornecendo-lhe exemplo, ou, ainda, adicionando-lhe atributo. (ROCHA & DAMASCENO, 2015, p.126)

Acreditam, entretanto, que isso não é suficiente e não abarca a verdadeira relevância discursiva desse elemento linguístico. Para elas, o aposto é também imprescindível para a compreensão do sentido nos textos, caminhando numa direção diferente da GT, que considera esse termo como mero acessório. Segundo elas, o quadro analítico das aposições ainda não é muito expressivo.

A fim de realizarem a análise a que se propõem, apresentam uma escala semântica das construções apositivas que vai da mais apositiva para a menos apositiva, baseada no critério de relação de equivalência entre os elementos, a saber:

- 1- Correferência: “A chanceler alemã, Angela Merkel, por sua vez, manifestou sua desaprovação ao déficit americano excessivamente grande (VEJA, Edição 2093)” (ROCHA & DAMASCENO 2015, p.135).
- 2- Sinonímia: “O mito do bom selvagem – a ideia de que os nativos do Novo Mundo tinham uma bondade imaculada, não manchada pelas maldades da civilização – impregnou a mente europeia (VEJA, Edição 2007)” (ROCHA & DAMASCENO 2015, p.138).
- 3- Atribuição: “A cada sete anos, Deus disse a Moisés, os filhos de Israel não deveriam nem semear seus campos, nem podar suas videiras – uma espécie de recessão auto-imposta (VEJA, Edição 2093)” (ROCHA & DAMASCENO 2015: 138).
- 4- Inclusão: “As outras instituições criadoras de crédito – especialmente os mercados para títulos lastreados em ativos financeiros – estavam praticamente paralisados (VEJA, Edição 2093)” (ROCHA & DAMASCENO 2015, p.139).

As autoras afirmam que, principalmente nas duas primeiras construções prototípicas apresentadas, as unidades apositivas auxiliam na construção do significado, portanto

a supressão de um dos elementos da aposição é possível do ponto de vista sintático/formal das construções, todavia, do ponto de vista discursivo, esse apagamento acarreta consequências significativas para o sentido geral do enunciado, visto que todas as unidades apositivas apresentam importante valor argumentativo/persuasivo no ato comunicativo. (ROCHA E DAMASCENO, 2015, p.137)

Dessa forma, concluem que o fenômeno linguístico da aposição exerce importante papel nas construções dos referentes discursivos e são indispensáveis na produção do sentido, do significado das sentenças das quais fazem parte.

Percebemos que já há uma grande parte de autores, atualmente, que enfatiza os valores semânticos e discursivos que o apostro assume num papel de modificador de uma Formação Nominal (FN)³⁴, segundo a situação de uso. Seguindo essa tendência, Nogueira (2011) afirma:

A construção apositiva tem a propriedade de estabelecer equivalência referencial no discurso. Por isso, a aposição pode ser um expediente textual-discursivo de recategorização metafórica, revelando opiniões e atitudes. (NOGUEIRA, 2011, p.179)

³⁴ Aqui não se trata do processo de formação de palavras chamado “formação nominal” do âmbito da morfologia. Lá também é “formação dos nomes”, mas não léxico-componencial. Esse conceito está melhor detalhado na Cap.3, item 3.1.4.

Segundo a autora, o processo sintático de aposição possui limites conceituais e formais bastante imprecisos, por sua natureza indeterminada, por isso é difícil agrupar, a partir de um único critério, as diversas construções apontadas como apositivas. Para ela, “associa-se à construção apositiva a propriedade de se estabelecer equivalência referencial e/ou semântica no discurso”.

E

em virtude dessa propriedade da construção, temos assumido que a aposição constitui um importante expediente por meio do qual a identidade de um objeto de discurso pode ser construída segundo diferentes perspectivas, de acordo com diferentes propósitos enunciativos, da natureza estritamente referencial (atribuição de referência), ou argumentativos, estéticos. (NOGUEIRA, 2011, p.180)

Para tal, a autora analisa construções apositivas que se estabelecem por meio de relações metafóricas, em que o aposto manifesta, segundo ela, valores argumentativos revelados por opiniões, crenças e atitudes por parte de quem constrói o texto. Com o exemplo a seguir, ela demonstra sua perspectiva:

(17) (...) fortaleza das liberdades morais, ante cujos muros recuaram todas as insídias da violência(...) a escola representa a continuidade viva das nações (TA1-OR)

Em (17), uma expressão apositiva antecipa uma predicação feita a um referente discursivo que ainda será introduzido. Frequentemente, além de funcionar como atributo do referente designado pela expressão referencial que a segue, esse tipo de expressão apositiva apresenta um valor argumentativo. (...) esse tipo de construção tem função cognitiva relevante no estabelecimento e na manutenção dos referentes em uma contínua representação mental que o interlocutor faz do discurso corrente(...). As construções apositivas são empregadas na construção argumentativa da identidade dos referentes discursivos(...), são objetos de discurso que não pré-existem “naturalmente” à atividade cognitiva e interativa dos sujeitos falantes, mas, antes, são produtos dessa atividade. (NOGUEIRA, 2011, p.185-186)

E assim, conclui que “a aposição pode ser vista como importante expediente por meio do qual um mesmo objeto pode ser apresentado segundo diferentes pontos de vista” e que “a aposição pode, então, ser vista como uma codificação linguística de natureza sintático-semântica” (NOGUEIRA, 2011, p.187) para a construção de sentidos através de metáforas, em certas construções apositivas.

Lomson (2016) faz, em sua tese de doutoramento, uma análise das aposições restritivas baseada no modelo discursivo-funcional, observando as características pragmáticas, semânticas e morfossintáticas delas, sem, contudo, dar ênfase maior às características morfossintáticas que, segundo ela, é o que mais acontece nos estudos tradicionais. A autora contrapõe exemplos em que essas unidades de aposição são apresentadas com termos preposicionados ou não, tendo em vista as suas propriedades gramaticais, as funções pragmáticas, o nível representacional, o nível morfossintático e a relação semântica delas com o termo a que se referem. Ambas as

construções se comportam de forma muito similar, não havendo alterações significativas se o termo da aposição restritiva possui ou não preposição. Mas, segundo a autora, “essas informações foram de grande importância para diferenciar as aposições restritivas com preposição das construções assemelhadas, como as construções com adjunto adnominal e as com complemento nominal” (LOMSON, 2016, p. 159).

De acordo com o que se propôs a fazer, então conclui:

No Nível Interpessoal, as características pragmáticas prototípicas da aposição restritiva do português brasileiro apontadas, como resultado de nossas análises, são: ser formada por um único Subato Referencial que é constituído por dois Subatos Atributivos e ser introduzida por um marcador de definitude. No Nível Representacional, as características semânticas apontadas são: o primeiro elemento da aposição restritiva é o elemento restringido (núcleo) e o segundo elemento é o restritivo, portanto, há uma relação semântica de restrição entre os dois elementos, e a função semântica de cada um deles é de propriedade.

No Nível Morfossintático, as características morfossintáticas da estrutura prototípica apontadas são: a presença de um elemento regente das relações morfossintáticas, que é o primeiro elemento, e este pertence à subclasse dos substantivos comuns, e a presença do elemento que não rege as relações morfossintáticas e nem é influenciado por estas relações, o segundo elemento da aposição restritiva, que pertence à subclasse dos substantivos próprios. Em relação às funções discursivas, nossas análises apontam que a aposição restritiva prototípica do português brasileiro se encaixa na função discursiva, uso descritivamente identificador. (LOMSON, 2016, p.160)

A visão que a autora tem de análise semântica, devido ao seu viés teórico, não é a mesma a partir da qual pretendemos conduzir o nosso estudo, por isso não respondem às nossas questões de pesquisa, tais como: Em que situações comunicativas o aposto é empregado? O que motiva a escolha dentre os vários tipos de aposição? O aposto é capaz de expandir, modificar e/ou alterar o foco da informação dada no enunciado? Dessa forma, continuamos necessitando do olhar da Semântica da enunciação sobre sentenças do PB que tenham as características de aposição.

Se até aqui temos visto abordagens sintáticas da aposição na língua escrita, Moraes (2000) analisa a ocorrência desse fenômeno na língua falada, buscando definir-lhe não só a natureza, como também sua função tanto na frase como na conversação. Segundo ela, há uma dificuldade na conceituação do aposto, devido à sua natureza, pois ele fica “suspenso entre a frase e o discurso, voltado para a enunciação.” (MORAES, 2000, p.247). Então, observá-lo na língua falada poderá auxiliar na compreensão da natureza desse termo. A autora traça um caminho da conceituação do aposto na gramática tradicional, baseada nos traços prosódicos, morfossintáticos e semânticos desse termo. Em seguida, apresenta o que, segundo ela, seriam os “pontos fracos” dessa conceituação, além de comentar a visão de linguistas de várias

correntes sobre o termo, lembrando que estes não tratam da linguagem falada.

Analisando situações de fala em que o aposto aparece de variadas formas, afirma que

... a ocorrência do aposto, se por um lado parece atender à necessidade de clareza, o que evidentemente pressupõe a interação com um ouvinte, por outro denuncia falhas e dificuldades de planejamento. Elas se patenteiam nas pausas, principalmente entre as quais a indicadora de aposição, mas que podem ocorrer também em outros pontos do enunciado.

Além disso, a repetição da curva entonacional do fundamental permite supor no aposto um ponto de reconstrução da estrutura inicial, fato que explica a identidade sintática entre eles. O aposto que ocorre após a entoação de ponto final indicaria um comentário ou uma reflexão sobre o fundamental, o que denuncia uma volta do falante sobre seu próprio enunciado. (MORAES, 2000, p.252)

Examinando o que ela chama de conjunto aposicional (fundamental + aposto) em sua estrutura sintática em diversos exemplos, a autora conclui que

“...a aposição não se manifesta apenas entre dois nomes substantivos, como diz simplificada a teoria gramatical, mas entre elementos sintaticamente compatíveis, ou melhor, que podem reduzir-se a uma mesma classe.” (MORAES, 2000, p.254)

Isso se confirma nos exemplos citados por ela:

(9) Li (...) então eu dizia, "mas é uma coisa estranha, neste Brasil inteiro, **neste país continente**, neste exato momento...**naquela hora** - parece que não sei se era oi/dez da noite - **dez da noite**, as criaturas mais diversas, **as faixas sociais mais diversas** estão presas a esse enredo, **essa história que se processa**." (333,455)

A construção de (9) vai-se fazendo pelo encadeamento de aposições sucessivas: entre sintagmas adverbiais neste Brasil inteiro, **neste país continente**, de início, a que se segue outra em neste exato momento, **naquela hora**, em que o núcleo **hora** é por sua vez definido por outro aposto, **dez da noite**. E depois, no SN sujeito, em as criaturas mais diversas, **as faixas sociais mais diversas**, e no interior do SV, em esse...esse enredo, **essa história que se processa**. (MORAES, 2000, p.253)

Observando o critério semântico, Moraes (2000) afirma que a natureza ambígua do aposto começa a aparecer quando se atenta para a situação de produção da fala. Para ela, o aposto e o fundamental remetem à mesma entidade, não ao mesmo conceito. Embora a autora trate de critérios semânticos, a nossa perspectiva se difere da dela, no momento em que não temos uma visão referencialista da língua. Não estamos voltados a investigar se um ou outro termo referem-se ou não a essa ou àquela entidade, mas interessa-nos o sentido que é construído a partir de um enunciado que é formado por essa construção sintática: nome + estrutura apositiva, ou vice-versa. Na visão de Moraes (2000) o aposto e o fundamental repetem uma menção em que o aposto retoma o fundamental a partir de uma nova forma. Daí haver apostos por sinonímia numa busca da expressão exata; por especificação; por adequação ao interlocutor ou à situação de

comunicação; pela busca da elegância na linguagem; por enumeração a fim de detalhar o fundamental; por falta de planejamento prévio da fala. Portanto, para a autora, não cabem

“dúvidas quanto à motivação de natureza conversacional para o uso do aposto, em que transparecem visíveis as marcas de interação. (...) O aposto estaria, assim, entre a repetição e a paráfrase, como meio de manifestação de um dos processos constitutivos da língua falada. (...)”

Entendemos que ele é sintaticamente marginal. Insinua-se na estrutura oracional, mas não faz parte dela. Ainda que se diga que repete a função sintática do fundamental, visto que pode ocupar o lugar deste sem prejuízo à gramaticalidade, por esse mesmo motivo não se pode aceitar tal identidade de funções, pois nesse caso haveria coordenação e não aposição. (MORAES, 2000, p.257)

Baseada nessas reflexões, a autora, então, propõe um estatuto para o *aposto*, dizendo que ele “de fato não se integra na estrutura da frase. Mantém com esta relações semânticas...”. E a sua ocorrência estaria relacionada a necessidades de interação entre os falantes: “ele surge como reformulação nos pontos em que o exige a necessidade que o locutor sente, quer de fazer-se mais claro para o ouvinte - ou para si mesmo -, quer de planejar a sequência” (MORAES, 2000, p.258). Essa visão se aproxima um pouco do que nós iremos tratar na perspectiva da Semântica da Enunciação que são especificamente os conceitos de Referencial e de Pertinência enunciativa.

Em uma outra análise do PB feita de forma bastante interessante e bem-humorada, Sarmento Lima (2017) refere-se ao aposto como “um termo cheio de truques” e capaz de comportar uma grande carga argumentativa em um texto.

Os termos ditos acessórios não são, de fato, irrelevantes e, uma vez apagados, alterariam muito significativamente o conteúdo da informação. No máximo se pode dizer que o termo é acessório *sintaticamente*, já que o aposto sempre entra na composição de outro termo maior, ao qual se agrega, podendo ou não entrar. No entanto, ainda assim, não se consegue entender língua fora do circuito comunicativo, onde aquilo que se diz serve para atender a necessidades reais de locução e interpretação. (SARMENTO LIMA, 2017, p.25)

Para confirmar isso, Sarmento Lima toma como exemplo o texto de uma manchete jornalística, que, mesmo devendo ser enxuta, deixa “vestígios de subjetividade” que “estão centrados, justamente, quem diria, no aposto, esse acessório incorrigível!” (SARMENTO LIMA, 2017, p. 26). O autor destaca o fato de o aposto iniciar o período e, dessa forma, já ter o seu valor destacado, parecendo, inclusive, ser ele o sujeito da oração. Assim, conduz o leitor a dar mais valor ao que o juiz representa do que ao seu nome propriamente dito.

Um dos cotados pelo presidente Temer para a vaga de Teori Zavaski no STF, Ives Gandra Martins Filho escreveu, em livro de 2012, que “a mulher deve obedecer e ser

submissa ao marido”. Celibatário e contrário à união gay, ele integra a Opus Dei, organização católica ultraconservadora.” (SARMENTO LIMA, 2017, p.26)

Esse tipo de aposto tem características adverbiais, por isso o autor o chama de “aposto circunstancial”, pois diz de uma situação acidental, uma circunstância que pode ou não vir a ser. “E quem diz isso é o aposto, não o sujeito da oração” (p.27), portanto, segundo Sarmiento Lima, “quem pesa, essencialmente, no comentário do jornal é o aposto”. E continua afirmando que esse tipo de aposto “permite ao enunciador emitir opiniões, cujas modulações no discurso, é que podem, agora, tornar um aposto menos ou mais significativo na comunicação inteira” (p.27-28).

Na mesma direção de Ducrot (1977), Sarmiento Lima afirma que “os apostos, bem delineados, é que argumentam”. (p.28). Para ele, “é de fato no aposto, como quem não quer nada, que se situa o mote deflagrador do assunto”, porque, principalmente em casos como o do exemplo apresentado, “a circunstância, às vezes, vale mais do que a regra” (p.30).

Numa hora como essa surgem dados da biografia do candidato: o conservadorismo moral é um deles. A argumentação, da forma como foi montada linguisticamente, não é agressiva, e até parece neutra, ou seja, quem assina o texto quer dar a impressão de que isso é apenas um traço curioso, mas nada mais que isso. O texto aparenta, em sua translucidez, sem meios-tons, ser completamente ou unicamente, como se costuma dizer na imprensa, *informativo*, como se ser informativo não implicasse fazer escolhas ideológicas, julgamentos, adesões ou censuras. (SARMENTO LIMA, 2017, p.30)

Dessa forma, segundo o autor, fica claro o papel que o aposto tem como argumentação no texto; que essa não precisa, necessariamente, estar em termos essenciais, ou seja, pode estar “até mesmo no aposto, tido em geral como um termo anêmico, dispensável, acessório” (p.31). Assim nós também acreditamos: em termos discursivos todo e qualquer termo é essencial, nenhum pode ser retirado da frase sem que cause alguma forma de prejuízo, se não sintático, com certeza semântico.

Esses estudos citados acima já possuem um novo olhar sobre o termo que buscamos estudar. Porém, temos algumas questões que ainda não foram observadas e que, para nós, ajudariam a compreender melhor esse fato sintático muito produtivo na língua. Tal fato ainda não recebeu um olhar atento no que diz respeito à sua força na constituição do nome ao qual ele acompanha, constituindo forte argumento que agrega significado e altera/determina/define o sentido desse nome e dessa sentença. Falta, acreditamos, um olhar semântico e enunciativo para esse termo, por isso, buscamos semanticistas que procuram esse modo de olhar a sentença e os termos que a constituem, em especial, para nós, o aposto.

Guimarães (2012), sobre funcionamento semântico do aposto, afirma que precisamos levar em conta que, na relação apositiva, se sobrepõem dois aspectos: de um lado, há a reescrituração apositiva que atribui o sentido de um termo sobre o outro, de outro lado, tem-se uma articulação de pressuposição, que, nos enunciados considerados, se apresenta pela relação de contiguidade do aposto com o elemento que reescritura. p.e.,

(25) Bruno cometeu um crime.

(25a) O goleiro Bruno cometeu um crime.

(25b) O jogador será julgado em breve.

Temos, como reescrituração, (25a) e, como articulação de pressuposição, (25b), pois sabemos que goleiro é jogador; logo, a relação de contiguidade do aposto com o elemento que reescritura está em (25b). Em (25a) *Bruno* particulariza goleiro, ou seja, atribui, agrega sentido. Assim, no funcionamento que parece reduzir o nome próprio a sua referência, encontramos uma atribuição de sentido sobre o nome próprio, indicando que a história de enunciações de um nome próprio constitui seu sentido.

Esta análise nos permite, por outro lado, tomar uma posição na discussão sobre os sentidos dos nomes próprios. Sem entrar aqui na discussão mais específica, podemos dizer que a observação da reescrituração apositiva sustenta a posição segundo a qual o nome próprio significa, pois, no processo enunciativo, podemos observar isso de maneira muito específica. O nome próprio recebe uma atribuição de sentido na relação apositiva. Por outro lado, tratar dessas questões exige uma rediscussão das posições referencialistas envolvidas neste debate a partir de um outro lugar, no nosso modo de pensar, o lugar enunciativo.

Então, em função disso, Guimarães (2010) diz que “o aposto é visto como um termo que, no interior do enunciado, se articula a um nome (substantivo), para explicá-lo. Assim ele se diferencia dos caracterizadores (a GT os chama de “adjunto adnominal”), que se liga ao nome para particularizá-lo”. O aposto se articula com o nome dando-lhe uma caracterização. Assim, para ele, no caso de um nome próprio ser o aposto de um nome comum, temos uma especificação do nome próprio sobre o nome comum. (*O rio Tietê está sendo despoluído*). Um aspecto importante a considerar é que, se comparamos o aposto aos caracterizadores (adjunto adnominal), encontramos uma diferença significativa, pois temos uma articulação em que um elemento adjetivo incide sobre o nome para caracterizá-lo. (*O Tietê despoluído se tornará um*

patrimônio de São Paulo). Se voltamos sobre o caso do aposto, notaremos que a relação de articulação em questão traz um outro elemento de sentido que não está na caracterização do adjunto adnominal. Podemos dizer que, no caso do aposto, ele caracteriza o termo de que é aposto, mas, ao mesmo tempo, ele é predicado, semanticamente, pelo termo de que é aposto. Podemos assim dizer que o aposto funciona também como uma reescritura por particularização do outro termo e, assim, funciona como determinado pelo termo que caracteriza.

Nessa mesma perspectiva enunciativa, Dias & Coelho (2014) analisam o aposto explicativo à luz da semântica da enunciação, observando pistas acerca da avaliação do falante sobre seu interlocutor, ou seja, um espaço de argumentação, como também do aposto como marcador de modalidade. Para comprovar e explicar tal afirmação, usam do exemplo seguinte:

3) “Mas como explicar que, logo em seguida, fossem recolhidos José Borges do Couto Leme, *pessoa estimável*, o Chico das Cambraias, *folgazão emérito*, o escrivão Fabrício, e ainda outros? (grifos do autor)

(...) os apostos destacados assumem, no contexto, uma função não só argumentativa, como também modalizadora, já que por meio do seu uso, o locutor sinaliza para seu interlocutor sua pouca compreensão (ou talvez incompreensão) acerca do fato de pessoas de caráter tão distinto serem indistinta e igualmente punidas. (DIAS & COELHO, 2014, p.135)

Assim, pensam o lugar de aposto como um lugar sintático propenso à marcação de modalidade, bem como de direcionamento para uma argumentação desejada. Está longe de ser apenas um acessório, um apêndice na informação veiculada pela sentença; ao contrário, “é preponderante para a redundância ou a originalidade daquilo que se diz.”

Os autores acreditam que a supressão desse tipo de aposto comprometeria a compreensão do sentido da sentença. Sendo assim, afirmam que a visão tradicional que diz que as informações veiculadas pelo aposto são pouco pertinentes – já que são redundantes –, deveriam ser repensadas e esse lugar sintático visto como um lugar muito produtivo na constituição do sentido e também para a progressão textual

... na medida em que tem um potencial para assumir uma função prospectiva de introduzir uma informação que precisa ser conhecida pelo interlocutor, mas que ainda não o é. Nesse sentido, passa a constituir um importante recurso para a textualidade. (DIAS & COELHO, 2014, p.147)

Como vimos, os estudos sobre aposição têm ocupado espaço em diferentes correntes linguísticas, inclusive naquela a partir da qual pretendemos realizar o nosso trabalho. Entretanto, ainda há um olhar que não foi lançado sobre esse termo e a outros que a ele se assemelham a partir dos conceitos de Formação Nominal, Referencial e Pertinência

enunciativa. Dessa forma, acreditamos ser o nosso estudo justificado, pois buscamos ver o efeito de sentido construído pelas Estruturas Nominais de Inserção (ENI) nos enunciados em que elas aparecem. Mas, antes disso, vamos recapitular alguns aspectos vistos até aqui, para que possamos manter o foco e o raciocínio em relação ao nosso objeto de estudo.

3.2 Afinal...

Por tudo o que vimos até agora, podemos, para efeitos didáticos e de facilitação do acompanhamento do nosso raciocínio, sintetizar o que foi apresentado sobre o aposto. Não vamos, nesse momento, separar por correntes de pensamento linguístico ou se o termo foi abordado no PB ou em outro idioma. O que faremos é uma compilação do que julgamos essencial em cada análise apresentada e que poderá, de certa forma, ecoar no estudo que pretendemos realizar. Sendo assim, temos:

- o aposto é um termo sintático que acompanha nomes, sejam eles próprios ou comuns: (I) *Telma chegou a Paris – cidade da luzes – sentindo uma emoção estupenda*; (II) *Chuva coloca zona leste e marginal Tietê, em SP, em alerta*.

- a aposição pode ocorrer em nomes que estejam em lugares sintáticos diversos, não somente no lugar do sujeito como, às vezes, somos levados a crer. (III) *Moro na Rua Bernardo Guimarães, a do lava jato do Paulinho* (aposição no lugar sintático de adjunto adverbial); (IV) *Beatriz comprou um carro novo, aquele vermelho, há pouco tempo*. (aposição no lugar sintático de objeto); (V) *Esther tem medo de avião, dos supersônicos; dos outros nem tanto*. (aposto no lugar sintático de complemento nominal); (VI) *O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime*. (aposição no lugar sintático de sujeito); (VII) *A atual miss é linda, atributo necessário ao título, mas é pouco atraente*. (aposto no lugar sintático de predicativo); (VIII) *O alto da marginal Tietê ficou alagada*. (aposto no lugar sintático de adjunto adnominal).

- o aposto pode apresentar-se de várias formas composicionalmente falando, seja por um único elemento ou por uma estrutura complexa, isto é, podem se apresentar através de um único nome, ou de nome mais determinantes, ou de estruturas nominais coordenadas e até estruturas oracionais, como podemos ver,

respectivamente, em: (IX) *O tio Sílvio está muito deprimido*; (X) *O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime*; (XI) *Rui, morador de rua e pessoa digna de nossa piedade, está muito doente*; (XII) *João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado*.

- a aposição pode ser encontrada em gêneros textuais de qualquer natureza, na modalidade oral ou escrita, sendo, portanto, uma estrutura que não é própria, característica ou exclusiva de nenhum registro ou variedade linguística em particular.

- o termo aposto pode aparecer em qualquer ordem na sentença, antes ou depois do nome ao qual ele se liga, não acarretando alterações sintáticas, entretanto interferindo semanticamente na construção do sentido da sentença, destacando a si ou ao termo ao qual se refere, como em (XIII) *Rômulo Augusto, diretor comercial da Rede Gabriel, assegurou que a crise é passageira* ou (XIV) *O diretor comercial da Rede Gabriel, Rômulo Augusto, assegurou que a crise é passageira*.

- a aposição apresenta semelhanças com as estruturas de coordenação, embora uma parte dos estudos aqui apresentados a consideram como independente posicionalmente falando.

- a aposição é tratada por muitos gramáticos como elemento secundário, acessório na estrutura sintática, por ser correferencial, ou seja, remete-se ao mesmo elemento tido como principal, haja vista em (XV) *João, homem pão-duro, tem muito dinheiro guardado*; (XVI) *Suellen, mulher de fibra e de muita garra, mudou de emprego ontem*.

- a aposição não pode ser considerada um termo secundário ou acessório. Ele traz, para muitas sentenças, uma carga semântica e até argumentativa capaz de interferir no sentido delas, como em (XVII) *Rui, morador de rua e pessoa digna de nossa piedade, está muito doente*, se comparada a (XVIIa) *Rui, morador de rua, um drogado e bêbado, está muito doente*.

- muitas estruturas apositivas possuem a capacidade de orientação do ouvinte pelo falante; portanto, há mais informações sendo veiculadas, quando se emprega uma aposição explicativa, que meras justaposições ou reiterações dos dados aos quais

esse termo se refere, como em (XVIII) *João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado.* e (XIX) *João, que é econômico, tem muito dinheiro guardado.*

-a aposição descritiva, pode ter também a função de perspectivar o termo sobre o qual a descrição apositiva incide, tal qual em (XX) *As redes sociais, que são grandes ferramentas de interação pessoal, têm causado muitas discussões.* e (XXI) *As redes sociais, que são grandes ferramentas de disseminação de fofocas e de falsas notícias, têm causado muitas discussões.* Nesse sentido, a aposição traz uma mensagem orientada pelo falante e dá a ele condição de adicionar uma mensagem completa sobre o elemento a que se refere sem ter que usar nova frase.

- a aposição tem um potencial de uso no modo argumentativo de organizar o discurso, como se vê em (XXII) *Aquele rapaz [Bruno] – de infância humilde e história sofrida – sonhava alto* ou em (XXIII) *Bruno, imaturo, deixava-se influenciar pelos companheiros* e ainda em (XXIV) *A começar pela voz [de Bola], incompatível com o que se espera de um matador inclemente: fina, mansa e acuada, muitas vezes falhando ao final das frases.* Assim, o aposto manifesta valores argumentativos revelados por opiniões, crenças e atitudes por parte de quem constrói o texto, auxiliando na construção do significado dele.

- os apostos, bem delineados, é que argumentam, fazendo-os extremamente significativos na construção dos sentidos das sentenças. O lugar sintático do aposto é propenso ao direcionamento para uma argumentação desejada e capaz de orientar o interlocutor nessa direção argumentativa, tal como em (XXV) *A mídia, que faz a cabeça da parte dos brasileiros mais à direita (conformou-se em perder os brasileiros de esquerda de vez e optado por fazer política abertamente), propensos a ouvir comentários apenas com determinado conteúdo, apontará os membros desses tribunais como parte de um sistema de justiça ultrapassado, que tal ou qual juiz foi nomeado pelo PT, que as leis são muito liberais etc.*³⁵

Por tudo isso que foi visto, não é de se admirar que o aposto seja, então, objeto de interesse, mas também de muito pouco consenso, em muitas correntes linguísticas, sejam elas de natureza tradicional, gerativistas, funcionalistas ou semânticas. Isso, embora haja outras razões, por si

³⁵ Disponível em <https://jornalggn.com.br/noticia/arbitrariedades-do-juiz-sergio-moro-ja-passam-de-uma-dezena-por-percival-maricato> acesso em 06/03/2018.

só, já justificaria um estudo com bases enunciativas para esse termo. E é o que faremos neste trabalho de pesquisa e de análise.

Feitas essas considerações, é o momento de comprovarmos nossas premissas e pressupostos, bem como aplicar a nossa base teórica no *corpus* de trabalho, a fim de comprovarmos (ou não) a nossa tese. Para isso, submeteremos a uma análise semântico-enunciativa algumas sentenças que contêm ENIs de diferentes naturezas sintáticas, focados na pertinência desses dizeres na situação comunicativa em que foram enunciados, observando o referencial histórico que foi mobilizado, com vistas a compreender o papel que essas ENIs representam na construção do sentido desses tais enunciados.

Dividimos o nosso *corpus* e o apresentamos em quatro subseções para serem analisados: 1- Enunciados de FNs com ENIs que aparecem em situações comunicativas diversas; 2- As ENIs como convergências enunciativas; 3- FNs com ENIs, segundo os eixos enunciativos e temático-referencial, e 4- ENIs como referenciais argumentativos. Vejamos, então, como isso se deu.

4. AS ENIS EM CENA: ATUAÇÕES ENUNCIATIVAS

4.1 FNs com ENIs diversificadas

Se, tradicionalmente, o objetivo do aposto é modificar uma FN para agregar significado ou apenas reiterá-lo, em Ladeira (2010, p.68,76 -77) mostramos que existem enunciados em que outras categorias gramaticais – como os pronomes e algumas expressões agregadas aos nomes – deixam as sentenças + indeterminadas e outras - indeterminadas. Para nós, existem categorias de indeterminação de acordo com os modos de enunciação dessas sentenças. Para isso apresentamos um quadro, quando fizemos essa análise em relação à ocupação do lugar sintático do sujeito, que elucida essa diferenciação.

Discutimos a diferença entre “específico” e “definido”, pois nossa percepção indica que um termo ou conceito não pode ser tomado pelo outro, quando se trata de analisar as FNs em sentenças no PB. Nós afirmamos que podemos ter especificidade sem ter definitude na FN. Ao dizer *O cachorro que amanheceu triste passou por aqui* fica claro que se está especificando o cachorro, mas não há um encapsulamento da expressão a ponto de provocar uma definitude configurada em nome, tal qual se encontra em *O menino que nasceu morto será enterrado hoje*. A expressão tem uma definitude tal, que há um fechamento, uma condensação em um substantivo capaz de designar toda a expressão: *natimorto*. A definitude está relacionada com essa capacidade de encapsular, de condensar o termo de referência; há um envolvimento com o substantivo, uma marcação de sentido no próprio termo quando se constitui a FN. Entretanto, há FNs, e como exemplos temos pronomes indefinidos “alguém”, “ninguém”, “nenhum”, “todos”, “tudo”, que marcam uma especificidade, mas não uma definitude; não nomeiam coisa alguma. Logo, podemos estabelecer uma relação entre definitude e substantivo (encapsulamento) e especificação e pronomes, que poderia ser assim representada

$$\frac{\text{definitude}}{\text{substantivo}} = \frac{\text{especificação}}{\text{pronomes}}$$

Sabemos que a ancoragem pode ser feita também na memória dos dizeres, no virtual da língua. Vejamos:

(29) Drummond escreveu lindos poemas.

(30) O índice de aprovação do governo Dilma está caindo.

(31) PSDB pensa em lançar Aécio novamente para candidato à Presidência.

(32) Lula é um dos palestrantes mais caros do país.

Nas sentenças acima, encontramos diferenças significativas em relação à especificação e definitude das FNs, mas temos como recuperá-los na memória, amparados no referencial histórico desses dizeres e dessas FNs. Em um acontecimento enunciativo, quando esses enunciados são proferidos, a atualização de seus dizeres guarda semelhanças com a memória de outros dizeres, por isso não é possível pensar em Drummond, Dilma, Aécio, Lula que não, respectivamente, o de Andrade, a ex-presidente do Brasil, o Neves, o Luiz Inácio Lula da Silva. Diferentemente do que observamos em

(23) Márcio se candidatará novamente.

(25) Bruno cometeu um crime.

(26) Rosa foi um prodigioso autor de textos diversos.

em que não conseguimos, de imediato, localizar a constituição de seus referentes. Será preciso formular um referencial para que o enunciado tenha o seu sentido construído. É preciso especificar com outros elementos – talvez um adjunto adnominal, um aposto – ou então citar o nome completo para efetuarmos a significação e a identificação das FNs, sob pena de não consegui-lo ou de cometer equívocos como em (26' e 26'').

(24) Márcio Lacerda se candidatará novamente.

(4) O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime.

(26') Guimarães Rosa foi um prodigioso autor de textos diversos.

(26'') Noel Rosa foi um prodigioso autor de textos diversos.

Seguindo essa linha de pensamento, podemos falar de indeterminação, definição/especificação em relação à composição das FN devido à presença ou ausência de termos que a acompanham, ou seja, das ENIs. O que vemos em

(33) Ana Luiza, a Mônica, *amiga da Marília*, está aqui na porta te esperando.

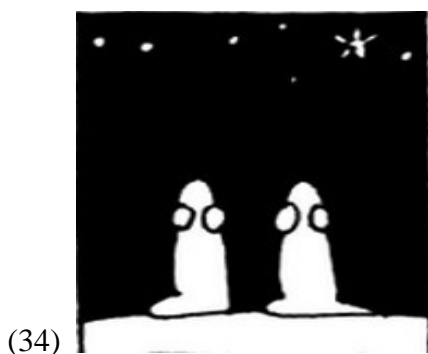
aparentemente, é um caso típico desse fato linguístico em que a ENI para o nome *Mônica* parece ser apenas uma forma de deixar o nome + determinado do que estaria sem esse termo. Mas, pela nossa perspectiva da Semântica da Enunciação, sabemos que não é só isso que está

envolvido no processo de apresentar referenciais para uma FN; portanto, há mais o que investigar, como já vimos acerca desse exemplo anteriormente. O acontecimento enunciativo, nesses casos, vai além de uma saturação da identificação da FN que está determinada e da especificação dela por meio de uma ENI. O termo destacado vai além de simplesmente explicar o nome ao qual se refere. Há um sentido que deve ser construído pelo interlocutor através desse elemento sintático. E isso só será captado, caso se reconheça o significado que essa ENI agregada ao nome traz consigo, em função da situação comunicativa em que se apresenta e, principalmente, em função do Referencial que se estabelece (o parecer subjetivo da mãe sobre a menina, p.e.) e que gera, inclusive, a pertinência desse dizer. De acordo com nosso entendimento, não é apenas um termo acessório que tem por objetivo explicar, qualificar, determinar, resumir, etc. o nome. Explicando melhor:

Se estivéssemos em uma situação comunicativa em que o Locutor dessa frase seja a mãe da Ana Luiza e que ela não gosta da Marília, pois ela é uma menina que influencia de modo inadequado a sua filha, bem como todas as amigas dela também assim o são, poderíamos inferir que a mãe, ao colocar a ENI no seu enunciado, chama à memória da filha, através do referencial histórico, todos os dizeres anteriores dela sobre a Marília e suas amigas, significando que não quer que a filha esteja em companhia delas, portanto deve logo dispensá-la. Por outro lado, se a mãe gostasse muito da Marília e, por conseguinte, das amigas dela, como a Mônica, e quisesse que sua filha Ana Luiza se relacionasse com elas, a ENI seria indicativo de que a filha deveria se apressar em receber a menina e estar com ela. É o referencial adotado no acontecimento enunciativo que direciona o significado, o sentido a ser dado ao enunciado. Dessa maneira, A FN anterior, de primeira ordem, – *a Mônica* – junta-se à ENI e forma uma nova configuração de FN e agora de segunda ordem – *a Mônica, amiga da Marília*³⁶. Aparentemente isso parece ser apenas uma questão de composição da FN, se menos ou mais especificada, a fim de determiná-la. Entretanto, se retornarmos aos dizeres de Ducrot (1977) que afirma que a nossa fala é motivada, que não falamos por simplesmente falar, que há uma concepção utilitarista do falar e que cada ato de fala tem motivos que o suscitam, percebemos a importância dessa ENI no enunciado e que, em função do referencial adotado, a construção do significado, não só da ENI, mas de toda a sentença sofre alteração, podendo assumir um caráter de aprovação ou reprovação da mãe em sua filha Ana Luiza receber a Mônica.

³⁶ Essas ordens das FNs já foram apresentadas no item 2.1.4, em consonância com Dias(2015-c).

A questão do Referencial é tão fundamental na construção dos sentido da sentença que, quando estamos produzindo enunciados, alguns problemas na comunicação podem surgir, isso é muito comum, quando usamos, p, e., FN de quarta ordem, os pronomes – ou até mesmo quando deixamos de usá-los. Observemos esse exemplo abaixo:



“Duas ‘cobras’ olhando o céu, numa noite estrelada:
 _ Como **nós** somos insignificantes!
 _ **Você e quem?**”

O referencial considerado para o pronome “nós” não é o mesmo para os interlocutores e faz com que uma FN de quarta ordem, empregada pelo Locutor (L) como um sujeito projeção³⁷ (cf. LADEIRA, 2010), designando a todos em geral, assuma, para o Alocutário (AL), um sentido de que ‘Nós’ é igual a Eu + Tu. E ele, AL, não se acha um insignificante, portanto se exclui do ‘Nós’, o que gera a pergunta *Você e quem?*, indo num sentido diferente do daquele dado por L. Nesse enunciado, o “equivoco” da compreensão da sentença, provoca um efeito de humor ao enunciado.

Uma das formas utilizadas por L para resolver ou evitar esse tipo de equivoco é utilizar em seus enunciados termos ou expressões que possam ajudar o AL a estabelecer esse Referencial e alcançar adequadamente o sentido da FN, como podemos perceber na tirinha a seguir:

³⁷ Sujeito projeção é aquele cuja identidade está projetada no nível simbólico da sentença. Pode ou não vir nela materializado e essa materialização será representada por diversos itens lexicais selecionados de acordo com a cena enunciativa e com a necessidade do falante de deixar a identidade do referente menos ou mais especificada. (LADEIRA, 2010, p.91)

(35)



A mulher, temerosa de que seu interlocutor não compreendesse o seu referencial de “meu marido”, já o deixa claro usando a expressão “dono do bar”. A ENI *dono do bar* que aparece na resposta dela, especificando a FN *meu marido*, torna-se pertinente, pois a fala do rapaz que se dirige à mulher, pelo memorável que temos desse dizer e da forma como ele foi dito, no ambiente em que foi dito, ou seja, o cenário em que o acontecimento se dá, configura-se como uma “cantada”, ou seja, ele demonstra interesse na mulher que, sendo já casada, não quer envolver-se com o forasteiro. Nos dizeres de Guimarães (2012), a articulação é o procedimento pelo qual se estabelecem relações semânticas em virtude do modo como os elementos linguísticos significam sua contiguidade. Dessa forma, a FN dada como resposta pela mulher “pergunte *ao meu marido, dono do bar*” significa um não à proposta que lhe havia sido feita. E há uma proposta sendo feita e negada. A significação implícita (Si), nos dizeres de Ducrot (1977), é alcançada exatamente em função do referencial histórico que temos de cenários dessa natureza e que envolvem personagens desacompanhados em um ambiente de bar. Outro memorável que é acionado é o de que homens costumam assediar mulheres desacompanhadas nesse ambiente em busca de companhia amorosa e, para isso, usam de falas tais qual a utilizada *O que uma mulher tão linda está fazendo num lugar desses?* Esse DSM, retomando Lacerda (2013), faz com que a mulher entenda não só a Significação literal (Sl), mas também a Si e responda de maneira imediata que ela era casada, usando a FN *meu marido*, mas também que dê a ele um indicativo de sua recusa e até uma ameaça que é concretizada pela aparência do *dono do bar* que aparece no segundo quadrinho. Mas esse efeito de sentido é alcançado pela construção de uma FN que agrega um nome e uma ENI. E essa ENI é que possibilita essa significação. Caso a resposta da mulher fosse apenas *Pergunte ao meu marido*, a conversa poderia ter continuidade e a ameaça, além da clara e rápida recusa à “cantada” não estariam assim tão evidentes. Foi a ENI agregada à FN que possibilitou essa construção do significado da resposta da mulher.

Isso parece corroborar a nossa ideia de que as ENIs exercem um papel maior que o de determinação e especificação de nomes em uma FN. Continuando nossas investigações, vejamos ainda como uma ENI pode ser utilizada de maneira a construir um significado diferenciado para um mesmo nome, em função do referencial adotado pelo(s) locutor(es).

(36)



A mesma FN *Calvin*, de acordo com a ENI que lhe é atribuída, vai se tornar outra FN cujo significado está íntima e diretamente ligado a essa ENI que lhe é agregada. Nessa situação comunicativa, o mesmo nome próprio que se refere a uma única pessoa vai receber ENIs diferentes de L diferentes. Cada um desses locutores irá se ancorar num referencial diferente para atribuir ao nome próprio um atributo pelo qual ele irá ser reconhecido pela evocação do DSM desse atributo.

Calvin é um menino de seis anos muito esperto e inteligente, porém um pouco desorientado, desorganizado, aventureiro, questionador e criativo. Ele tem um companheiro inseparável que é o Haroldo e que apenas Calvin não o vê como um simples urso de pelúcia. Calvin está sempre em diálogos e embate com seus pais. Nessa situação comunicativa é para a mãe que ele comunica sua nova constatação sobre si mesmo. A partir do seu próprio referencial, a partir de agora, ele quer ser nomeado de *Calvin, o corajoso*. No capítulo 2, item 2.1.3 fizemos algumas considerações acerca do nome próprio, inclusive a quem cabe legalmente o direito de atribuir o nome próprio a alguém e as bases nas quais isso pode e deve ser feito. Vimos também, de acordo com Guimarães (2002), que esse nome próprio pode ser alterado em função das enunciações das quais ele participa no jogo social e histórico a que esse nome é submetido.

Sendo assim, Calvin toma para si um referencial e atribui ao seu nome uma ENI que o designa, marcando um atributo que ele quer ver realçado, o de sua coragem. E isso tem para ele um caráter permanente, pois ele afirma que *Este é o meu novo nome para o resto da minha vida*. A latência de futuro desse enunciado está projetada pelo seu dizer firme de que assim seja

enunciado o seu nome, construindo para ele esse referencial diferente do que se tinha até então. Se formos tomar os dizeres de Carel (2005) em que ela trata da argumentação na língua e distingue a argumentação normativa da transgressiva, veremos que Calvin está construindo uma argumentação normativa, pois ele se considera digno desse atributo; logo, a partir de agora, ele não quer ser (re)conhecido como somente aquele que foi nomeado socialmente até então pelo seu nome próprio, mas a partir daquilo que ele já conquistou para si; assim, ele conclui que *donc (portanto)* ele merece agora também outra denominação, dada pela ENI *o corajoso*, passando, dessa forma, a constituir uma única FN que representará o Calvin enquanto-pessoa-no-mundo: *Calvin, o corajoso*. Sua mãe reage a essa atitude de maneira não assertiva, marcada pela interrogação a qual Calvin responde confirmando: *Certo*. Mas, nesse momento, instaura-se aí o que Carel (2005) trata como argumentação transgressiva, em que um primeiro segmento *A De agora em diante eu quero ser chamado de Calvin, o corajoso* contraria o segmento *B E como fica “Calvin, o desordenado”*? Essa pergunta da mãe traz subentendida um *mas*, tornando o enunciado transgressivo: *De agora em diante eu quero ser chamado de Calvin, o corajoso MAS E como fica “Calvin, o desordenado”*? Notemos que toda a argumentação, tanto do Calvin como da mãe, foi construída na própria língua através de encadeamentos entre as FNs e as ENIs no momento da constituição da sentença. E o que causa essa transgressão por parte da mãe é exatamente o referencial que ela tem de Calvin, tornando pertinente o seu dizer no acontecimento enunciativo instaurado. E esse referencial é conhecido e reconhecido por Calvin, inclusive que ele é, no mínimo, diferenciado do seu próprio. Isto está marcado na sua fala assertiva em *Também*. Essa FN, pelo seu DSM, significa concordância com as considerações apresentadas, sem, entretanto, abandonar as suas próprias considerações anteriores. Com essa atitude, o acontecimento enunciativo se configura em sua totalidade, ou seja, um dizer anterior é atualizado por sua enunciação e deixa latente novos dizeres futuros, (princípio da posterioridade), tais como: *Calvin, o desordenado e corajoso, está em nova aventura*.

Há também, na terceira fala de Calvin, uma ENI que igualmente chama a nossa atenção: *Certo. Este é o meu novo nome para o resto de minha vida*. Note que ele não diz “outro”, mas “novo”. Dessa forma, é lícito construir o sentido dessa ENI agregada à FN *nome* como a instrução de Calvin de que isso é novidade, é início de um processo existente há pouco tempo, portanto deve ser tomado a partir de então como o referencial para ele, mesmo que pelas relações de contiguidade no texto, nos dizeres de Guimarães (2012), haja ainda o referencial de sua mãe. E a saída que Calvin adota para “fugir” dessa aparente contradição é se assumir como um locutor-*x*, ocupando um lugar do dizer, distanciando-se dos referenciais outros que não aquele pelo qual

ele quer ser enunciado. Dessa forma, afirma: *Também. Calvin, o corajoso começará a referir-se a si mesmo na terceira pessoa.*

Nesse ponto, vemos instaurada a Polifonia nos dizeres de Ducrot (1987) e de Carel (2010) no texto Polifonia e Argumentação, em que, analisando as “maneiras de dizer de locutor” (p.23), diz que elas são “descritas por meio de dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa.” (p.23). Essa forma atributiva de tratar o conteúdo, relativiza-o, como em *Segundo o médico, Pedro está bem*. Isso vale para o ponto vista, não para a Pessoa. Essa se presta a fazer comunicados como sendo a “voz do MUNDO”, nos dizeres de Carel (2010, p.24). Calvin, enquanto um Lp, nos dizeres de Guimarães (2012), até pode concordar e aceitar o referencial da mãe, mas, ao mesmo tempo, dele se distancia, assumindo uma outra voz do mundo que afirma que *Segundo Calvin, Calvin é corajoso*. Isso se confirma por sua fala: *começará a referir-se a si mesmo na terceira pessoa*. Vemos aí dois enunciadores (E) sendo postos em cena: E1 que é representado por Lp e que assume, concordando com o referencial da mãe, o *Calvin, o desordenado*; e o E2, representado por L, ancorado num locutor-x desejoso de se projetar como alguém *novo*, por isso se distanciando desse Lp, *começará a referir-se a si mesmo na terceira pessoa*, e que acredita ser digno do referencial estabelecido por ele mesmo, o *corajoso*.

Aqui percebemos a relação entre os conceitos da perspectiva polifônica de locução trazida por Guimarães(2012) e o conceito de referencial trazido por Dias (2015-c). O Lp e o locutor-x se constituem em função dos referenciais adotados na produção do enunciado e, conseqüentemente, na construção do sentido dele; já que, nos dizeres de Dias(2018), o “referencial histórico é o domínio de ancoragem da significação na língua, a partir do funcionamento das relações sociais.” Guimarães (2002) considera a enunciação como o “funcionamento da língua sem remeter isso a um locutor, a uma centralidade do sujeito.” (p.12). O autor afirma que, ao se dizer do real, este é exposto na sua materialidade histórica, ou seja, “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico.” (p.11). Para nós, a ENI *o corajoso* é o lugar desse confronto da materialidade histórica do real. Calvin utiliza a ENI para se distinguir e romper com o real, já que está intrinsecamente afetado pelo simbólico, o que torna enunciativamente pertinente o seu dizer. Por isso, dessa forma, atestamos a pertinência desses dizeres, analisando suas contiguidades com vistas às argumentações que foram constituídas no texto com base na própria língua, a fim de comprovar como os referenciais

fornecidos pelas ENIs nas sentenças são capazes de orientar a construção do sentido dos enunciados.

É pensando nessas articulações e argumentações construídas na própria língua que iremos analisar o enunciado seguinte. Para isso, retomemos Carel (2002) que, estudando argumentação na língua, relaciona sentenças com os articuladores *donc* e *pourtant*, já visto anteriormente neste trabalho. Nós não estaremos atrelados aos articuladores, mas acreditamos que o que a autora define como encadeamento argumentativo também acontece numa única frase, através de outros termos que não os articuladores, tal qual em

(37) A Lua, satélite natural da Terra, está mais brilhante hoje.

Lua e satélite natural da Terra são interdependentes na sentença e ambas, nos dizeres de Carel, no fim das contas, exprimem uma única coisa. Assim, a reescritura da sentença (37) em

(37') A Lua está mais brilhante hoje.

(37'') O satélite natural da Terra está mais brilhante hoje.

comprova o que Carel trata como argumentação interna aos enunciados, neste caso uma argumentação normativa: *A Lua donc (portanto) o satélite natural da Terra*. Essa mesma análise permanece, caso o enunciado fosse

(38) A lua, cúmplice dos amantes, está mais brilhante hoje.

A relação *donc* é estabelecida em vista de um E coletivo, recorrente em músicas, poemas, declarações de amor, que entende a lua como apresentada na ENI em (38) tão real e verdadeira como a ENI em (37). No caso desses dois exemplos acima, há um fator linguístico que funciona como orientador argumentativo na construção do sentido do objeto a que nos referimos: a ortografia. Quando se se refere ao objeto satélite, grafa-se com letra maiúscula; e, quando o objeto não é tratado como satélite, grafa-se com letra minúscula. Entretanto, é na ENI que se instaura efetivamente a distinção do significado dos termos *Lua* e *lua*. O referencial estabelecido é capaz de orientar o AL para a construção do sentido do termo: se ele será visto de forma objetiva, científica, como em (37), ou se o será de forma romantizada, literária ou de senso comum, como em (38). Mas isso não invalida a afirmativa de Carel (2002) acerca de ambos, embora sendo estruturas independentes, reescrevem uma à outra. A diferença está exatamente no referencial que é tomado para essa reescritura e ele é trazido pela ENI que, ao

fazer isso, direciona argumentativamente para a construção do sentido da sentença. Caso fossem suprimidas as ENIs, obteríamos, tanto de (37) como de (38), a mesma sentença.

(37') A Lua está mais brilhante hoje.

(38') A lua está mais brilhante hoje.

O resultado da supressão da ENI comprova o papel que ela tem como recorte referencial. Se considerarmos a questão ortográfica, ela não é relevante e suficiente para direcionar a compreensão do sentido da sentença, para dizer se está se referindo ao satélite da Terra, ou ao símbolo associado aos casais apaixonados. Carel (2010, p.35) afirma que, quando concebemos os conteúdos como argumentativos e não como unidades de discurso que comunicam “unidades fechadas sobre si mesmos”, se referindo à polifonia, eles, os conteúdos, não provocariam a ideia de “esfacelamento do sentido, um pequeno pedaço para cada enunciador” mas sim, o enunciado seria percebido como um todo. E essa totalidade, essa possibilidade de percepção é oferecida pela ENI. Isso, para nós, corrobora a tese que trazemos de que são as ENIs semanticamente essenciais e relevantes na construção do sentido das sentenças nas quais elas ocorrem, mesmo que tidas como acessórios sintaticamente, sob pena de não se construí-lo adequadamente e até mesmo de não construí-lo, ferindo um princípio básico da comunicação. A ENI é o encadeamento argumentativo, mesmo não sendo construído à base de articuladores, que conduz à conclusão e à compreensão do enunciado, garantido pelo referencial a partir do qual esse enunciado é constituído e tornando pertinente o seu dizer no acontecimento enunciativo do qual esse enunciado faz parte.

4.2 As ENIs e suas convergências

Para continuar observando como as ENIs agregadas aos nomes atuam na construção do sentido dos enunciados, retomemos um exemplo de nosso *corpus* e já apresentado aqui neste trabalho:

(4) O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime.

Acreditamos que a relação existente entre os termos da sentença *O goleiro Bruno e ex-jogador do Flamengo* e a agregação entre eles é de natureza argumentativa e definidora de tomada de posição frente ao dito no ato da enunciação. Esse enunciado foi produzido na efervescência do fato (o assassinato de Elisa Samúdio por Bruno Fernandes das Dores de Sousa), sendo ampla e

exaustivamente explorado pelas diferentes mídias. Então, não seria mais necessário qualquer tipo de especificação, de determinação, de explicação ou de esclarecimento acerca de quem seria *Bruno*. Entretanto, essa forma de construção do enunciado era feita a todo momento, agregando-se ao nome ENIs, o que gerou, pela nossa perspectiva, um efeito argumentativo. Tanto foi, que, ao se dar conta disso, a diretoria do Flamengo precisou interferir judicialmente para que desatrelassem o nome de Bruno ao do clube carioca. Nos dizeres de Carel (2005) podemos afirmar que em *Bruno, ex-goleiro do Flamengo* há um encadeamento argumentativo já que não há progresso informativo, quando da produção desse enunciado. Sua pertinência não se justifica, a não ser que o referencial marcado nas ENIs fosse para conduzir argumentativamente para a construção de um sentido que seria percebido quando da compreensão da Si e não mais e somente da SI apresentada na sentença. Para demonstrar isso, buscamos, usando o procedimento metodológico por nós escolhido – o de rede enunciativa –, uma série de situações comunicativas divulgadas na mídia em que essas FNs aparecem e estabelecemos a análise delas.³⁸

(39)

28/06/2010 - 13:01

Goleiro do Flamengo é suspeito de homicídio

O goleiro Bruno, titular do Flamengo, está sendo tratado como suspeito de homicídio pelas polícias do Rio e de Minas Gerais. Desde a última quinta-feira, policiais dos dois estados estão mobilizados para tentar descobrir o paradeiro de Eliza Samudio, a jovem de 25 anos com quem o jogador teve um romance e com quem tem um filho, Bruninho, de quatro meses.³⁹

(40)

29/06/2010 – 13:09

Encontrado sangue em sítio e carro de Bruno

Agentes da polícia mineira rastreiam as ligações do celular de Eliza

A Polícia Civil de Minas Gerais encontrou sangue no carro e no sítio do goleiro Bruno, do Flamengo, suspeito no caso do desaparecimento da jovem Eliza Samudio, 25 anos, sua ex-amante, que tentava provar na Justiça que ele é pai de seu filho de quatro meses.

(...)

O goleiro negou as acusações em uma reunião com a presidente do Flamengo, Patrícia Amorim, e o vice-presidente jurídico do clube, Rafael De Piro. Contudo, as declarações não

³⁸ Os textos serão apresentados na íntegra para facilitar a compreensão da situação comunicativa em que as sentenças usadas para a análise se apresentam. Essas sentenças receberão o número do texto do qual elas foram retiradas mais um marcador numérico em função de haver mais de uma ocorrência de sentença com ENI a ser analisada num mesmo texto.

³⁹ <http://veja.abril.com.br/noticia/esporte/goleiro-do-flamengo-suspeito> acesso em 27/03/14.

impediram que o clube afastasse o jogador da intertemporada iniciada hoje em Itu. De Piro explicou que a decisão foi tomada junto com Bruno.⁴⁰

(41)

Ex-goleiro Bruno revela tentativa de suicídio na prisão e sonha com retorno aos gramados

Condenado pela morte de Eliza Samudio, jogador cumpre pena em presídio de Contagem (MG)

Gazeta Press - **Ex-goleiro Bruno** revela tentativa de suicídio na prisão e sonha com retorno aos gramados (FOTO: SAMUEL COSTA/ JORNAL HOJE EM DIA)

'Me deixem jogar'. É o que pede **Bruno, ex-goleiro do Flamengo**, que cumpre pena em presídio de Contagem (MG), **condenado pela morte de Eliza Samudio, mãe de seu filho Bruninho**. Em entrevista à revista Placar de abril, o **jogador** falou sobre a vontade de voltar aos gramados e revelou que tentou se matar na prisão:

"Tentei o suicídio. Amarrei o lençol na ventana, que é alta, coloquei no pescoço e saltei. Mas a corda arrebentou e eu caí no chão. Olhei para o lado e tinha uma bíblia, que um policial tinha me dado ainda no Rio de Janeiro. Foi Deus que não permitiu que eu me matasse".

Bruno falou também sobre a dura rotina na **cadeia, onde, segundo ele, paga um preço alto pela fama**: "Muita gente acha que, por ter sido **jogador de futebol**, eu tenho regalias aqui. E não é. Já costurei bola aqui dentro. Tem muito jogador que gosta de colocar a culpa na bola. Mas agora eu conheço cada ponto da bola. Sei quando o cara está dando migué. A bola aqui do presídio não é ruim, não".

Condenado a 22 anos de prisão em regime fechado, o goleiro assinou contrato com o Montes Claros, time que disputa o Módulo II do Campeonato Mineiro, e aguarda uma difícil liberação da justiça para voltar aos gramados.⁴¹

(42)

Após conseguir transferência, advogados de **Bruno** querem agora saída temporária

Condenado pela morte de Eliza Samudio vai cumprir pena em Francisco Sá, no Norte de Minas, perto do clube que **o** contratou

Cela individual de seis metros quadrados, onde não é permitido contato com outros detentos, sem sinal de telefonia móvel ou televisão. **O goleiro Bruno Fernandes de Souza** vai passar a cumprir a pena de 22 anos e três meses de prisão pela morte de Eliza Samudio na Penitenciária de Segurança Máxima de Francisco Sá, no Norte de Minas. A autorização da transferência foi publicada no jornal oficial Minas Gerais ontem, exatamente quatro anos após **o crime, que, segundo o processo, ocorreu em 10 de junho de 2010**,

Desde julho daquele ano, **o atleta** está recolhido na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, na Grande BH. De acordo com nota divulgada ontem pela Secretaria de Estado

⁴⁰ <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/encontrado-sangue-em-carro-do-goleiro-bruno> acesso em 27/03/14.

⁴¹ <https://br.esporteinterativo.yahoo.com/noticias/ex-goleiro-bruno-revela-tentativa-de-suic%C3%ADdio-na-pris%C3%A3o-e-sonha-com-retorno-aos-gramados-205809666.html> acesso em 30/03/2014 - 10:24h

de Defesa Social (Seds), **ele** deverá ser levado para a prisão no Norte de Minas dentro dos próximos 20 dias, mas a data da mudança é mantida em sigilo, por questão de segurança.

A transferência para o Norte de Minas faz parte da estratégia da defesa **de Bruno** para tentar o retorno **dele** aos gramados. Em 28 de fevereiro, mesmo dentro da prisão em regime fechado, **ele** assinou um contrato com o Montes Claros Futebol Clube, equipe que disputou o Campeonato Mineiro da Segunda Divisão 2014, encerrado em abril. No início do ano, a noiva **de Bruno**, a dentista Ingrid Calheiros, que mora no Rio de Janeiro, alugou um apartamento em Montes Claros.

A princípio, os advogados **do ex-goleiro** pleitearam a ida **dele** para o Presídio Regional de Montes Claros, mas não tiveram êxito, uma vez que o juiz da Vara de Execuções Penais da cidade, Francisco Lacerda de Figueiredo, alegou superlotação na unidade. A nova tática da defesa foi solicitar o deslocamento para a Penitenciária de Segurança de Francisco Sá, também no Norte.

Ontem à tarde, Tiago Lenoir, um dos advogados **de Bruno**, anunciou que o próximo passo da defesa será a solicitação à Justiça da saída temporária do **detento** para trabalhar durante o dia. (...)⁴²

Se observarmos as datas de publicação das notícias e se nos lembrarmos que o crime foi, segundo apuração da justiça, cometido em 10/06/2010, podemos começar a pensar na relação estabelecida pelas ENIs que acompanham o nome *Bruno* em cada uma das situações em que essas FNs aparecem para a construção do sentido dos enunciados. A notícia em (39) foi publicada em 28/06/2010; a (40), em 29/06/2010, na efervescência do caso; a (41), em 28/03/2014 e a (42) em 11/06/2014, cerca de quatro anos após o caso.

Sobre isso, para facilitar a nossa análise e organizar a nossa linha de raciocínio, faremos, a seguir, um quadro comparativo das vezes em que o nome Bruno foi citado e como essa citação foi feita nos textos apresentados acima. Assim, temos:

⁴²https://www.em.com.br/app/noticia/especiais/casobruno/2014/06/11/internas_caso_bruno,538170/apos-conseguir-transferencia-advogados-de-bruno-querem-agora-saida-temporaria.shtml

Quadro 1: Comparativo das FNs que se referem ao nome Bruno

2010	2014
Goleiro do Flamengo...	Ex-goleiro Bruno revela tentativa de suicídio.
O goleiro Bruno, titular do Flamengo, ...	Condenado pela morte de Eliza Samudio, jogador cumpre pena...
...em sítio e carro de Bruno...	...pede Bruno, ex-goleiro do Flamengo, que cumpre pena em presídio de Contagem (MG), condenado pela morte de Eliza Samudio, mãe de seu filho Bruninho.
...no sítio do goleiro Bruno, do Flamengo, suspeito no caso do desaparecimento da jovem Eliza Samudio...	...o jogador falou sobre a vontade de voltar aos gramados.
O goleiro negou as acusações...	Condenado a 22 anos de prisão em regime fechado, o goleiro assinou contrato...
...as declarações não impediram que o clube afastasse o jogador...	Advogados de Bruno querem agora saída temporária...
...a decisão foi tomada junto com Bruno.	Condenado pela morte de Eliza Samudio vai cumprir pena em Francisco Sá...
	O goleiro Bruno Fernandes de Souza vai passar a cumprir a pena de 22 anos e três meses...
	...o atleta está recolhido na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem, ...
	...faz parte da estratégia da defesa de Bruno para tentar o retorno dele aos gramados...
	...os advogados do ex-goleiro pleitearam a ida dele para o Presídio Regional de Montes Claros.
	...um dos advogados de Bruno, anunciou...
	...próximo passo da defesa será a solicitação à Justiça da saída temporária do detento para trabalhar durante o dia.

Fonte: Elaborado pela autora

O que se pode concluir até aqui é que as citações com o nome *Bruno* se prestaram, pelo menos aparentemente, a identificar e explicar para o Interlocutor quem seria a pessoa sobre quem o Locutor está falando. Em 2010, o caso acontecera e estava sendo investigado e apurado com ampla e exaustiva divulgação midiática. Em 2014, já havia acontecido o julgamento e a condenação em 2013, também muito divulgados por todas as mídias. Sendo assim, o evento ficou amplamente conhecido como *o caso Bruno*. Dessa forma, essa FN já nomeava um acontecimento que, ao ser atualizado, não deveria necessitar de nenhuma outra forma mais de especificação. Isso se dá com muitas formações nominais que ganharam visibilidade e ampla divulgação midiática a ponto de não ser mais necessário informar qualquer outra coisa além delas mesmas. Como exemplo temos *Rainha dos Baixinhos*, *o rei do futebol*, *o caso Kennedy*, *o caso Isabela Nardoni*. Então, as FNs tornaram-se autônomas para designar a entidade à qual se referem. Mas, por que isso não ocorre com *Bruno*? A todo tempo são apresentadas ENIs que se ligam ao nome. É claro que não podemos perder de vista a questão coesiva e a substituição da FN por hipônimos ou hiperônimos, além de sinônimos e outros expedientes, a fim de evitar a repetição, mas há também, de nossa parte, uma crença de que muitas dessas ENIs estão também a serviço da criação de um referencial para se construir o significado para o nome *Bruno*. E esse referencial será decisivo na imagem criada pelo Interlocutor, através do referenciais adotados pelo(s) Locutor(es). É isso que vamos tentar comprovar com a análise que fizemos de vários excertos do livro *Indefensável* e que apresentaremos e analisaremos a seguir.

Para melhor compreendermos que livro é esse, trazemos a conjuntura na qual ele se encontra. Ele foi escrito por três jornalistas que participaram da cobertura do caso à época, e traz, na primeira orelha, a sua autodefinição:

Livro destinado a se tornar um marco da grande reportagem brasileira, este *Indefensável* diseca a macabra trama – planejada e calculada, com rara frieza, pelo então maior goleiro do Brasil, Bruno, do Flamengo – que resultou na morte brutal de Eliza Samudio, em junho de 2010.

Num ritmo frenético, verdadeiramente cinematográfico, nada escapa a este thriller policial de rigorosa apuração e meticulosa costura: desde a concepção da armadilha que capturaria a modelo, a execução do sequestro, os dias de cativo e o desaparecimento da jovem até a investigação conturbada, a sobrevivência na cadeia, o teatro dos julgamentos e a condenação dos criminosos. Sequência de ações que – entremeada de capítulos que mergulham, com fina percepção psicológica, no submundo do futebol e nos perfis dos principais envolvidos – recria o cenário de desregramento, excesso, estupidez e onipotência que ensejou a plena manifestação da mentalidade doentia. (ORELHA da primeira capa)

Sabedores disso, fizemos, então, algumas reflexões sobre algumas FNs presentes nesse livro e

que podem corroborar nossa tese acerca das ENIs. Segundo o modelo de análise proposto por Dias (2018b), em que as redes enunciativas se mostram convergentes de forma indicativa ou de forma posicional, observaremos como as ENIs convergem para o nome *Bruno*. Recordando o que foi dito sobre as convergências no item 2.1.1, temos que a convergência indicativa ocorre quando temos sentenças agregadas ao nome – para nós, ENIs – que, de uma maneira específica, dizem dos seus referenciais históricos e sustentam a pertinência dos dizeres dessas sentenças. Para tal, fizemos um levantamento de algumas ocorrências de sentenças no livro *Indefensável*, a fim de que pudéssemos identificar FNs com ENIs e, assim, observar qual o papel dessas ENIs no enunciado. É sempre bom lembrar que uma análise semântico-enunciativa não se atém a questões de fator quantitativo das ocorrências a serem analisadas. Para nosso tipo de análise, a regularidade e a produtividade das construções na Língua é que nos interessam por excelência, além da cena enunciativa e do cenário comunicativo em que essas construções aparecem, tendo em vista o referencial histórico e a pertinência do dizer desse enunciado.

A situação comunicativa que se configura agora para nossa análise é a de um livro que se diz “um thriller policial de rigorosa apuração e meticulosa costura” (ORELHA da capa principal) sobre o caso do assassinato da modelo Elisa Samudio e cujo mandante seria Bruno Fernandes das Dores de Souza, à época, um jogador bem sucedido do Clube de Regatas do Flamengo na posição de goleiro do time. O caso ganhou grande repercussão na mídia nacional e internacional não só pelo protagonista ser um homem público, mas também pela rede de mistério, de intrigas que cercavam o caso, bem como pela crueldade como o crime havia sido cometido. O livro tem 265 páginas. Pela extensão e objetivo desse trabalho seria impossível listar todas as ocorrências que se adequam ao nosso estudo; portanto, fizemos uma seleção que consideramos razoável de exemplos que fossem capazes de comprovar nossa tese sem que tornasse a seção enfadonha e com exemplos repetitivos. Num primeiro momento, fizemos a seleção nos dois primeiros capítulos (1. O sequestro e 2. O craque), páginas 7 a 78, pois é exatamente neles que ocorre a apresentação dos fatos e dos envolvidos nele. A produtividade e regularidade de FNs com ENIs é profícua e propícia ao nosso estudo. Os exemplos abaixo, (43) e (44) também fazem parte desse recorte que estabelecemos.⁴³

O livro *Indefensável*, de onde foram retirados os exemplos de (43) e (44), além das sentenças que compõem o Quadro 3, foi publicado em 2014. Isso se torna importante, pois as FNs construídas precisam ser pensadas em relação ao momento da enunciação delas e da pertinência

⁴³ Os trechos destacados são marcações nossas para identificar as referências e retomadas ao nome *Bruno*.

dos dizeres que aparecem nas FNs e nas ENIs e perceber qual o valor enunciativo delas no acontecimento do qual elas participam.

(43)

1. O sequestro

O nome dele ecoava no estádio mais importante do país, naquela tarde chuvosa de 5 de junho de 2010. Um sábado. Coloridas de vermelho e preto, as arquibancadas do Maracanã recebiam o último jogo do Campeonato Brasileiro de 2010 antes da paralisação para a Copa do Mundo da África do Sul, o derradeiro também antes que o estádio fechasse em função das reformas para a Copa do Mundo de 2014. Entre os torcedores, destacavam-se as camisas azuis com o número 1 às costas. Uma justa homenagem ao homem que fechava o gol do Flamengo. O goleiro. O capitão. Um ídolo.

Mineiro de Ribeirão das Neves, cidade pobre e violenta da região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, Bruno Fernandes das Dores de Souza tinha então 26 anos. Como consequência de atuações espetaculares e das incríveis defesas ao longo da campanha que resultaria na conquista do hexacampeonato brasileiro, no ano anterior, recebia o reconhecimento e o carinho da maior torcida do Brasil; mas não era só: seu nome era dos mais cotados para defender as traves da seleção quatro anos mais tarde, na Copa que teria aquele mesmo Maracanã como palco da final.⁴⁴

(44)

Como goleiro, uma de suas marcas era a postura sempre soberana e autoconfiante – para muitos, de frieza excessiva. Pois foi justamente dentro de campo, numa de suas habituais demonstrações de soberba, que enterraria de vez as já remotas possibilidades de ir à Copa de 2010. O Flamengo enfrentava o modesto Avaí, em 16 de maio de 2009, no Maracanã, e o técnico Dunga, acompanhado do auxiliar Jorginho, assistia à partida na tribuna do estádio. Estavam ali para ver de perto Adriano e Bruno, os dois únicos rubro-negros com chances de integrar a lista dos 23 que iriam ao mundial, mas eis que o goleiro, o último jogador da linha defensiva, de repente tenta driblar o atacante Evandro, perde a bola e quase leva o gol. Aquilo, para Dunga, era indefensável.

“O fato de ter sido capitão do time do Flamengo campeão brasileiro tornou impossível controlá-lo” – conta o empresário Eduardo Uram, que o descobrira, ainda menino, nos campinhos de várzea do interior de Minas, mas com quem a relação profissional se deterioraria

⁴⁴ Trecho transcrito do livro *Indefensável*, p.7.

incontornavelmente depois da conquista do Brasileirão de 2009. Com efeito, o período pós-hexacampeonato, tempo em que os jogadores mandavam e desmandavam no clube, seria decisivo para que **aquele jovem suscetível às fraquezas do mundo extrapolasse os limites do profissionalismo e se lançasse ao progressivo desregramento.** **Os atletas** não só passaram a escalar o time em 2010, como, por exemplo, logo cortariam os treinos da manhã, para que pudessem estender as noitadas de farra livres de compromissos matinais. “Não deixei **ele** me sobrepujar e cada um foi para o seu lado” – explica Uram, que **o chamava até de filho.** **Os dois** romperiam no final de maio, uma semana antes do início do sequestro de Eliza.⁴⁵

Podemos perceber que o narrador, de 3ª pessoa, tenta situar o leitor em relação a quem era Bruno, o que ele fazia, de onde vinha e como se comportava por ocasião dos fatos que serão narrados ao longo da história apresentada no livro. Vemos que as FNs que têm como mote o nome Bruno, seja textualmente ou retomado por pronomes, hipônimos, sinônimos ou hiperônimos, muitas vezes, ele está acompanhado por ENIs e é nelas que residem a unidade de significação capaz de orientar o leitor para uma construção da imagem do elemento foco central da narrativa – Bruno. Em (43), temos

(43-1) *...homem que fechava o gol do Flamengo. O goleiro. O capitão. Um ídolo.*

e

(43-2) *Mineiro de Ribeirão das Neves, cidade pobre e violenta da região metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais, Bruno Fernandes das Dores de Souza tinha então 26 anos.*

No último trecho, chama a nossa atenção também a ENI que se agrega ao nome Ribeirão das Neves – *cidade pobre e violenta da região metropolitana de Belo Horizonte* – pois é ela que vai informar ao leitor a origem pobre e violenta de Bruno. Esse dado se faz muito importante para nossa análise, pois, na medida em que sabemos que é corrente em nossa sociedade associar a criminalidade à pobreza e ao meio violento em que as pessoas vivem, essa ENI se torna, no momento de sua enunciação, então, a nosso ver, um referencial que atua argumentativamente na orientação da construção da imagem de Bruno e, até talvez, em uma explicação para os atos cometidos por ele e que serão tratados no livro. Segundo Carel (2018, p.1), os nossos enunciados ao mesmo tempo representam o mundo e comunicam a atitude do locutor em relação a essa representação. A mesma autora (2010, p.23) afirma que o locutor tem três atitudes

⁴⁵ Trecho extraído do livro *Indefensável*, p.11

discursivas – defender, ilustrar e/ou comentar – para apresentar seu conteúdo. São atitudes discursivas que indicam o papel que o conteúdo terá no discurso. Dessa forma, isso parece corroborar o que estamos dizendo até então. Ducrot (1977) afirma que o Falante usa do que ele chamou de “manobras estilísticas”, que, segundo ele, é uma “espécie de astúcia do locutor” para obter no seu destinatário o efeito que deseja, através de enunciados capazes de provocar o interlocutor. Para nós, foram esses os expedientes utilizados pelo Locutor, quando constrói enunciados com FNs carregadas de ENIs, como marcamos em (42) e (43).

A fim de verificar como isso acontece no decorrer dos capítulos selecionados para a presente análise, apresentaremos as sentenças selecionadas por nós dentro desse primeiro recorte estabelecido no livro. Faremos isso por meio de um quadro no qual, na primeira coluna, temos o Locutor do enunciado. É preciso entender quem é esse Locutor, pois, nos dizeres de Guimarães (2017), “a cena enunciativa coloca em jogo, de um lado, lugares sociais do locutor, papéis enunciativos” (p.35) que vão atuar também na construção do sentido daquilo que está sendo enunciado. Dessa forma, temos locutores com os lugares sociais de ex-mulher, de presidente do Clube onde atuava, de amigos, e, principalmente, do narrador. Estamos chamando de Narrador aquele que assume a voz no texto para narrar a história. É um narrador de 3ª pessoa e, em vários momentos, assume uma postura de onisciência, característica de textos ficcionais, como em, p.e.:

Na tarde daquela sexta-feira, Bruno e Ingrid marcaram de se encontrar em um posto de gasolina. Ele chegou primeiro, na sua Range Rover verde, e aguardou pela amada, que se atrasaria uns dez minutinhos. *O coração do goleiro acelerou o quando a viu estacionar bem ao lado. Realmente gostava dela*, e repetiu isso algumas vezes, enquanto caminhavam longamente – cerca de 9 quilômetros, segundo ele – pelo calçamento da Reserva. (grifos nossos).(LEITÃO, 2014, p.16)

Ou em

Ela [Fernanda] quis saber que planos tinha para Eliza e o namorado [Bruno] explicou que daria dinheiro à modelo, para resolver logo a questão. *Aquilo lhe pareceu simples, e, de qualquer forma, estava animada demais para pensar em outra coisa que não os dias de descanso em Minas*. (grifos nossos).(LEITÃO, 2014, p.28)

E ainda em

Não fosse Marcelão, que o alertava sobre as obrigações com Dayanne e as crianças, o jogador sequer se lembraria da família. *Tinha então só duas coisas na cabeça: Ingrid, a paixão, e o Flamengo, ao qual realmente se dedicava, especialmente naquele final de 2009, diante da real chance de conquistar o hexacampeonato brasileiro*. (Leitão, 2014, p.65)

E este não é um texto que se diz ficcional: “Livro destinado a se tornar um marco da grande

reportagem brasileira” (ORELHA da primeira capa). Isso, também, de alguma forma, chamou nossa atenção, porque Carel (2018) aponta que

Nossos enunciados exprimem pontos de vista, fundamentalmente argumentativos, nos quais é impossível isolar um núcleo puramente descritivo. Não existe, no interior do sentido de nossos enunciados, uma linha de compartilhamento entre, de um lado, a representação do mundo, e, de outro lado, a enunciação do locutor.

Isso quer dizer que nada distingue mais os diversos elementos constitutivos do sentido de nossos enunciados? Um passo, para isso, deveria ser feito, porque, mesmo se, com a TBS, admite-se que representação e associação são inseparavelmente ligados no interior do conteúdo argumentativo, se reconhecerá que o locutor pode utilizar esse conteúdo argumentativo de diversos modos, pressupô-lo ou afirmá-lo, dá-lo como seu ou como constituindo o ponto de vista de outro. (CAREL, 2018, p.2)

Com base no que foi dito, voltemos a pensar nas FNs e nas ENIs utilizadas no decorrer do livro e que, como dissemos, apresentaremos algumas delas agora em um quadro. Seleccionamos algumas sentenças que dizem respeito à figura, à pessoa Bruno Fernandes das Dores de Souza. Queremos lembrar que, nos dizeres de Dias (2015-c), os itens lexicais interessam à teoria com a qual trabalhamos no momento em que se prestam a estabelecer relações e agregações capazes de produzir “uma unidade sentencial com vistas à predicação” (p.16) e, mais que isso, segundo a nossa perspectiva, constituir FNs que estejam prontas a significar em função das ENIs que se agregam ao nome celular dessa FN, com vistas à cena enunciativa de que participam e o referencial ali estabelecido.

Quadro 2: Sentenças com ENIs que envolvem o nome Bruno

Locutor	Sentenças	Pág.
Narrador	1. Uma justa homenagem ao homem que fechava o gol do Flamengo. O goleiro. O capitão. Um ídolo.	7
Narrador	2. Mineiro de Ribeirão das Neves, cidade pobre e violenta da região de Belo Horizonte, em Minas Gerais, Bruno Fernandes das Dores de Souza tinha então 26 anos.	7
Narrador	3. Bruno costumava ser dos mais animados durante esses trajetos. Gostava de batucar com Leo Moura, Ibson e a dupla de atacantes que compunha o badalado Império do Amor: Adriano e Vágner Love.	8
Narrador	4. Não fosse o temperamento explosivo dentro e fora do campo, Bruno possivelmente não estaria no Brasil no período em que começava a executar um plano macabro e monstruoso.	8
Narrador	5. Bruno reagiria. E de maneira intempestiva, mais uma vez.	10
Narrador	6. Queria deixar de lado a fama de <i>badboy</i> , e até avisou que pensara em frequentar a mesma igreja que o meia Carlos Alberto, do Vasco.	10
Narrador	7. Estava, porém, muito mais próximo daquele Bruno que ameaçara Caio Barbosa do que deste, regenerado, que se apresentou a Benchimol, e se tornava mais prepotente quanto mais se acercava do estrelato.	11
Narrador	8. Como goleiro, uma de suas marcas era a postura sempre soberana e autoconfiante – para muitos de frieza excessiva.	11
Eduardo Uram – empresário de Bruno.	9. O fato de ter sido capitão do time do Flamengo campeão brasileiro tornou impossível controlá-lo.	11

Narrador	10. O goleiro saltou do banco do carona, de bermudão e chinelo de dedo, que arrastava no chão. Já estavam todos prontos em campo, mas ele vinha caminhando lentamente.	12
Narrador e argumento de autoridade	11. Seu jeito bipolar – segundo a impressão de diversos funcionários do clube – fazia com que conversasse normalmente pela manhã, brincando com todo mundo, e à tarde passasse sem sequer olhar para as pessoas.	13
Narrador	12. O goleiro costumava pegar no pé dos colegas, era um menino grande, e implicava sempre que via alguém pelado.	13
Narrador	13. Fato é que pisou no gramado liderando o grupo com a altivez de sempre, em seguida aplaudindo os membros da torcida organizada Raça Rubro-Negra, num agradecimento à saudação melódica que criaram e com a qual o recebiam jogo após jogo: “Melhor goleiro do Brasil: Bruno.”	14
Narrador	14. Aquele rapaz – de infância humilde e história sofrida – sonhava alto. Em ótima forma, elogiado pelos adversários, para além dos planos de defender a seleção na Copa do Mundo do Brasil, em 2014, pretendia assinar em breve contrato com algum clube europeu...	14
Narrador	15. No momento do rapto, Bruno, o mandante, encontrava-se concentrado com o time, mas, do hotel, monitorava atentamente a solução que encontrara para aquele que considerava então o seu maior problema.	14
Narrador	16. Bruno era encrenqueiro, sempre rodeado de mulheres, já tinha duas filhas e ainda defendia o Flamengo, principal rival do tricolor de coração. [do pai da Ingrid, noiva de Bruno]	16
Narrador	17. Tal episódio é muito representativo do modo desregrado e irresponsável como Bruno conduzia tanto sua vida pessoal como profissional.	18
Narrador	18. Bruno tinha por hábito ser o último a deixar o vestiário depois dos jogos. Gostava de voltar do campo lentamente e de agradecer a Deus em silêncio. Por isso esperava os colegas tomarem banho primeiro, para poder ficar sossegado. Sem nenhuma superstição, essa era sua única mania.	26
Narrador e o próprio Bruno.	19. “Fiquei muito irritado porque não precisava de nada daquilo [a agressão física a Eliza] e dei uma surra no Jorge. Só parei porque Eliza pediu.” – diria o goleiro em seu julgamento.	26
Narrador	20. O bairro Liberdade guardava muitas histórias daquele menino pobre que, com talento, transformara-se em capitão do Flamengo.	29
Narrador	21. Bruno, descalço, chegava para jogar bola com a turma do Caíque – uma escolinha de futebol que reunia meninos de bairros vizinhos. Tinha dez anos. Era muito magrinho, com cabeça pequena e orelhas de abano, mas já se destacava pela altura: quase 1,80m. ainda estava indeciso sobre jogar na linha ou no gol, porque tinha dificuldade em pegar bolas rasteiras embora sempre fosse muito elogiado quando ocupava o espaço entre as traves...	35
Narrador	22. Era ainda difícil supor, portanto, que daquela brincadeira de moleques pudesse surgir, anos mais tarde, o “paredão rubro-negro” – referência para uma geração de futuros atletas.	35
Narrador	23. De bolsos vazios e muitas vezes furados, Bruno – que não tinha condições de pagar os 90 centavos da passagem de ônibus – contava com os amigos para ganhar um pedaço do lanche.	37
Narrador, reproduzindo Dayanne, ex-mulher de Bruno	24. “Bruno estava se escondendo de mim, envergonhado porque não tinha um centavo para o meu presente. Como é que ele me daria feliz aniversário sem presente?” – recorda-se Dayanne. “Foi aí que ele tirou do bolso de trás da bermuda um bombom Serenata de Amor. Bruno já me encheu de presentes caríssimos, mas aquele foi o melhor de todos.”	42
Narrador reproduzindo Edson Fera	25. “Tinha talento, era visível! Mas sempre foi muito esquentadinho” – lembra o primeiro treinador, Edson “Fera”.	43
Claudinho, presidente do Sta. Cruz	26. Fiz a proposta em um sábado, mas ele [Bruno] disse que estava pensando até em parar de jogar e voltar a trabalhar com o tio, porque a situação estava difícil na casa dele.	43
Narrador	27. Quando seu [do Lane, presidente do Tombense] ômega preto parou à porta de dona Estela, o menino – que volta e meia se metia em confusão – ficou assustado.	43
Lane	28. Bruno estava focado. Tinha uma personalidade forte, o que considera fundamental a um jogador que queira seguir carreira. Era empenhado, cumpria os horários de treinamento – e nunca discutiu ou brigou com ninguém...	45

Narrador	29. Os créditos do cartão telefônico que o goleiro carregava na carteira, junto com uma foto 3x4 da namorada, pouco duravam. E ele preferia gastar toda a ajuda de custo que recebia no interior com a avó.	
Narrador	30. Apaixonado e carinhoso, Bruno usava uma pequena parte da ajuda de custo para aquela surpresa [a Dayanne].	45
Narrador e Dayanne	31. Dayanne não tinha do que reclamar. Bruno era responsável e atencioso com a própria família. E ela era a única. Sentia-se uma princesa. “Era uma sensação muito boa. Não tinha safadeza e nenhuma outra na vida dele. Nós passamos muitas dificuldades e caminhamos juntos por um longo tempo. Mas ele dava valor a isso. Ainda era o meu Bruno Fernandes.”	45-46
Narrador	32. Bruno, promissor goleiro, caminhava para se profissionalizar, mas não sem esconder algumas fraquezas, ainda que incipientes.	46
Narrador	33. Segundo a ex-mulher, porém, Bruno sempre foi muito respeitoso e entendeu que ela precisava ter certeza do momento certo [para eles fazerem sexo].	47
Narrador	34. Com cinco meses de casada, Dayanne perdeu um filho, enquanto já descobria algumas gaiatices do marido.	48
Narrador	35. Bruno, imaturo, deixa-se influenciar pelos companheiros que chegam de carro à Cidade do Galo...	49
Narrador	36. Ao fim do treino volta para casa, sonhava com o dia em que não mais precisaria andar de ônibus cheio, embora, na prática, não raro lhe faltassem recursos até para pagar a passagem – no que era frequentemente socorrido por Dayanne, que lhe dava dinheiro destinado a seu próprio lanche.	49
Dayanne	37. “Uma coisa que não posso dizer é que Bruno não batalhou... Ele se esforçou muito.”	49
Narrador	38. A contragosto da esposa, então grávida novamente, Bruno gastaria as economias de um ano adquirindo o mimo. O automóvel, embora usado, era o modelo boleiro do momento: um Escort vermelho, com estofado preto.	50
Dayanne	39. “Todo mundo achava que ele estava de boa. Era jogador do Atlético... Recebia salário e estava de carro... ele jamais ia dizer que estava sem dinheiro. Era orgulhoso demais para isso.	50
Narrador	40. Bruno sempre se preocupou muito com a imagem. Tinha verdadeira adoração por carros e um cuidado excessivo com o cabelo, meio grande e cacheado. Como não gostava de ser contrariado, não dava ouvidos à mulher e optava sempre por alimentar os próprios caprichos...	51
Narrador	41. O empréstimo [para comprar um carro novo], claro, não foi honrado. Em 2005, por causa do calote, a financeira acionaria a Justiça, e a 32ª Vara Cível da capital determinaria a busca e a apreensão do automóvel.	52
Narrador	42. Bruno passara a frequentar festas e a chegar de madrugada em casa. Arrumara uma mulher na rua, depois outra e mais outra. O sucesso transformara o menino franzino, humilde e carinhoso em um homem bonito (aos olhos das concorrentes), endinheirado e arrogante.	53
Narrador	43. Mais tarde, já ídolo no Flamengo, deslumbrado com as possibilidades do Rio, aquele pendor farrista se refinaria – e ele tomaria gosto por eventos particulares: reuniões masculinas em clubes privê, festinhas com prostitutas e muita bebida na casa de amigos famosos...	53
Dayanne	44. “Se contar, ninguém acredita: ele me largou em casa e a levou [a nova amante] para o estádio. Ali, já era Bruno Souza e não mais o meu Bruno Fernandes” ...	53
Dayanne	45. “Ele simplesmente fingiu que não era mais casado. Não mandou mais dinheiro e tive que vender tudo. Fiquei só com o colchão e o berço do bebê. Acabei despejada, morando de favor na casa de um tia. Tive até depressão.”	54
Narrador	46. Mas, como num passe de mágica, Dayanne desencantara. Bruno era outro, um sujeito deslumbrado, mentiroso – e ela, de súbito percebera, não cabia mais na vida dele ...	64
Narrador	47. Para muitos, essa autoconfiança – somada ao comportamento extracampo e a vacilos como aqueles contra o Avaí, com Dunga e Jorginho na tribuna do Maracanã – tirara-o da Copa de 2010. Com efeito, havia momentos em que Bruno, com extrema frieza, parecia desligado da realidade, situado entre a arrogância e a displicência, vivendo num mundo particular, capaz de ignorar até mesmo a postura que se espera de um jogador quando derrotado diante da própria torcida, seja a do Flamengo ou a do Íbis.	70

Narrador	48. Aquela atitude improvável, para muitos irresponsável, não resultou apenas em vaias e xingamentos pesados durante a partida; provocou também um duro comentário do então presidente Delair Dumbrosck – crítica que Bruno receberia muito mal. Com beicinho de menino mimado, telefonou para o empresário e avisou: “Nunca mais jogo aqui.” Era mais um problema a contornar.	70
Narrador	49. Até aquele momento obscuro, registre-se, Bruno sempre fora dos mais empenhados em resolver os problemas dos jogadores. Em assuntos relacionados ao grupo, ajudou muito mais do que atrapalhou. Sua atuação fora de campo seria tão importante para a conquista do Brasileirão de 2009 quanto seu desempenho decisivo sob as traves. Não à toa, costumava ser chamado até para resolver questões particulares de colegas. Discutia os salários atrasados, tentava administrar o temperamento difícil de Adriano e tantas outras pendengas do dia a dia do elenco.	73
Narrador	50. “Vê se consegue pagar a meninada que ganha até R\$ 10, 12 mil. Faz isso que o resto do time eu seguro” – foi com este discurso que o capitão avisou a Marcos Braz do acordo firmado entre as principais lideranças do grupo. Gestos como esse fizeram com que os funcionários mais humildes do Flamengo tivessem verdadeira adoração pelo goleiro. “Ele gastava com os outros tudo o que ganhava” – contou um amigo.	73
Narrador	51. De presente a um segurança do clube, por exemplo, deu um relógio de R\$ 5 mil. Para outro funcionário, que enfrentava três horas no ônibus lotado até o centro de treinamento, comprou a tão sonhada moto. “Todo jogador tem uma cota de uniforme para distribuir. Ele ultrapassava essa cota todo mês porque, volta e meia, alguém contava uma história triste e o Bruno cedia. Tinha muito torcedor organizado vivendo às custas dele e do material que ele dava. Depois, era só vender esses presentes fora do clube.” – relata um dos roupeiros do departamento de futebol.	73- 74
Narrador	52. A generosidade financeira de Bruno – excessiva- era um dos elementos formadores daquele caráter perdulário. As dificuldades que enfrentara quando criança – em vez de erigirem um homem controlado, talvez até pão-duro – assombravam-no e impeliam-no ao consumo. É provável que gastasse com os amigos – com Macarrão, por exemplo, isto parecia evidente – para manifestar gratidão pela ajuda que lhe prestaram durante a infância difícil. Pagava tudo: passagens aéreas, farras em boates, roupas caras. Tudo. Eram dezenas sob sua aba, homens e mulheres – o que contemplava inclusive meros conhecidos.	74
Narrador	53. Justiça seja feita, tão logo melhorou de vida, Bruno tratou de tirar a dona Estela do “Morrão”, a favela no bairro Liberdade. Não queria mais ver a avó querida ali. Então, comprou-lhe uma boa casa no bairro Minaslândia, em Belo Horizonte, e construiu também, no enorme terreno, um teto para a mãe de Sérgio, com as filhas, e para o tio Victor. Ajudaria ainda dona Cota, mãe de Dayanne, que levaria para uma casa no bairro Braúnas, na região da Pampulha.	75
Narrador	54. Como nem só de sua generosidade – ou de seu caráter perdulário – dependia a mediação dos conflitos internos no Flamengo, nada seria mais emblemático do poder de Bruno junto aos companheiros do que a disputa de dois jogadores por uma mesma mulher. (...) Com mais um incêndio a apagar, o goleiro convidou os dois jogadores, cuja relação estava estremeçada, ao restaurante do Hotel Windsor.	76
Narrador	55. O bombeiro Bruno ganhava, mais uma vez, créditos com a direção do clube. Não era só um capitão. Era um líder.	76
Narrador	56. Não era só o capitão. E não era só o líder. Era o ídolo – jogador fundamental àquele triunfo, goleiro que, em outubro, quando o time, em plena arrancada, alcançaria a terceira posição no campeonato, pegara, num Maracanã lotado por 80 mil rubro-negros, dois pênaltis cobrados por Paulo Henrique Ganso, do Santos, garantindo uma vitória (por 1x0, gol de Adriano) de repetição impossível, num dia em que seus companheiros erraram quase tudo.	76- 77
Braz (vice-presidente do Flamengo)	57. “Ele era frio demais nos momentos decisivos. Então estava ali, todo mundo tenso, e ele tranquilo, ciente de que iria ganhar. A verdade é que o Bruno, mesmo com algemas nas duas mãos, é o melhor goleiro do Brasil”	77

Fonte: Elaborado pela autora

Retomando Dias (2018b), quando da explicitação dos tipos de convergências, e por nós já apresentado no item 2.1.1, vemos que a convergência indicativa é muito produtiva nos

exemplos e sentenças no recorte do nosso *corpus*. Essa convergência é de caráter integrativo e, pelo efeito de encaixamento de determinantes ao nome, delimitam, nos dizeres de Dias (2018b), “o número de elementos do conjunto” (p.6). Esses determinantes já foram por nós discutidos e apresentados, segundo a nossa perspectiva, como sendo ENIs que se agregam ao nome. Semanticamente, o valor das FNs constituídas por nomes com suas ENIs nada tem a ver com “referência às entidades do mundo extralinguístico”, mas, antes, relacionam-se com a “significação assentada na enunciação das formas linguísticas em articulação” (p.6). Para demonstrar isso, usando o procedimento metodológico de redes enunciativas e ancorados em referenciais distintos, construímos os quadros a seguir, para mostrar como a convergência indicativa, seja ela de forma direta ou indireta, atua na construção do sentido dos enunciados.

Quadro 3: Rede de convergência – Referencial 1

REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE
A- Bruno – Bom atleta	<p>1. ... ao homem <i>que fechava o gol</i> do Flamengo...</p> <p>13. ... <i>Melhor goleiro do Brasil</i>: Bruno.</p> <p>14. ... <i>em ótima forma</i>, elogiado pelos adversários, para além dos planos de <i>defender a seleção</i>...</p> <p>21. ... descalço, chegava para <i>jogar bola</i> com a turma... (...) indeciso sobre <i>jogar na linha ou no gol</i>...</p> <p>22. o “<i>paredão rubro-negro</i>” – <i>referência para uma geração de futuros atletas</i>.</p> <p>28. Era <i>empenhado</i>, cumpria os <i>horários de treinamento</i>...</p> <p>32. ... <i>promissor</i> goleiro, caminhava para se <i>profissionalizar</i>...</p> <p>37. Uma coisa que não posso dizer é que Bruno não <i>batalhou</i>... Ele <i>se esforçou</i> muito.</p> <p>49. ... seu <i>desempenho decisivo sob as traves</i>.</p> <p>55- ... <i>créditos com a direção do clube</i>. Não era só um <i>capitão</i>. Era um <i>líder</i>.</p> <p>56. ... jogador <i>fundamental àquele triunfo</i>, goleiro que, em outubro, quando o <i>time, em plena arrancada</i>, alcançaria a <i>terceira posição no campeonato</i>, <i>pegara</i>, num Maracanã lotado por 80 mil rubro-negros, <i>dois pênaltis</i> cobrados por Paulo Henrique Ganso, do Santos, <i>garantindo uma vitória</i>...</p>	Goleiro, gol, bola

Fonte: Elaborado pela autora

Segundo Dias (2018b, p.7), “as convergências indicativas na semântica da enunciação, no sentido de que participam de um modo específico de delinear fatores que sustentam referenciais históricos do nome”, estão, para nós, assentadas nas ENIs nas sentenças e que, quando enunciadas, ganham pertinência enunciativa na cena e no acontecimento que atualizam, à medida que se tornam responsáveis pela construção de sentido desse nome ao qual se ligam, ancorados nos referenciais estabelecidos pelo Locutor. Os termos destacados nas sentenças do Quadro 3, são ENIs que convergem para o referencial de forma a conduzir o Interlocutor, na

perspectiva de Ducrot (1977), a construir um sentido para o nome Bruno, tendo como suporte a sua atividade – goleiro –, como de um profissional que é extremamente competente e responsável e, por isso, amado pela torcida do time pelo qual jogava. Podemos dizer, segundo a perspectiva de Ducrot (2009), que temos aqui situações da argumentação a qual ele não considera, que é a argumentação retórica, ou seja, a “atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa” (p.20), mas que é trazida ao interlocutor através da argumentação na língua, ou seja, pelos expedientes de encadeamentos que ligam não apenas duas proposições sintáticas, mas que também pode ser vista em sequências de proposições, ou seja, numa FN que agrega um nome e uma ou mais ENIs. Ao construir os enunciados dessa forma, com esses encadeamentos, o Locutor pode trazer o Interlocutor para si e para suas ideias, dirigindo, orientando o seu raciocínio, através das ENIs, dando a ele dados necessários para a construção do sentido do enunciado. Vejamos, então, mais um Quadro com um outro referencial.

Quadro 4: Rede de convergência – Referencial 2

REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE
B- Bruno –pobre, de vida dura, que lutou com dificuldade	2. Mineiro de Ribeirão das Neves, <i>cidade pobre e violenta da região de Belo Horizonte, em Minas Gerais ...</i> 14. Aquele rapaz – <i>de infância humilde e história sofrida</i> – sonhava alto. 20. <i>O bairro Liberdade</i> guardava muitas histórias daquele menino <i>pobre...</i> 23. <i>De bolsos vazios e muitas vezes furados</i> , Bruno – <i>que não tinha condições de pagar os 90 centavos da passagem de ônibus</i> – contava com os amigos para <i>ganhar um pedaço do lanche</i> . 24. Bruno estava se escondendo de mim, <i>envergonhado porque não tinha um centavo para o meu presente...</i> 29. <i>Os créditos do cartão telefônico</i> que o goleiro carregava na carteira, junto com uma foto 3x4 da namorada, <i>pouco duravam...</i> 36. Ao fim do treino volta para casa, <i>sonhava com o dia em que não mais precisaria andar de ônibus cheio</i> , embora, na prática, <i>não raro lhe faltassem recursos até para pagar a passagem...</i>	Pobreza, violência, dificuldades

Fonte: Elaborado pela autora

Da mesma forma que no quadro anterior, as ENIs colaboram para que o sentido construído a respeito de Bruno esteja relacionado com a pobreza, a violência, as dificuldades e a necessidade de ajuda de outras pessoas. O DSM evocado pelas ENIs nos encaminham para o que Carel (2005) chamou de encadeamento argumentativo, em que as sequências conduzem a um *portanto* que seria suficiente para, de certa maneira, justificar os atos dos quais Bruno estava sendo acusado. Assim, podemos afirmar que as ENIs são fundamentais na construção do sentido desses enunciados. Sem elas, essa argumentação não seria possível. E ainda, se

ajuntarmos essas aos enunciados das sentenças presentes no Quadro 3, esse sentido construído parece se reforçar. Embora sendo um bom atleta, que lutou muito para construir e sustentar a carreira e cumprir com responsabilidade e garra seu papel, o seu passado de pobreza e violência o moldaram – se pensarmos na teoria do determinismo do meio. Dessa forma, esses esforços foram em vão, pois o menino pobre, nascido e criado numa região violenta, com família desestruturada (já que fora abandonado pela mãe e criado pela avó), fizeram dele um criminoso. Os enunciados estão carregados do que Ducrot (1977) tratou como Si e que são reconstituídas através das ENIs que acompanham as FNs relativas a Bruno. Adotando um outro Referencial, vejamos o que ocorre em termos enunciativos.

Quadro 5: Rede de convergência – Referencial 3

REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE
C- Bruno – alegre, bom amigo, conciliador	<p>3. ... mais <i>animados</i> durante esses trajetos. Gostava de batucar...</p> <p>6. ... deixar de lado a fama de <i>badboy</i> ...</p> <p>12. ...costumava pegar no pé dos colegas, <i>era um menino grande</i> ...</p> <p>18. ... agradecer a Deus em silêncio... para poder ficar <i>sossegado</i>...</p> <p>49. ... dos <i>mais empenhados</i> em resolver os problemas dos jogadores ... ajudou muito mais do que atrapalhou. Sua atuação fora de campo seria tão importante para a conquista do Brasileirão de 2009...</p> <p>50. Vê se consegue pagar a meninada <i>que ganha até R\$ 10, 12 mil</i>. Faz isso que o resto do time eu seguro... Gestos como esse fizeram com que os funcionários mais humildes do Flamengo tivessem verdadeira <i>adoração pelo goleiro</i>...</p> <p>51. volta e meia, alguém contava uma história triste e o Bruno cedia.</p> <p>52. ... manifestar gratidão <i>pela ajuda que lhe prestaram durante a infância difícil</i>...</p> <p>54. ... dependia a mediação dos conflitos internos no Flamengo Com mais um incêndio a apagar...</p> <p>55. O <i>bombeiro Bruno</i> ganhava, mais uma vez, créditos com a direção do clube.</p>	<p>Animação, brincadeiras silêncio, sossego, solidário</p>

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro acima, além das ENIs, outras estruturas sintáticas e FNs concorrem para a construção do sentido que convergem indicativamente para criar um Referencial de um Bruno alegre, conciliador, bom amigo, preocupado com as pessoas que estavam ao seu redor e que eram menos favorecidos – tal qual ele um dia foi. Esses sentidos construídos parecem não combinar com o perfil de um assassino ou, em uma das hipóteses, o mentor de um assassinato. É lícito afirmar que o narrador, na enunciação, selecionou enunciados que são encadeamentos implícitos, pois, segundo Carel (2018), eles “são o fruto de uma interpretação que repousa na rede argumentativa que a língua constitui” (p.18). Essa rede argumentativa, segundo a mesma autora, se concretiza pela enunciação e “os aspectos concretizados pela enunciação, são os mesmos que os aspectos concretizados pelos conteúdos” (p.21). Dessa forma, “ao modo dos

conteúdos comunicados, a enunciação pode ser textualmente construída graças ao entrelaçamento das palavras” (p.21). A convergência indicativa, tem como suporte as palavras *animação, brincadeiras, silêncio, sossego, solidário*. O entrelaçamento delas nas sentenças e com base no referencial estabelecido, conduzem, de forma argumentativa, o interlocutor a construir um significado para Bruno de um homem, de um ser humano incapaz de cometer atrocidades com seu semelhante. A pertinência enunciativa desses dizeres se ancora no fato de, na época da investigação do caso, haver muita comoção em torno do caso, já que um ídolo, capaz de dar tantas alegrias, não seria capaz de uma barbárie como a da qual estava sendo acusado. Esse jogo do *é/não é capaz* foi construído enunciativamente pela urdidura textual, por esse “entrelaçamento das palavras”, pela sintaxe com vistas a argumentar e a encaminhar para a construção de um sentido. E isso está marcado nas ENIs que foram selecionadas para a construção das sentenças, constituindo argumentos para estabelecer um sentido para esse enunciado. Continuando o nosso estudo, podemos ver também ainda um outro referencial para Bruno como o apresentado no Quadro abaixo.

Quadro 6: Rede de convergência – Referencial 4

REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE
D-Bruno carinhoso, sentimental, religioso	6.... pensara em <i>frequentar a mesma igreja...</i> 18. Gostava de voltar do campo <i>lentamente e de agradecer a Deus em silêncio</i> . Por isso esperava os colegas tomarem banho primeiro, para poder <i>ficar sossegado</i> . 24. ... <i>envergonhado</i> porque não tinha um centavo para o meu presente. <i>Como é que ele me daria feliz aniversário sem presente?</i> ... “Foi aí que ele tirou do bolso de trás da bermuda um bombom Serenata de Amor. 26. ...disse que estava <i>pensando até em parar de jogar e voltar a trabalhar com o tio, porque a situação estava difícil na casa dele</i> . 29. ... <i>carregava na carteira, junto com uma foto 3x4 da namorada...</i> preferia <i>gastar toda a ajuda de custo que recebia no interior com a avó</i> . 30. <i>Apaixonado e carinhoso</i> , Bruno usava uma pequena parte da ajuda de custo para aquela <i>surpresa...</i> 31. Dayanne não tinha do que reclamar. Bruno era <i>responsável e atencioso com a própria família</i> . E <i>ela era a única</i> . Sentia-se uma princesa. “...ele dava valor a isso. Ainda era o meu Bruno Fernandes.” 33. ... <i>sempre foi muito respeitoso e entendeu que ela precisava ter certeza do momento certo</i> [para eles fazerem sexo]. 52. <i>Eram dezenas sob sua aba</i> , homens e mulheres... 53. Bruno tratou de tirar a dona Estela do “Morrão”, a favela no bairro Liberdade. <i>Não queria mais ver a avó querida ali</i> . Então, comprou-lhe uma boa casa...	Igreja, envergonhado, apaixonado, carinhoso, atencioso, respeitoso

Fonte: Elaborado pela autora

A partir do referencial adotado pelo locutor, traduzido por FNs com ENIs e mesmo por outras estruturas sintáticas, o perfil que se delineia é de um Bruno preocupado com aqueles que estão ao seu redor, com a família, com a esposa e com os amigos. Segundo Perez (2012), a natureza

predicativa de um termo tem a capacidade de orientar o interlocutor. Sendo assim, todos os dados fornecidos, a seleção deles e a forma de organizá-los constituem argumentos linguísticos na condução do raciocínio do interlocutor para que se construa o sentido do enunciado apresentado. Sabe-se que Bruno negou, e continua negando até os dias de hoje, ter tido qualquer forma de participação no assassinato de Elisa Samúdio. A história sobre o caso e sobre o próprio Bruno está sendo contada, como já afirmamos anteriormente, por uma perspectiva jornalística e que, portanto, deveria estar com características de neutralidade e imparcialidade. Isso nos leva a afirmar que a pertinência de dizeres, adotando o referencial apresentado neles nesse quadro, sustenta-se no fato de já terem sido enunciados outros dizeres com referenciais opostos a esses tratados agora. Dessa forma, poder-se-ia pensar em uma tendência do Locutor, caso não fosse apresentado também esse viés de Bruno, para um ou outro sentido em relação ao nome Bruno, o que indicaria um enunciador com uma prévia condenação ou absolvição por parte tanto do Locutor e, por extensão, também de alguns possíveis interlocutores que com ele concordariam, em relação ao crime. Essa análise vai ao encontro do que Ducrot (2009) afirma: “a maior parte das expressões, sejam elas empregadas ou não com intenção persuasiva, comportam, no seu sentido, argumentações” (p.23).

Com o desejo de corroborar nossas análises, continuamos a observar as convergências indicativas, fornecidas pelos referenciais, muitos dos quais presentes nas ENIs. Vejamos mais uma amostra com sentenças relativas ao nome Bruno.

Quadro 7: Rede de convergência – Referencial 5

REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE
E- Bruno – intempestivo, inconstante, frio, inconsequente.	4. Não fosse <i>o temperamento explosivo</i> dentro e fora do campo... 5. Bruno <i>reagiria</i> . E de maneira <i>intempestiva</i> , mais uma vez. 9. ... <i>tornou impossível controlá-lo</i> . 11. Seu jeito <i>bipolar</i> ...fazia com que conversasse normalmente pela manhã, brincando com todo mundo, e à tarde passasse sem sequer olhar para as pessoas. 16. Bruno era <i>encrenqueiro</i> ... 19. “Fiquei muito <i>irritado</i> ... e <i>dei uma surra</i> no Jorge. Só parei porque Eliza pediu.” 25. ... Mas sempre foi muito <i>esquentadinho</i> 27. ... o menino – <i>que volta e meia se metia em confusão</i> – ficou assustado. 28. Bruno estava focado. Tinha uma <i>personalidade forte</i> ... 47. Para muitos, essa <i>autoconfiança</i> – somada ao comportamento extracampo e a <i>vacilos</i> Com efeito, havia momentos em que Bruno, com <i>extrema frieza</i> , parecia <i>desligado da realidade</i> , situado entre a <i>arrogância</i> e a <i>displicência</i> , vivendo num mundo particular, <i>capaz de ignorar</i> até mesmo a postura que se espera de um jogador quando derrotado diante da própria torcida ...	explosivo, intempestiva, bipolar, encrenqueiro, irritado, esquentadinho

	48. Aquela <i>atitude improvável</i> , para muitos <i>irresponsável ...</i> – crítica que Bruno receberia muito mal. Com beicinho de menino mimado, telefonou para o empresário e avisou: “Nunca mais jogo aqui.”	
--	---	--

Fonte: Elaborado pela autora

A convergência indicativa nesse quadro está a serviço da construção do sentido de Bruno, visto pelos referenciais de uma pessoa intempestiva, inconstante, fria e inconsequente. Se, até então, havia sido criada uma imagem, havia sido construído um sentido de Bruno bom atleta, desejoso de vencer na vida por seu talento e trabalho, dedicado, bom amigo, parceiro para todas as horas, rapaz de origem pobre e humilde, conciliador, carinhoso, amoroso, cuidadoso com a família, vemos, agora, um outro viés. O interlocutor é orientado a perceber uma dicotomia, uma modificação no conceito de Bruno. Essa orientação para a construção desse novo sentido se dá, pelo que vimos chamando e comentando até aqui, como expedientes argumentativos usados pelo Locutor, pois cremos, em consonância com Ducrot (2009) e Carel (2005), que qualquer unidade linguística comporta argumentação e não somente os argumentadores. Para Ducrot e Carel (2006), os sentidos se instalam quando são discursivizados. Quando se enuncia um objeto qualquer, mais do que isso há uma postura sobre esse objeto sendo também apresentada. Há um esquema argumentativo nos dizeres, nos enunciados. As estruturas sintáticas usadas para a obtenção desse efeito foram produzidas por diversos locutores-*x*, lembrando Guimarães (1987), o que, de certa forma, também, reforça o caráter de imparcialidade que se tenta impor ao texto em razão do gênero textual apresentado. O que se diz, não é dito pelo narrador somente, mas também por outros locutores que desempenham papéis sociais dos mais diversos em relação a Bruno. Podemos confirmar isso no Quadro 3. Os referenciais adotados por eles estão ligados a esse papel social que desempenham. Por isso, ganham pertinência enunciativa e são respaldados por suas historicidades.

O sentido de Bruno que se tem agora é o de um Bruno encenqueiro, de humor inconstante, que não sabia se controlar. A orientação argumentativa agora se deu numa outra direção. Vejamos a continuidade da exploração desse novo viés em outras sentenças no quadro a seguir, a partir de um referencial ainda mais distante dos primeiros apresentados.

Quadro 8: Rede de convergência – Referencial 6

REFERENCIAL	CONVERGÊNCIA INDICATIVA	SUPORTE
F-Bruno marrento, vaidoso, orgulhoso, influenciável, deslumbrado.	<p>7... <i>mais próximo daquele Bruno que ameaçara ... e se tornava mais prepotente quanto mais se acercava do estrelato.</i></p> <p>8. uma de suas marcas era a <i>postura sempre soberana e autoconfiante</i> – para muitos de <i>frieza excessiva.</i></p> <p>10.... estavam <i>todos prontos</i> em campo, mas ele <i>vinha caminhando lentamente.</i></p> <p>17. ... modo <i>desregrado e irresponsável</i> como Bruno conduzia tanto sua vida pessoal como profissional.</p> <p>34. ... descobria algumas <i>gaiatices do marido.</i></p> <p>35. ... <i>imaturo, deixa-se influenciar</i> pelos companheiros...</p> <p>38. ... Bruno <i>gastaria as economias de um ano adquirindo o mimo...</i></p> <p>39. ele jamais ia dizer que <i>estava sem dinheiro. Era orgulhoso demais</i> para isso.</p> <p>40.... sempre se <i>preocupou muito com a imagem ... cuidado excessivo com o cabelo... optava sempre por alimentar os próprios caprichos...</i></p> <p>41. <i>O empréstimo, claro, não foi honrado...</i></p> <p>42. O sucesso transformara o menino franzino, humilde e carinhoso em um <i>homem bonito</i> (aos olhos das concorrentes), <i>endinheirado e arrogante.</i></p> <p>43. <i>deslumbrado</i> com as possibilidades do Rio ... <i>aquele pendor farrista se refinaria ... na casa de amigos famosos...</i></p> <p>44. Ali, já era <i>Bruno Souza</i> e não mais o meu <i>Bruno Fernandes</i>”</p> <p>45. Ele simplesmente <i>fingiu que não era mais casado...</i></p> <p>46. Bruno era outro, um sujeito <i>deslumbrado, mentiroso...</i></p>	Prepotente, soberano, desregrado, vaidoso, orgulhoso, mimos, caprichos,

Fonte: Elaborado pela autora

Nesse quadro, não só as FNs com ENIs, mas também outras estruturas sintáticas, trazem dizeres que mostram um Bruno bastante diferente daquele jovem pobre que saiu de Ribeirão das Neves, talentoso e que desejava crescer e se estabelecer em função de seu trabalho. Ele já foi afetado psicológica, social e financeiramente pelo mundo no qual fora inserido. Não é mais o mesmo. Ora, já vimos que os objetos e seres ganham existência quando são discursivizados, enunciados. A existência de um Bruno e de outro Bruno nos foi apresentada através das enunciações sobre ele, que ganharam pertinência histórica em função das necessidades de se enunciar os diferentes Brunos, a fim de que o interlocutor construísse o sentido para esse Bruno na situação comunicativa na qual ele estava inserido e que norteou e motivou esses dizeres: ser um jogador talentoso, amado, de um famoso time brasileiro e que era agora acusado de um crime. A força na constituição do nome Bruno é dada pelas ENIs que o acompanham, construindo fortes argumentos que agregam sentidos, modificam, determinam o significado desse nome. Queremos chamar a atenção aqui para dois enunciados proferidos por Dayane, que é a esposa de Bruno e que também estava envolvida nas circunstâncias do crime.

(Quadro 2 - sentença 31) - Dayanne não tinha do que reclamar. Bruno era responsável e atencioso com a própria família. E ela era a única. Sentia-se uma princesa. “Era uma sensação muito boa. Não tinha safadeza e nenhuma outra na vida dele. Nós passamos muitas dificuldades e caminhamos juntos por um longo tempo. Mas ele dava valor a isso. *Ainda era o meu Bruno Fernandes.*”

e

(Quadro 2 - sentença 44) - “Se contar, ninguém acredita: ele me largou em casa e a levou [a nova amante] para o estádio. *Ali, já era Bruno Souza e não mais o meu Bruno Fernandes*” ...

Retomando Guimarães (2002 e 2012), em suas considerações acerca do nome próprio, o autor afirma que o nome próprio tem sentido e é constituído enunciativamente por relações de linguagem, por reescriturações. Para ele, a construção do nome se dá por relações linguísticas e não por relações diretas entre a palavra e o ser no mundo. Guimarães(2002) afirma que o funcionamento do nome é um processo que se dá por meio de subjetivação e de uso social. Acontece com o nome Bruno, sustentado nas falas de Dayane, uma alteração do nome recebido da família, a partir de um processo de sua vida social. O lugar de enunciação é outro. O lugar social renomeia o lugar da família. Assim, afirmamos que o trabalho de enunciação é capaz de nomear/renomear objetos e/ou seres. O Bruno Fernandes, dá lugar ao Bruno Souza. E onde está marcada essa renomeação? Na ENI que acompanha o nome Bruno. A memória evocada por Bruno Fernandes, atualizada no acontecimento enunciativo é a do rapaz responsável e atencioso com a própria família, que fazia a esposa se sentir única, uma princesa. Uma pessoa que não tinha safadeza e nenhuma outra na sua vida e com quem a esposa passara muitas dificuldades, mas que caminharam juntos por um longo tempo. Inclusive, ela afirma que ele dava valor a isso. Já o Bruno Souza era o outro. Aquele boêmio, que traía a esposa, que não se preocupava com a família, irresponsável, deslumbrado com a fama e com o dinheiro e, agora, acusado de assassinato. Percebemos aqui o quão fundamental é uma ENI numa FN cuja enunciação pelo acontecimento enunciativo de que participa é capaz de orientar e argumentar na construção de sentido dessa FN.

Para reforçar esse nosso pensamento, Observemos, agora, exemplos retirados do Cap. 9 do livro *Indefensável*, intitulado “O mandante”, em que referências a Bruno figuram em grande quantidade.

(45)

Na parede dos fundos da sala, o relógio marcava 11h47 quando, escoltado por três policiais militares, Bruno, cabisbaixo, entrou no plenário. Havia exatos 973 dias desde que cruzara – cumprindo a ordem de prisão, mas de cabeça em pé, nariz empinado e ar blasé – o portão do prédio da Divisão de Capturas da Polinter, no bairro do Andaraí, Zona Norte do Rio de Janeiro. Quase mil dias depois, chegara o momento mais decisivo na vida do ex-melhor goleiro do Brasil – e ele se apresentava seguindo à risca o manual de modéstia e humildade traçado por seus advogados. Ali não era mais o tipo marrento, certo da própria onipotência, “o cara”, “o pica”, que fora preso em 2010, mas sim, o menino pobre e acanhado de Ribeirão das Neves.⁴⁶

No excerto acima, percebemos, de acordo com os referenciais que estabelecemos nos quadros anteriormente vistos, uma mistura de vários Brunos. Temos o a) Bruno humilde, obediente, *cumprindo a ordem de prisão, cabisbaixo, entrou no plenário, ele se apresentava seguindo à risca o manual de modéstia e humildade*; b) o Bruno marrento, *de cabeça em pé, nariz empinado e ar blasé, o tipo marrento, certo da própria onipotência, “o cara”, “o pica”*; c) o Bruno bom atleta, *ex-melhor goleiro do Brasil*; e d) o Bruno pobre *o menino pobre e acanhado de Ribeirão das Neves*. Essa mistura serve bem, em termos enunciativos, pautados e ancorados em ENIs, para argumentar com o interlocutor e orientá-lo a construir o sentido de um Bruno multifacetado, de um Bruno dúbio, de personalidade, comportamentos e atitudes por vezes contraditórias. Sendo assim, a questão de ele ser mesmo ou não o mandante do assassinato é mantida em suspense e o interlocutor é convidado a construir um sentido para o nome Bruno a partir de referenciais distintos que lhe são apresentados, mas também, a partir do seu próprio, influenciado, inclusive e talvez, por esses que o narrador traz à tona em sua narrativa. Essa é uma condução, uma orientação argumentativa, no nosso modo de pensar, que está na língua, no encadeamento das palavras na sentença. E essa orientação argumentativa faz parte das regularidades na constituição do sentido dos enunciados.

(46)

Bruno, por outro lado, não esboçaria qualquer reação diante daquelas proféticas imagens, em que Eliza declarava que, se fosse morta, seu corpo seria jogado em qualquer buraco e jamais encontrado. Tampouco mostraria qualquer abalo ao ver a entrevista mentirosa – dada à beira do campo do Ninho do Urubu, dias depois de o desaparecimento vir à tona – em que se dizia triste pelo sumiço da modelo, ademais registrando que não tinha notícias dela havia dois, três

⁴⁶ Trecho livro *Indefensável*, p.216-217

meses.

O goleiro parecia entediado e disperso – e isso mesmo quando se queria mostrar triste e humilde. Olhava para os lados, baixava a cabeça por alguns instantes, e então se voltava novamente ao telão. Viu as cenas de sua prisão e ouviu a versão – dada em depoimento informal a policiais, durante o voo do Rio de Janeiro para Belo Horizonte, no dia seguinte – em que colocava, pela primeira vez, a culpa em Macarrão. Só não se aguentou quando surpreendido por imagens que jamais vira: as da reconstituição dos últimos momentos de Eliza no sítio, feita com a ajuda de seu primo Sérgio. (...) Bruno chorou copiosamente. (...)

Bruno, a essa altura, chorava ainda mais, de soluçar. Lúcio Adolfo não esperava por essa fragilidade de seu cliente, de modo que tentaria confortá-lo com tapinhas nas costas e algumas palavras ao pé do ouvido, em seguida buscando-lhe alguns pedaços de papel toalha, para que enxugasse o rosto, o que impediria o goleiro de ver o recado do Ministério Público ao final da exibição do vídeo; na verdade, um reforço sobre o que seria sua missão: proteger a sociedade e promover a democracia.⁴⁷

Nesse excerto, o Bruno multifacetado, mais uma vez é exposto, em função das ENIs agregadas ao nome Bruno e nos referenciais apresentados por elas. Há uma mistura do Bruno sensível, com o Bruno orgulhoso; do Bruno sentimental, com o Bruno frio. A agregação de ENIs de diversas naturezas ao nome Bruno constituiu num expediente eficaz para evocar memoráveis em relação a ele da forma mais compacta, mas, ao mesmo tempo, que passavam o maior número de informações possíveis aos interlocutores, a fim de que pudessem construir com maior justeza o sentido desse nome. Dias (2018) afirma que a convergência indicativa é um modo de agregar de uma maneira específica sentenças a um nome de forma a que os enunciados produzidos digam dos seus referenciais históricos e sustentem a pertinência de seus dizeres. E é isso que ocorre com os enunciados e sentenças apresentados aqui.

Embora os exemplos analisados por nós nos quadros relativos às convergências indicativas tenham sido agrupadas pelos referenciais que as norteavam, o aparecimento das FNs no texto como um todo não se deu dessa forma. Basta observar o Quadro 2, em que foram indicadas as páginas onde esses trechos apareciam. No decorrer de toda a narrativa, esse multifacetamento de Bruno era oferecido ao leitor. Acreditamos, inclusive, que faz parte também de uma estratégia discursiva do narrador, a fim de orientar a construção, de forma argumentativa, de

⁴⁷ Trecho livro *Indefensável*, p. 223-224

acordo com nosso entendimento, para que o interlocutor construa o sentido que mais lhe aprouver em relação ao nome Bruno, podendo, inclusive, agregar-lhe ao nome a ENI culpado ou inocente.

Com essas considerações feitas por nós nesse item de análise, acreditamos ter demonstrado o valor das ENIs nas FNs como orientadores e argumentadores linguísticos para a construção do sentido dessas FNs, bem como das sentenças e dos enunciados produzidos pelos locutores em situações comunicativas diversas. Fizemos isso, observando as convergências indicativas agregadas ao nome. Esse foi um modelo de análise que utilizamos na tentativa de comprovar nossa tese. Há outros modelos de análise semântica enunciativa, como veremos na seção seguinte.

4.3 FNs com ENIs: entrando nos eixos

Visando continuar nossas análises e testes, utilizaremos agora um modelo de análise semântica baseado nos eixos de proeminência e, para tal, retomemos dois exemplos já citados anteriormente e relembremos o que dissemos a respeito da constituição dos nomes próprios, para depois verificarmos como eles se apresentam em função dessa proeminência dos eixos enunciativos, de acordo com o proposto por Lacerda (2013).

(47) João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado.

(48) João, que é econômico, tem muito dinheiro guardado.

As ENIs, sublinhadas nas sentenças, constituem o Referencial a partir do qual o dizer, em cada uma delas, estabelece o sentido/significação do enunciado e se presta a um acontecimento enunciativo diferente, atualizando esse dizer de modo singular, de forma que “João”, embora seja o mesmo, seja percebido de maneira diferente, devido a esse Referencial adotado. Assim, as pessoas não são pessoas em si, mesmo que nomeadas e reconhecidas com um nome próprio. O sentido desse nome próprio é que lhes constitui; então, o João em (47) e em (48) é produzido, constituído no processo enunciativo que o configura por sua identificação social, aqui dada pelo Referencial adotado pelo Locutor e não pelo nome próprio que o identifica. Esse Referencial está traduzido nas expressões que são as ENIs – que é pão-duro e que é econômico.

Então, na atualização dos dizeres acerca de *João* em acontecimentos enunciativos é que

construímos o sentido, o significado desse nome próprio, não o que lhe foi dado no passado como individuação de um ser; mas aquele que foi construído socialmente na temporalidade dos acontecimentos enunciativos dos quais participou/participa, a partir da história dos dizeres sobre si e também do seu funcionamento na atualização desses dizeres, em função de um Referencial adotado pelo Locutor.

Parece-nos, assim, que a constituição dos nomes, a fim de fazê-los significar quando do seu aparecimento em enunciados, passa pelas formas de construção desses enunciados. Uma construção que não se faz apenas pelo agrupamento sintático das expressões contidas no léxico. Uma construção que, para nós, se faz com base na produção de sentidos que ultrapassa as relações de referência e de referenciação, mas que se faz com base em Referenciais, que nos possibilita melhor verificar como as construções sintáticas formadas com ENIs, utilizadas comumente pelos falantes do PB, se comportam.

Retomando o modelo atômico dos eixos enunciativos de Lacerda (2013), apresentado no Cap. 2, tomemos os enunciados

(37) A Lua, satélite natural da Terra, está muito brilhante hoje.

(38) A lua, cúmplice dos amantes, está muito brilhante hoje.

(49) A Lua, meu corpo celeste preferido, está muito brilhante hoje.

e os analisemos com vistas a esses eixos, buscando o que Lacerda (2013) chama de proeminência. Temos, no eixo enunciativo 1, a sentença proferida em acontecimento enunciativo em que duas pessoas, sentadas na beira de um cais, à noite, observam o céu e conversam. Com a entrada do Locutor-x, marcada no esquema pelo eixo enunciativo 2, percebemos uma perspectivação, um olhar desse Locutor por um Referencial específico e distinto em relação ao seu dizer.

Retomando o conceito de DSM de Lacerda (2013), vemos que em *Lua* temos um domínio referencial e memorável que nos leva, de forma quase que natural, a *satélite natural da Terra*.

Mas


O domínio referencial sobre o qual se assenta um evento deve reduzir-se ao número mínimo de variáveis convocadas a participar da constituição desse evento, tendo em vista que o presente da enunciação se encarrega de investir sobre a constituição da atualidade desse evento os elementos instados a compor o cenário da referência. (LACERDA, 2013, p. 121)

Então, em consonância com os dizeres de Lacerda (2013), “o que parece se colocar minimamente na constituição de um evento instalado” em torno do nome *Lua* “são as categorias que compõem o DSM desse nome”, ou seja, o “corpo memorável, que confere identidade de sentido às palavras e no qual a atualidade do dizer produz recortes de pertinência” (p.123).

E, devido ao DSM, temos também, em razão da historicidade de seus dizeres, como elemento constitutivo de *lua*, tomado o eixo temático-referencial, o termo *cúmplice dos amantes* que determina o acionamento de outro universo do DSM em relação a *lua*. Essa ENI, segundo nossa percepção, é que torna a constituição do sentido singular em cada enunciado, comprovante do seu caráter de essencialidade na construção do sentido dos enunciados.

Sendo assim, o acionamento do DSM, em função das ENIs utilizadas como Referencial para o nome *lua*, vai nos autorizar a pensar em diferentes Locutores para os enunciados: um L-astrônomo, p.e., para os dois primeiros enunciados e um L-apaixonado – o que não impede que seja também o astrônomo – para o último enunciado.

Por nossa percepção, o que caracterizará a distinção do sentido entre os enunciados é exatamente o eixo temático-referencial, dado, na sentença, pela ENI. Essa análise, com base nesse modelo, parece-nos confirmar o importante papel desse termo na sentença, a fim de direcionar (nos dizeres de Ducrot, 1977) para a construção do sentido do enunciado. Sendo assim, alguns dos exemplos por nós citados, estariam claramente posicionados na sentença com proeminência nesse eixo referencial temático.

Eixo temático- referencial		<p>(47) João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado.</p> <p>(48) João, que é econômico, tem muito dinheiro guardado.</p> <p>(37) A Lua, satélite natural da Terra, está mais brilhante hoje.</p> <p>(38) A lua, cúmplice dos amantes, está mais brilhante hoje.</p> <p>(49) A lua, meu corpo celeste favorito, está muito brilhante hoje.</p> <p>(50) Bruno, o ex-goleiro do Flamengo, cometeu um crime.</p>
----------------------------------	---	--

A proeminência no eixo temático-referencial nos encaminha para “uma espécie de entidade enunciativa em domínio referencial instado pelo histórico de enunciações que os elementos articuladores na constituição da sentença carregam” (LACERDA, 2013 p.119). Dessa forma, o sentido atribuído à sentença no acontecimento enunciativo está absoluta e fortemente marcado pela ENI que acompanha o nome nuclear da sentença. Em (50) o nome *Bruno*, como já vimos anteriormente, compõe uma FN com a ENI que o acompanha e, só a partir disso, é que

construímos o sentido do enunciado de forma integral, comprovando a proeminência no eixo temático-referencial. O mesmo, e mais caracteristicamente, ocorre em (37), (38) e (49) em que o nome *lua* ganha sua identificação na FN, a partir do Referencial adotado: *satélite natural da Terra* em (37), *cúmplice dos amantes* em (38) e *meu corpo celeste favorito* em (49), a ponto de podermos atribuir um Locutor-*x* a esses enunciados. Porém, é em (47) e (48) que essa proeminência se destaca, uma vez que, se do enunciado fosse retirada a ENI em ambos os casos, a sentença obtida *João tem muito dinheiro guardado* diz muito pouco acerca do nome *João*. É exatamente o Referencial adotado pelo Locutor que garante uma identificação a ele, tornando pertinente o dizer na cena enunciativa e que, inclusive, constrói uma argumentação acerca desse nome, conforme pudemos ver quando da apresentação dos procedimentos metodológicos, em que as ENIs *que é pão duro* e *que é econômico* atuam decisiva e enfaticamente na construção do sentido de quem seja esse *João*, marcando até se essa caracterização é ou não bem aceita socialmente. Portanto, podemos concluir sobre o valor essencial das ENIs na produção do sentido dos enunciados.

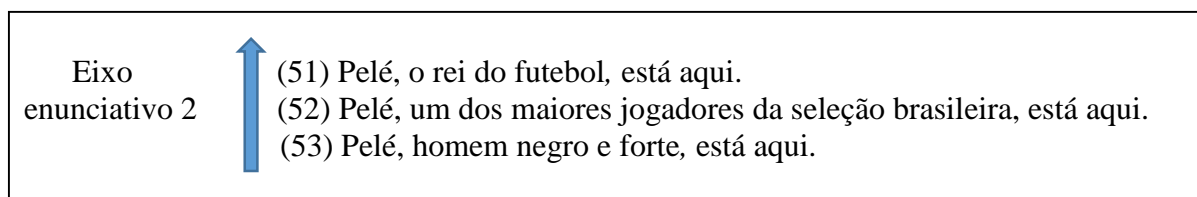
Continuando nossa análise, observemos este outro enunciado:

(51) Pelé, o rei do futebol, está aqui.

Nesse caso, teríamos uma proeminência, mas, agora, no eixo enunciativo 2, pois, embora de natureza de reescritura (nos dizeres de Guimarães, 2012), ainda assim percebemos claramente a entrada de um Locutor que realça uma característica do nome. Esse destaque poderia ter sido em relação ao time em que ele jogava, em relação às suas participações pela seleção brasileira de futebol, em relação à cor de sua pele, dentre muitas outras. A construção do sentido vai se dar, então, com base na proeminência do eixo enunciativo 2, marcado pela ENI na sentença.

(52) Pelé, um dos maiores jogadores da seleção brasileira, está aqui.

(53) Pelé, homem negro e forte, está aqui.



As ENIs que compõem as FNs atuam na construção do sentido do enunciado, dessa vez no eixo enunciativo 2, não no eixo temático-referencial. Mas isso não invalida ou diminui a importância das ENIs na construção do sentido dos enunciados.

Em contrapartida, há alguns enunciados que contêm termos dessa mesma natureza que não têm sua proeminência no eixo temático-referencial, de acordo com nossa percepção, e nem no eixo enunciativo 2. Vejamos

(54) A cidade de São Paulo é muito agitada.

A ENI *de São Paulo* que reescreve o nome *cidade* está no nível do eixo enunciativo 1 que é aquele eixo enunciativo propriamente dito. A reescrita serve como identificador do termo *cidade* não demarcando a entrada de um Locutor específico, que seria a proeminência no eixo enunciativo 2, e nem um posicionamento desse Locutor, que seria o eixo temático-referencial. O acontecimento enunciativo desse dizer não evocou nenhuma necessidade de proeminência nos outros eixos que não o eixo enunciativo 1; portanto, a ENI, nesse enunciado, tem um papel de identificador do nome na FN, também compatível com sua propriedade de ser capaz de atuar na construção de sentido desses enunciados.

Uma sentença como

(55) O medo de sair na rua, um efeito da falta de segurança pública, assola os moradores das cidades grandes.

apresenta duas ENIs: *de sair na rua* e *um efeito da falta de segurança pública*. Na primeira delas, temos uma proeminência no eixo-enunciativo 1, e, na segunda, por seu caráter avaliativo e subjetivo, percebemos a entrada de um Locutor-*x*, portanto, a proeminência se concentra no eixo enunciativo 2. Há uma percepção do que seja o *medo de sair na rua* que poderia ser pela fobia de várias naturezas psicológicas, p.e., ou por traumas vividos pela pessoa portadora do medo; enfim, foi selecionado pelo locutor um parecer acerca desse medo que pode, inclusive, não ser compactuado pelo interlocutor. Daí a sua proeminência no eixo-enunciativo 2, mas não no eixo temático-referencial, segundo nosso entendimento, já que, embora se distinga o referencial para o *medo de sair na rua*, ele não é suficiente para alterar ou se constituir numa orientação ou mesmo em um argumento que conduza o interlocutor a construir um sentido diferente para o termo anterior, assim como vimos nos exemplos (47) e (48) acerca de João.

Para continuar nosso trabalho de investigação e análise, voltemos a Carel (2010) em polifonia e argumentação, quando ela analisa as “maneiras de dizer de locutor” (p.23) e afirma que elas são “descritas por meio de dois parâmetros: a atitude discursiva do locutor e a Pessoa” (p.23). Essa forma atributiva de tratar o conteúdo, relativiza-o, como em *Segundo o médico, Pedro está bem*. Isso vale para o ponto vista, não para a Pessoa. Essa se presta a fazer comunicados como sendo a “voz do MUNDO”, nos dizeres de Carel (2010, p.24), como em *Um fato fundamental para a época que eu observo é a imersão da realeza no episcopado francês* em que o “enunciador, de certo modo sem natureza, diz o mundo sem qualquer olhar próprio. Trata-se de uma Pessoa, e mais precisamente da voz do MUNDO” (p.25).

Isso, para nós, pode ser visto como um referencial no momento da enunciação, a fim de atribuir sentido aos enunciados. Usando do modo de pensar desenvolvido por Carel (2010), acreditamos que as ENIs também podem ter essa mesma atitude discursiva de relativizar conteúdos, inclusive apresentando-os com essa “voz do MUNDO”. A fim de confirmar essa percepção, iremos analisar sentenças que envolvem essa voz do mundo em um evento social nacional quando da condenação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

4.4 Argumentando com ENIs

Para dar continuidade ao nosso modo de pensar as ENIs e corroborar a nossa hipótese de que elas atuam argumentativamente e de forma decisiva na construção do sentido dos enunciados, vejamos os exemplos a seguir, que envolvem o juiz Sérgio Moro.

(56)

Lula-2018 virou Moro do avesso

A condenação de Lula pelo juiz imparcial de Curitiba, Sérgio Moro, foi uma decisão política. Só que o Lula sabe fazer política muito melhor que o Moro... Lula pegou essa condenação política, virou do avesso e usou Moro para se lançar candidato à presidência em 2018.⁴⁸

⁴⁸ [Conversa Afiada com Paulo Henrique Amorim](https://youtu.be/BDRq0Z6UP9w), Publicado em 13 de julho de 2017, disponível em <https://youtu.be/BDRq0Z6UP9w>

O cenário no qual se configura o exemplo (56) é o de um país, o Brasil, às voltas com uma crise política em que o ex-presidente Lula – Luiz Inácio Lula da Silva – foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro por Sérgio Moro, juiz federal da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, estado do Paraná. Para muitos brasileiros, o juiz é um herói nacional que está condenando políticos e empresários poderosos com o intuito de acabar com a corrupção no país; para outros, o magistrado é parte de um golpe arquitetado para entregar o Brasil e suas riquezas na mão de empresas estrangeiras e também deixá-lo governado por políticos cujos interesses vão ao encontro de certas classes empresariais distintas daquelas que apoiavam o ex-presidente. Nessa ebulição dos fatos, a imprensa se posiciona de diferentes formas. Tomamos um viés que critica a ação do juiz para exemplificar, segundo nossa perspectiva teórica, como as ENIs atuam na construção do sentido dos enunciados. O locutor, ao dizer *A condenação de Lula pelo juiz imparcial de Curitiba, Sérgio Moro*, ele o faz utilizando uma estrutura sintática em que a descrição apositiva, nos dizeres de Borge (2003), aparece antes do nome ao qual ela se refere. Já vimos no item 3.1.1, quando a autora analisa esse tipo de construção em textos jornalísticos, que essa configuração sintática se presta a chamar a atenção para o cargo ou a posição que o indivíduo exerce e que é mais relevante que o seu próprio nome. Além dessa anteposição ao nome, o que mais chamou a nossa atenção nesse enunciado foi a ENI relativa a Sérgio Moro: *juiz imparcial de Curitiba*. Tomando o que diz Carel (2018, p.2),

Qualquer um de nossos termos contém como uma pequena narrativa, um conjunto argumentativo, que não corresponde a nenhuma realidade no mundo e constitui apenas o ponto de vista do locutor.

(...)

Nossos enunciados exprimem pontos de vistas, fundamentalmente argumentativos, nos quais é impossível isolar um núcleo puramente descritivo. Não existe, no interior do sentido de nossos enunciados, uma linha de compartilhamento entre, de um lado, a representação do mundo, e, de outro lado, a enunciação do locutor. (CAREL, 2018, p.2),

podemos afirmar que essa ENI, *juiz imparcial de Curitiba*, é argumentativa no sentido de questionar a atuação do juiz. É sabido que as decisões tomadas por juízes devem ser, incondicionalmente, pautadas pelas leis e pela justiça. Entretanto, o locutor afirma que “A condenação de Lula pelo juiz imparcial de Curitiba, Sérgio Moro, foi uma decisão política.” Se assim foi, o juiz não foi imparcial como deveria, já que sua decisão não foi pautada pela lei ou pela justiça, mas, sim, pela política. Há, então, um tom de acusação ou de ironia ao se descrever o nome *Sérgio Moro* pela ENI como *juiz imparcial de Curitiba*. A ENI traz o ponto de vista do locutor no momento em que a cena enunciativa se instaura. O DSM de *imparcial* não contempla o cunho político a uma decisão de um juiz. Outro fato a que devemos atentar é que Curitiba é

uma vara de 1ª instância, o que, segundo o ponto de vista do locutor, a deixa em posição de inferioridade em relação ao réu, um ex-presidente da República. Todos esses fatores considerados dão à ENI um poder de argumentar, conduzindo o interlocutor à conclusão de que a condenação imputada pelo juiz pode ser, no mínimo, questionada. A pertinência desse enunciado em relação ao juiz se sustenta em referenciais históricos e numa anterioridade de dizeres que o atualizam no acontecimento enunciativo de um país em crise com seus poderes constituídos sendo questionados e em descrédito. Ainda em consonância com Carel (2018), dizemos, então, que há, nesse enunciado, “encadeamentos explicitamente evocados” e outros que são “encadeamentos implicitamente evocados”, ou seja,

Os encadeamentos explicitamente evocados são aqueles ... evocados graças à significação das palavras do enunciado e graças às suas ligações.

Os encadeamentos implicitamente evocados são, por outro lado, o resultado de uma interpretação, que leva em conta a significação das palavras empregadas, mas vai além dela, apoiando-se na rede argumentativa que a linguagem estabelece no interior do léxico. (CAREL, 2018, p. 8)

Ducrot (1977) já afirmava que “o ato de tomar a palavra não é, com efeito, ao menos nas formas de civilização que conhecemos, nem um ato livre, nem um ato gratuito” (p.16). Isso acontece, porque, no ato de comunicação, os interlocutores, por razões diversas, não querem ou não podem explicitar tudo o que desejam ou precisam dizer. Então, há mecanismos dentro da língua para que se diga algo e esse algo, e mais do que ele, possam ser compreendidos. Pelo que já expusemos, acreditamos que as ENIs sejam capazes de fazer isso. Elas possibilitam que o interlocutor, se não por vias explícitas, busque no implícito, não no nível do enunciado somente, mas tendo-o como “um prolongamento do nível explícito, mas num nível mais profundo, como uma condição da existência do ato de enunciação” (DUCROT, 1977, p.17). E é dessa forma que acreditamos que a ENI *juiz imparcial de Curitiba* atua argumentativamente na construção do sentido da sentença *A condenação de Lula pelo juiz imparcial de Curitiba, Sérgio Moro, foi uma decisão política* como um enunciado motivado por uma pertinência em uma cena enunciativa cujos envolvidos dizem mais do que os encadeamentos explicitamente evocados apresentam. O referencial histórico é mobilizado na ENI e traz à tona encadeamentos implicitamente evocados por ela.

Vejamos outro exemplo, ainda em relação ao juiz Sérgio Moro.

(57)

O ex presidente Lula merece todo o apoio nacional pela postura de sua defesa na denúncia de Sérgio Moro como entreguista do Brasil aos Estados Unidos. A colaboração *daquele juiz de primeira instância* com o departamento de justiça do governo estadunidense é infração grave das leis brasileiras, que não permitem esse trâmite, configurado como traição à pátria. *Algum juiz patriótico* tem obrigação de prender Sérgio Moro e sua mulher por traição à pátria e por violação da soberania nacional.⁴⁹

A construção do termo *A colaboração daquele juiz de primeira instância* tem *daquele* e *de primeira instância* como ENIs do nome *juiz*. Segundo Carel (2018, p.10), “o encadeamento implicitamente evocado faz parte do sentido, quer seu papel na compreensão do enunciado seja acessório ou central”. Segundo a nossa perspectiva, todos os termos que compõem um enunciado são essenciais semântica e discursivamente; dessa forma, o uso de *daquele*, associado a *de primeira instância* – inclusive já comentado por nós – vem reforçar a ideia de que, conforme os dizeres de Carel (2018), “o encadeamento implicitamente evocado é criado por um processo de linguagem” (p.10) no qual os termos se prestam a orientar argumentativamente para uma conclusão a que o locutor tenta conduzir o interlocutor a construir por meio da língua. O uso de *daquele* é muitas vezes empregado com um sentido depreciativo, equivalente a mero. Isso porque “os subentendidos derivam de leis do discurso, enquanto o encadeamento implicitamente evocado é criado por um procedimento semântico que repousa na estrutura semântica geral da língua” (CAREL, 2018, p.10).

Dessa forma, ao empregar tais ENIs, o locutor desqualifica o juiz e, conseqüentemente, os seus julgamentos. Segundo Ducrot (1977), quando se usa o implícito na forma de falar e quando isso é feito conscientemente, o locutor busca trazer o interlocutor para si e para suas ideias, dirigindo o seu raciocínio, dando ao interlocutor os dados necessários, implicitamente ou não, para levá-lo à construção do sentido do enunciado. O locutor usa de enunciados que são capazes de provocar o seu interlocutor, já que o implícito não é encontrado, é reconstituído. Por isso, a Si pode, inclusive, caso queira, ser colocada na responsabilidade do ouvinte e não do falante.

“O locutor é engajado em sua enunciação”, afirma Carel (2018, p.11), e “tudo o que ele diz se apresenta como concebido no próprio momento do dizer”. Isso se confirma, se analisarmos o exemplo a seguir.

⁴⁹ Moro pode ser preso [Cartas Proféticas, por Dom Orvandil](https://www.youtube.com/watch?v=I48XUjiCES4). Publicado em 16 de mar de 2018. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I48XUjiCES4>

(58)

Na semana passada, **o presidente Michel Temer** levou uma bronca **do primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe**. O motivo era o prejuízo bilionário que vêm sofrendo as empresas japonesas que investiram em projetos da indústria naval, causado pela atuação **do imparcialíssimo juiz Sergio Moro**. Propomos, então, que se faça uma leitura do **PiG Cheiroso - é como o Conversa Afiada se refere ao jornal Valor Econômico, que traz algumas notícias que reforçam esse quadro**: - Dinheiro da repatriação não está vindo para o País (eles não querem entregar o pescoço à Vara de Curitiba) - Investimento federal desabou! (o Moro colocou todas as empresas na cadeia) E tem mais! Por exemplo, a entrevista **que o ministro do STF Gilmar Mendes** concedeu à Folha de S. Paulo. Para ele, **o juiz Moro é "formidável". Moro merece ser canonizado?**⁵⁰

Tomado o trecho *causado pela atuação do imparcialíssimo juiz Sergio Moro*, observamos esse engajamento do locutor no superlativo – imparcialíssimo – empregado na ENI que acompanha o nome *juiz*. No momento da enunciação, o que se apresenta não é apenas o seu dizer com caráter informativo, mas há também uma tomada de posição desse locutor marcada na língua em sua estruturação, mas também na evocação do que está implícito no seu dizer, tendo em vista a pertinência enunciativa desse dizer, ancorado no referencial histórico a que esse dizer está relacionado. O referencial que marca esse enunciado é o de um locutor que se vê em desacordo com a atuação do juiz. O lugar das ENIs é um lugar propenso para se colocar a avaliação do locutor acerca do nome a que elas se referem, ou seja, um espaço propenso à argumentação. Dias e Coelho (2014), quando analisando o aposto explicativo à luz da semântica da enunciação, afirmam que este é um termo que contém pistas acerca da avaliação do locutor, já que é um marcador de modalidade, além de ser um espaço argumentativo. Os autores pensam o lugar da aposição como um lugar propenso à marcação da modalidade, bem como de direcionamento para uma argumentação e o consideram “preponderante para a redundância ou a originalidade daquilo que se diz” (p.146). E isso parece se confirmar, por meio de nossa análise, no exemplo citado.

Continuando nossas observações das FNs acompanhadas de ENIs, gostaríamos de analisar outros textos veiculados na mídia recentemente ainda sobre o mesmo objeto: o juiz Sérgio Moro. Para tal, e também para encaminharmos-nos para a finalização de nosso trabalho, trouxemos à tona mais alguns exemplos e os comentamos à luz das perspectivas da semântica da enunciação.

⁵⁰ Tudo o que o Moro quebrou só na 2ª feira! *Conversa Afiada com Paulo Henrique Amorim*. Publicado em 24 de out de 2016. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=I48XUjiCES4>

(59)

Lula tem que morrer de fome

Conversa Afiada com Paulo Henrique Amorim

Publicado em 20 de jul de 2017

Três dias depois da morte da mãe de José Dirceu, Moro confiscou a casa em que ela passou os últimos anos de vida. É que **o Imparcial de Curitiba é implacável!** Agora, ele decide matar o Lula de fome. Apesar de que o patrimônio do Lula deve ser apenas uma fração do patrimônio do juiz Moro...⁵¹

Gostaríamos de lembrar, a título de reforço, que a semântica enunciativa trata da significação do que está no nível material da linguagem, ou seja, aquilo que está expresso por meio da língua e suas estruturas. No entanto, essa expressividade não precisa estar materialmente configurada, pois há a atuação de outros componentes na constituição do significado dos dizeres. Em consonância com Carel (2018), afirmamos que os nossos dizeres, o conteúdo daquilo que dizemos, não está manifestado apenas naquilo que é representado materialmente, mas também pela postura discursiva que assumimos frente ao que estamos enunciando. Além disso, segundo Dias (2013d), “do ponto de vista de uma teoria da enunciação, a materialidade linguística prescinde da presença de unidades lexicais, justamente porque ela é qualificada no plano enunciativo” (p.12) e “o enunciável se faz pertinente na relação entre traços de memória, advindos de enunciados outros, em outros tempos e lugares, e uma demanda atual, com vistas a significar o presente” (p.7). Daí falarmos em uma instância de presente do enunciar e uma instância de anterioridade do dizer. Por isso, o enunciado *É que o Imparcial de Curitiba é implacável!* adquire uma pertinência nesse acontecimento enunciativo pelo referencial histórico que temos dos dizeres de outros enunciados em que as ENIs *imparcial*, *de Curitiba* e *implacável* agregadas ao nome Moro (retomado por relações de contiguidade no texto) evocam um memorável dessas FNs cuja constituição e estruturação linguística argumentam na construção do sentido do enunciado, trazendo a ideia de um juiz desmedido em suas atitudes e julgamentos. Em análises de exemplos anteriores (56), (57) e (58) já pudemos comprovar esse referencial. O locutor do enunciado presente em (59) não nos apresenta o nome de forma limpa, desvincilhada de apreciações suas em relação a ele. Os enunciados contêm um conjunto argumentativo que revela o ponto de vista do locutor e este “pode utilizar esse conteúdo argumentativo de diversos modos, pressupô-lo ou afirmá-lo, dá-lo como seu ou como constituindo o ponto de vista do

⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7bRkh0qk3co> acesso em 12/03/2018

outro” (CAREL, 2018, p.2). Dessa forma, o sentido construído para o nome Moro, ao se constituir uma FN agregada das ENIs expressas anteriormente – Moro, o imparcial de Curitiba e implacável – é condizente com a memória de dizeres anteriores a este, tal qual o construído em (56), (57) e (58), ou seja, o de um juiz com julgamentos parciais, desmedidos, infundados. Entretanto, isso não está explicitado. Isso é evocado pela ironia que traz implícita a significação que foi desejada no ato da concepção do dizer e oferecida ao interlocutor por meio de encadeamentos que o orientavam para essa conclusão. O lugar das ENIs, como já dito, foi um lugar propenso para esse tipo de discursivização. A FN originada em (59)

(59') *Moro, o imparcial de Curitiba e implacável*

tem uma latência de futuro que possibilitou a instauração de outros enunciados, tal qual o seguinte:

(60)

Sergio Moro, o juiz parcialmente implacável

Rafael Rodrigues Escritor e jornalista

Foi publicado, na última segunda-feira (10), na Folha de São Paulo, um artigo intitulado "Desvendando Moro", de Rogério Cezar de Cerqueira Leite, professor emérito da Unicamp e membro do conselho editorial do jornal. No texto, o autor afirma que há parcialidade no julgamento de Sergio Moro - o que está mais que comprovado, a essa altura. (...)

O curioso é que Sergio Moro aplica medidas enérgicas e implacáveis apenas a elementos que têm relações com o Partido dos Trabalhadores. (...)

Eis o que escreve, a certa altura de sua resposta, o juiz parcialmente implacável: "(...) a publicação de opiniões panfletárias-partidárias e que veiculam somente preconceito e rancor, sem qualquer base factual, deveriam ser evitadas (...)".⁵²

Os trechos acima foram retirados de um artigo de opinião veiculado na mídia. Segundo os dizeres de Dias (2015c), o foco de uma semântica da enunciação não é a realização de um enunciado, mas as condições de sua atualização: referenciais históricos e pertinência enunciativa. Carel (2018, p.11) afirma que “o locutor é engajado em sua enunciação, não no

⁵² Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/rafael-rodrigues/sergio-moro-o-juiz-parcialmente-implacavel_a_21699328/. Acesso em 19/03/2018

sentido de que ele daria sua própria opinião, discutível, mas no sentido de que tudo o que ele diz se apresenta como concebido no próprio momento do dizer.” Dessa forma, podemos afirmar que agregar ENIs ao nome se constitui uma forma de o locutor se engajar e atualizar o seu enunciado em função dos referenciais e da pertinência que se apresenta para ele. O trecho do enunciado (60) *Sergio Moro, o juiz parcialmente implacável* tem um memorável em (59’). Foi essa anterioridade que sustentou o acontecimento enunciativo de (60). Já assumimos que a orientação argumentativa faz parte das regularidades na constituição do sentido dos enunciados, em conformidade com Guimarães (1987). Dessa forma, também, coadunando com Ducrot (2009), afirmamos que a maior parte das expressões, sejam elas empregadas ou não com a intenção persuasiva, comportam, no seu sentido, argumentações. Por isso, consideramos lícito dizer que as FNs (59’) e (60) formadas por nome + ENIs têm um caráter essencial e preponderante nas sentenças, devido ao seu cunho argumentativo, na construção do sentido do enunciado, em especial na significação do nome Moro.

Há em (60), também, outras FNs com ENIs. Todas elas, se apresentam como argumentação linguística por seus encadeamentos e evocações na construção do sentido desses enunciados. Vejamos:

(60-1) Rogério Cezar de Cerqueira Leite, *professor emérito da Unicamp e membro do conselho editorial do jornal...*

(60-2) o autor afirma que há parcialidade no julgamento de Sergio Moro - *o que está mais que comprovado, a essa altura.*

Em (60-1) a ENI está após o nome como forma de legitimá-lo e respaldar os seus dizeres. Ela tem caráter argumentativo nesse sentido, pois não é um articulista qualquer que emite sua opinião em um jornal, mas ele tem autoridade para falar, em função de suas qualificações apresentadas ao interlocutor por via da ENI. Segundo Bjorge (2003), quando a aposição é mais forte, ela tende a ser colocada após o nome. Não é apenas uma forma de explicitar, de determinar o nome, ou de fazer correferência, mas é uma forma de orientar o interlocutor para a pertinência do dizer do articulista que está apto para tal. Em (60-2), percebemos uma clara proeminência do eixo temático referencial, segundo o modelo de análise dos eixos enunciativos, com a presença do locutor que deixa explícita a sua posição acerca do seu dizer, mostrando a ENI como lugar propenso à marcação de posicionamentos, de acordo com o pensamento de

Dias e Coelho(2014), e, segundo nossa premissa, com forte caráter argumentativo para a construção do sentido do enunciado.

Para finalizar, queremos trazer um último recorte que fizemos de um artigo também publicado em diversas mídias.

(61)

Implacável, juiz Sérgio Moro conduz com cautela investigação Lava Jato

Por Caroline Stauffer

CURITIBA (Reuters) - Em um país com grandes casos legais que muitas vezes se arrastam por mais de uma década e abruptamente se desmoronam em tecnicidades, **o homem que lidera um inquérito da operação Lava Jato, que envolve a Petrobras,** é descrito por aliados e até mesmo rivais como **a pessoa certa para a tarefa.**

Meticuloso, formal e reservado, o juiz federal Sérgio Moro tem atuado com sucesso em notórios casos de lavagem de dinheiro por 11 anos, e escreveu um livro sobre o assunto após estudar nos Estados Unidos.

Moro, de 42 anos, está agora avançando com um caso que já resultou em dezenas de **prisões de executivos de grandes empresas de construção pesada e de petróleo, que ameaça abalar a economia** (...)

Mas **Moro, um leitor voraz que às vezes vai de bicicleta ao trabalho,** fez cursos na escola de direito de Harvard e **ensina legislação criminal às sextas-feiras,** não deu muitos sinais de que pode escorregar.

“Ele torna difícil o trabalho dos advogados aqui”, admitiu Antonio Figueiredo Basto, que representa um dos principais réus no caso. Ele chamou **Moro de “correto, rigoroso e firme”** após um depoimento esta semana em Curitiba. (...)

A experiência levou **Moro “a ser ainda mais diligente, mais cuidadoso”** para que seu trabalho seja mantido nas cortes mais altas, disse Anderson Furlan, **um juiz que fez faculdade com Moro e o conhece há anos.** (...)⁵³

Esse texto foi publicado logo quando a investigação começou a ganhar notoriedade e Dilma Roussef ainda era a presidenta do Brasil. Essa observação do cenário em que o enunciado circulou se faz importante para observarmos a pertinência dos dizeres em relação ao juiz e a construção do sentido para ele que é orientada pelo locutor. As vozes que são chamadas a aparecer no texto, constituem locutores-*x* que vão atuar de maneira argumentativa para o significado das FNs e do texto como um todo.

⁵³Disponível em: <https://reuters-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/152844897/implacavel-juiz-sergio-moro-conduz-com-cautela-investigacao-lava-jato>. Acesso em 18/03/2018

Queremos chamar a atenção para as descrições que aparecem no texto. Para Bjorge (2003), a aposição descritiva perspectiva o termo sobre o qual a aposição incide. E há casos em que essa aposição descritiva se presta a dar um toque irônico em relação ao termo a que se refere. Sarmiento Lima (2017) afirma que o aposto “permite ao enunciador emitir opiniões” e estas, com certeza, interferirão na significação do enunciado como um todo. Sendo assim, com esse pensamento é que olhamos para as ENIs seguintes

(61-1) *Meticuloso, formal e reservado*, o juiz federal Sérgio Moro tem atuado com sucesso em notórios casos de lavagem de dinheiro por 11 anos, *e escreveu um livro sobre o assunto após estudar nos Estados Unidos*.

(61-2) Mas Moro, *um leitor voraz que às vezes vai de bicicleta ao trabalho, fez cursos na escola de direito de Harvard e ensina legislação criminal às sextas-feiras*, não deu muitos sinais de que pode escorregar.

(61-3) “Ele torna difícil o trabalho dos advogados aqui”, admitiu Antonio Figueiredo Basto, *que representa um dos principais réus no caso*. Ele chamou Moro de “*correto, rigoroso e firme*” após um depoimento esta semana em Curitiba.

(61-4) Moro “a ser ainda *mais diligente, mais cuidadoso*” ... Anderson Furlan, *um juiz que fez faculdade com Moro e o conhece há anos*.

As ENIs destacadas nas sentenças acima têm proeminência no eixo temático-referencial e suas descrições, devidamente selecionadas no ato da enunciação, se prestam a emitir pareceres subjetivos dos locutores com o intuito de orientar o interlocutor para o sentido a ser construído para os nomes aos quais se referem. cremos já ter demonstrado como isso ocorre nas análises anteriores que apresentamos neste trabalho até então. Queremos com esses destaques corroborar o forte cunho argumentativo das ENIs nos lugares ocupados por elas na FNs. A pertinência enunciativa no acontecimento de que fazem parte os enunciados se sustenta nos referenciais estabelecidos na forma de apresentação das sentenças. Em consonância com Sarmiento Lima (2017), afirmamos que as ENIs, bem delineadas, é que argumentam e que “como quem não quer nada” deflagram o sentido do enunciado. As ENIs (i) *após estudar nos Estados Unidos*, (ii) *que às vezes vai de bicicleta ao trabalho*, (iii) *juiz que fez faculdade com Moro e o conhece há anos* são claros exemplos disso, bem como (iv) *Moro, de 42 anos*. Para Carel (2002), certas qualificações não tem utilidade referencial, pois não limitam o alcance do objeto (cegonha de bico longo X cegonha de bico quebrado). Mas, para nós, em função do acontecimento enunciativo, da situação na qual ele está envolvido, da pertinência do enunciado, mesmo essas qualificações tidas como desnecessárias, traduzidas em ENIs, elas

se fazem argumentativas. Elas orientam a construção do sentido do nome. Mesmo não tendo sido empregadas claramente com essa finalidade ou intenção, elas comportam, por seu memorável e pela forma como foram articuladas nas sentenças, viés argumentativo que orienta o significado do enunciado.

Por tudo isso que dissemos e mostramos ao longo desse trabalho, esperamos ter confirmado a nossa tese do caráter não acessório dos termos a que chamamos de ENIs e de sua essencialidade, se percebidos com os olhos da semântica da enunciação como sendo fundamentais para a construção do sentido das sentenças nos enunciados em que aparecem.

5 FECHANDO AS CORTINAS

Quando iniciamos esta Tese, o nosso objetivo geral era fazer uma análise semântica de sentenças no português do Brasil (PB), cujas estruturas apresentassem uma Formação Nominal (FN), em especial formações com nomes próprios, acompanhadas de determinantes, principalmente do tipo aposto e/ou adjuntos nominais. Para cumprir essa tarefa, pretendíamos: (i) analisar semanticamente algumas sentenças coletadas no livro *Indefensável: o goleiro Bruno e a história da morte de Eliza Samúdio*, cuja estrutura sintática seja composta de nomes próprios e/ou comuns acompanhados de aposto e/ou adjuntos adnominais; (ii) analisar, utilizando o conceito de Referencial, os significados e sentidos possíveis atribuídos às Formações Nominais compostas por nomes acompanhados de aposto; (iii) mostrar a importância do aposto como elemento constitutivo da sentença na construção de referenciais e de significado das estruturas em que esse termo aparece, e (iv) comprovar, tendo como base os estudos semânticos enunciativos, o caráter não-acessório do aposto na construção de referenciais e na produção de sentido das sentenças do PB. Nós acreditávamos ser necessário um estudo dessa natureza, uma vez que a grande maioria das pesquisas e análises existentes não contemplavam, ao nosso ver, o aspecto semântico da língua de maneira que nos satisfizesse. E também, por termos na semântica enunciativa, conceitos ainda não explorados nos estudos linguísticos, tais como os de Formação Nominal, Referencial histórico e Pertinência enunciativa. Por isso, iniciamos a nossa atividade de pesquisa e análise, tentando responder algumas questões que nos incomodavam em nossa vida acadêmica e profissional quando do trato com a língua.

Partimos de perguntas como: (i) para que serve um aposto?; (ii) em que situações comunicativas o aposto é empregado?; (iii) o que faz com que um falante empregue diferentes tipos de aposição em seu dizer?; (iv) o que motiva a escolha dentre os vários tipos de aposição?; (v) o aposto é capaz de expandir, de modificar e/ou alterar o foco da informação dada no enunciado?; (vi) por que o falante, em relação a nomes próprios, usa de aposição em relação a esses nomes e o que é essencial se colocar nessa aposição?; (vii) em termos semânticos, qual o escopo de estruturas compostas por aposição: o termo principal ou o aposto?; (viii) em termos de referencialidade, os dois elementos fazem a referência ou é a construção como um todo? Tentando respondê-las, achamos necessário, de início, reportarmo-nos à celeuma existente em relação à classificação sintática de termos como o adjunto nominal e complemento nominal. E, até esse momento, coadunamos com Trindade Guimarães (2017), que propõe que os adjetivos e convergentes diretamente ligados aos substantivos sejam, todos eles, chamados de adjuntos

adnominais, por razões já explicitadas no item 1.2 deste trabalho. Em seguida, fizemos uma busca em alguns estudos acerca da aposição já realizados em algumas línguas estrangeiras, item 3.1.1, e em outros aqui no Brasil, item 3.1.2, contemplando correntes teóricas de naturezas diversas, a fim de encontrar respostas aos nossos questionamentos. Encontramos muitos pontos que se entrecruzavam com nossas perspectivas, mas que ainda não satisfaziam nossas inquietações e nem confirmavam de maneira mais contundente ou refutavam algumas de nossas hipóteses, de forma a nos contentar, tais como: (i) a aposição é empregada pela necessidade que o falante tem de construir mais do que um referente, mas sim, criar uma identificação do nome a que se refere, tal qual em (1) *A Paris da minha infância não existe mais*; (ii) parece haver uma marcação de posicionamento do falante, como em (2) *Rui, morador de rua, pessoa digna da nossa piedade, está muito doente* em contraposição a (XVIIa) *Rui, morador de rua, um drogado e bêbado, está muito doente*; (iii) mesmo sendo próprios, alguns nomes precisam, por razões de ordem enunciativas, de especificação e/ou determinação, como em (3) *De agora em diante, eu quero ser chamado de “Calvin, o corajoso”* e (36) *E como fica “Calvin, o desordenado?”*; (iv) a aposição existe por razões de ordem social de renomeação ou até mesmo de direcionamento da interpretação do nome ao qual se referem, tal qual no caso do Calvin, visto acima e detalhado no item 4.1 de nossa análise, como também em (4) *O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime*, e (42) *O goleiro Bruno Fernandes de Souza vai passar a cumprir a pena de 22 anos ...”*. Por isso, achamos necessário continuar investigando o fenômeno da aposição, mas tendo outras bases para investigação, já que ainda não estávamos convencidos e nem tínhamos respostas suficientes para o nosso entendimento desse aspecto linguístico.

Durante esse processo de investigação, percebemos que muito do que se tratava em relação ao fenômeno da aposição era em termos sintáticos. Compreendemos isso, mas, como pretendíamos fazer uma investigação com os olhos da semântica, percebemos que, não só os termos tratados pela tradição gramatical como apostos ou orações apositivas, mas também outros comportavam-se, semanticamente, como tal. Dessa forma, nós juntamos apostos, orações apositivas, orações relativas – restritivas ou explicativas -, adjuntos adnominais, complementos nominais, predicativos e até alguns adjuntos adverbiais numa categoria semântica a qual denominamos de Estruturas Nominais de Inserção – ENIs e a explicamos no item 1.4. Assim, consideramos, para efeitos de nossa análise, como ENI, estruturas do tipo (i) *A Paris da minha infância não existe mais*.; (ii) *Rui, morador de rua, pessoa digna da nossa piedade, está muito doente*.; (iii) *O goleiro Bruno, ex-jogador do Flamengo, cometeu um crime*.; (iv) *Lucas tem um*

plano macabro.; (v) *As crianças sentem muito medo de bruxas.*; (vi) *As pedras, que são duras, também podem ser esculpidas.*; (vii) *O carro novo que comprei é muito bonito e confortável.*; (viii) *Moro na segunda rua à direita, na Bernardo Guimarães, perto de você.*; (vix) *Chuva coloca zona leste e marginal Tietê, em SP, em alerta.* Ressaltamos que essa proposição de categoria é em observância ao caráter semântico das estruturas que acompanham um nome, convergindo para ele de forma indicativa e posicional, no dizeres de Dias (2018), a fim de agregar-lhe sentidos, informações, valores e referenciais.

Para isso, trabalhamos com uma Semântica de bases enunciativas que percebe a enunciação “como um acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado” (GUIMARÃES, 1989). O enunciado é a produção discursiva nas práticas sociais dos indivíduos. Esses enunciados são atualizados nos acontecimentos enunciativos dos quais fazem parte, em função de uma pertinência enunciativa e sustentados pelos referenciais históricos que participam da situação enunciativa. Visando compreender isso, delineamos, na Seção 2 o referencial teórico que utilizamos ao longo desse trabalho. Sustentamo-nos nos preceitos advindos de Ducrot, Carel, Guimarães, Lacerda e Dias em vários momentos de seus estudos e trabalhos, especificando semântica e acontecimento enunciativos, tratando de conceitos por eles desenvolvidos, como os de cena enunciativa, formação nominal, rede enunciativa, referencial histórico e pertinência enunciativa. Concentramo-nos no item 2.1.2 nos estudos a respeito da argumentação na língua, segundo os pressupostos de Guimarães, Ducrot e Carel, pois foi, com base nesse viés, que conduzimos a nossa investigação das ENIs como estruturas agregadas ao nome, em especial o nome próprio.

À luz desses conceitos e baseados em modelos de análise semântico-enunciativos desenvolvidos por Lacerda (2013) – proeminência de eixos constitutivos das sentenças – e por Dias (2018) – convergências indicativas e posicionais de um nome –, usando o fundamento metodológico de redes enunciativas, submetemos o *corpus* delimitado para nosso trabalho à análise no capítulo 4. Sentenças como (47) *João, que é pão-duro, tem muito dinheiro guardado* e (48) *João, que é econômico, tem muito dinheiro guardado* foram analisadas e constatamos que aquelas hipóteses por nós anteriormente suscitadas não só se confirmaram, como também, em função da perspectiva teórica adotada, conduziram-nos a outras conclusões como a de que as ENIs são capazes de perspectivar o nome ou o termo ao qual se referem através da descrição desse nome, constituindo um referencial sobre ele, capaz de alterar/modificar o significado dado a esse nome. O João se constrói significativamente para o interlocutor, a partir do referencial

“pão-duro” ou “econômico” que lhe é atribuído pelo locutor no enunciado, pela ENI. O mesmo acontece com o nome *lua* que tem o seu memorável evocado no momento de sua atualização no acontecimento enunciativo, capacitando o interlocutor a construir o sentido adequado à situação comunicativa em que ele ocorre, em razão da ENI que lhe é agregada. Isso ficou comprovado a partir da análise dos exemplos (37) *A Lua, satélite natural da Terra, está muito brilhante hoje*, (38) *A Lua, cúmplice dos amantes, está muito brilhante hoje* e (49) *A Lua, meu corpo celeste favorito, está muito brilhante hoje*. A proeminência no eixo temático-referencial mostra não só a incidência do locutor no enunciado, mas também o referencial adotado por ele para a constituição do enunciado, dando ao nome *lua* o sentido evocado pela ENI.

Segundo Guimarães (1987), a orientação argumentativa faz parte das regularidades na constituição do sentido, e, para Ducrot (2009), a maior parte das expressões, sejam elas empregadas ou não com a intenção persuasiva, comportam, no seu sentido, argumentações. E foi seguindo essa linha de pensamento que submetemos à análise enunciados do nosso *corpus* referentes ao nome Bruno, publicados no livro “Indefensável”, bem como alguns produzidos na mídia. A nossa intenção era comprovar o caráter argumentativo nesses enunciados, marcados por aspectos linguísticos, no caso aqui em questão, as ENIs. Dessa forma, percebemos que ENIs agregadas ao nome Bruno em diversas FNs constituíam o referencial adequado para a construção do sentido, tanto do nome Bruno, como do enunciado com um todo, no papel de orientadores dessa construção de significados. Assim, Bruno era visto por múltiplos referenciais, dando a ele um caráter multifacetado, interessante e propício para que o interlocutor criasse a imagem e construísse o sentido de Bruno como culpado ou não pelos atos dos quais fora acusado, porque o cenário em que se configura, apesar do julgamento terminado e a condenação decretada, é o de dúvida de Bruno ter ou não a capacidade de ter participado de um ato criminoso. Enunciados exemplificados no Quadro 3 foram submetidos à análise, a partir da convergência indicativa deles ao nome Bruno, a fim de observarmos como esses referenciais atuavam na e orientavam a construção desse sentido para Bruno Fernandes das Dores de Sousa. Então, sentenças como: (i) *Uma justa homenagem ao homem que fechava o gol do Flamengo. O goleiro. O capitão. O herói*; (ii) *Melhor goleiro do Brasil: Bruno*; (iii) *o paredão rubro-negro – referência para uma geração de futuros goleiros*; (iv) *Aquele rapaz, de infância humilde e história sofrida, sonhava alto*; (v) *Bruno estava se escondendo de mim, envergonhado porque não tinha um centavo para o meu presente*; (vi) *O goleiro costuma pegar no pé dos colegas, era um menino grande*; (vii) *Bruno sempre fora dos mais empenhados em resolver os problemas dos jogadores*; (viii) *O bombeiro Bruno ganhava mais uma vez créditos*

com a direção do clube. Não era só um capitão. Era um líder; (ix) Bruno era responsável e atencioso com a família; (x) Não fosse o temperamento explosivo dentro e fora de campo, Bruno possivelmente não estaria no Brasil; (xi) Bruno reagiria. E de maneira intempestiva, mais uma vez; (xii) Seu jeito bipolar; (xiii) Bruno era encrenqueiro; (xiv) Mas sempre foi muito esquentadinho; (xv) O menino – que volta e meia se metia em confusão – ficou assustado; (xvi) Bruno estava focado. Tinha uma personalidade forte; (xvii) Bruno, com extrema frieza, parecia desligado da realidade, situado entre a arrogância e a displicência, vivendo num mundo particular, capaz de ignorar até mesmo a postura que se espera de um jogador...; (xviii) uma de suas marcas era a postura sempre soberana e autoconfiante – para muitos de frieza excessiva; (xix) Ele jamais ia dizer que estava sem dinheiro, era orgulhoso demais para isso; (xx) Bruno, imaturo, deixa-se influenciar pelos companheiros; (xxi) O sucesso transformara o menino franzino, humilde e carinhoso em um homem bonito, (aos olhos das concorrentes), endinheirado e arrogante; (xxii) deslumbrado aquele pendor farrista se refinaria; (xxiii) Bruno era um sujeito deslumbrado, mentiroso; (xiv) Bruno, cabisbaixo, entrou no plenário... e (xxv) ... cumprindo ordem de prisão, mas de cabeça em pé, nariz empinado e ar blasé, foram analisadas e chegamos à conclusão de que nossas hipóteses anteriores foram corroboradas, inclusive a que foi validada para o nome *lua*. Mas, além dessas, concluímos também que FNs com ENIs que convergem para o nome, têm nas ENIs argumentos que orientam para a construção do sentido desses nomes e do enunciado como um todo na situação comunicativa em que aparecem. A argumentação na língua se faz presente e tem as ENIs como fortes lugares para essa construção argumentativa e orientadora dos dizeres.

Por fim, coletamos mais exemplos veiculados na mídia e observamos como as ENIs que acompanhavam o nome Moro, atuavam na construção do sentido dos enunciados. Através dos encadeamentos, quer explícitos ou implícitos, analisamos o domínio semântico memorável que era evocado pelas ENIs, a fim de atuarem na orientação argumentativa da FN ou mesmo do enunciado no qual essas estruturas estavam presentes. O caráter argumentativo construído linguisticamente pareceu-nos ser evidente, quando analisamos os exemplos (i) A condenação de Lula pelo juiz imparcial de Curitiba, Sérgio Moro, foi uma decisão política; (ii) A colaboração daquele juiz de primeira instância com o departamento de justiça...; (iii) ... causado pela atuação do imparcialíssimo juiz Sérgio Moro; (iv) É que o imparcial de Curitiba é implacável; (v) Sérgio Moro, o juiz parcialmente implacável; (vi) Meticuloso, formal e reservado, o juiz federal Sérgio Moro tem atuado com sucesso...; (vii) Moro, 42 anos, está agora avançando...; (viii) Mas Moro, um leitor voraz que às vezes vai de bicicleta ao trabalho,

fez cursos...; (ix) Ele chamou Moro de “correto, rigoroso e firme”; (x) *A experiência levou Moro “a ser ainda mais diligente, mais cuidadoso.* As ENIs que convertem para o nome Moro argumentam em favor da construção de um sentido que foi orientado pelo locutor, quando na enunciação concebeu os enunciados, fazendo-os pertinentes no acontecimento enunciativo do qual faziam parte, a partir dos referenciais que se faziam presentes nos enunciados através dessas ENIs. Novamente as hipóteses que tínhamos desde o início se confirmam e ainda julgamos ter sido capazes de também confirmar como FNs com ENIs agregadas a elas atuam de forma a orientar argumentativamente na construção do sentido dos enunciados.

Por tudo isso, julgamo-nos em condições de, agora, responder de maneira satisfatória as perguntas que nos fazíamos antes de iniciar esse trabalho investigativo e analítico. Não só o aposto, como também outras ENIs, servem para, além das atribuições sintáticas que lhe são descritas pela tradição gramatical, em termos semânticos, identificar um nome, marcar um posicionamento do locutor, renomear ou direcionar a interpretação do nome ao qual se ligam, construir um referencial adequado para a construção do sentido do enunciado, garantir ou assegurar a pertinência de um dizer quando da sua atualização num acontecimento enunciativo, perspectivar o termo sobre o qual a aposição incide e orientar argumentativamente para a construção do sentido dos enunciados. As situações comunicativas em que o aposto é empregado são todas aquelas que o requeiram, a fim de tornar o enunciado compreensível para o interlocutor, não havendo situação de impedimento para o emprego dessa estrutura sintática. O que motiva a escolha dentre os vários tipos de aposição são as de ordem enunciativas e que se prestam ao objetivo do locutor frente ao enunciado, em razão da pertinência do seu dizer, já que as ENIs são capazes de expandir, de modificar e alterar o foco da informação dada no enunciado. Assim, o locutor, em relação aos nomes próprios, usa de aposições e nelas coloca os dados que lhe servem para a construção de referencial adequado, para marcar seu próprio posicionamento, para perspectivar o nome a que se refere ou para orientar argumentativamente o seu dizer. Em termos semânticos, o escopo das estruturas compostas por aposição, é o da estrutura como um todo, sendo as ENIs agregadas ao nome, responsáveis pela construção do sentido da FN em grande parte delas. E, por fim, respondendo à última pergunta, em termos de referencialidade, em grande parte dos casos, ela está marcada na ENI.

5.1 Preparando o próximo ato

Dessa forma, acreditamos, com esse trabalho, ter contribuído para que outro *status* seja dado ao aposto, principalmente, – mas também de estruturas que se comportam como ele nas sentenças, as ENIs, – que não a de termos acessórios. Demonstramos a importância das ENIs na construção do sentido dos enunciados dos quais elas fazem parte. Esse estudo não tem a pretensão de se esgotar em si mesmo. Acreditamos ainda ser possível investigar, por exemplo, se existem ENIs que se portam menos ou mais orientadoras em relação a outras, num contínuo argumentativo. Talvez seja esse o caminho para a nossa próxima investigação. Por agora, desejamos que o nosso trabalho lance uma luz e uma nova forma de olhar as ENIs e que, como profissionais da área da educação, possamos levar para a área do ensino – e não deixar só na esfera acadêmica – o resultado de nossas pesquisas. Em muitos momentos em sala de aula, deparamo-nos com dificuldade de explicar a nossos alunos como um termo que é capaz de perspectivar, de conduzir a interpretação de outro, de alterar o seu sentido, de argumentar, de marcar o posicionamento do locutor possa ser considerado como não essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACUÑA-FARIÑA, Juan Carlos. *On apposition. English Language and Linguistics* 3.1. Cambridge University Press, 1999. p. 59-81

ALI, M. Said. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

ANAIS DO SETA, Número 3, 2009: 166, disponível em <http://espea.iel.unicamp.br/revista/index.php/seta/article/view/584/397>

ANSCOMBRE, J.C. & DUCROT, O. "*L'argumentation dans la langue*". In: *Langages* (Argumentation et discours scientifique). Paris: Didier – Larousse, nº 42, Jun, 1976.

ARAUJO, Marizeth Faria dos Santos. *Aposto, um mecanismo linguístico discursivo em textos publicitários*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, 2005. 97p.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 3ªed. São Paulo: Publifolha, 2010.

_____. *Iniciação à sintaxe do português*. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a.

_____. *Fundamentos de gramática do português*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000b.

_____. O aposto e o intertexto. In: PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BJORGE, Anne Kari. The explicitation of paper names in expository news texts. *International Journal of Applied Linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., vol. 13, n.1, 2003, p.115-138.

BLAKEMORE, Diane. Apposition and affective communication. *Language and Literature*. London: SAGE Publications, vol. 17(1), 2008, p.37-57.

BRÉAL, Michel. *Ensaio de Semântica*. Campinas. 2ª ed: Editora RG, 2008

CAREL, Marion & DUCROT, Oswald. Conferências 5, 6 e 7. *La semântica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semânticos*. México: Ediciones Colihue, 2005, p.115-162.

CAREL, Marion. Argumentação interna aos enunciados. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v.37, n.3, p.27-43, setembro 2002.

_____. O que é argumentar? *Desenredo - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo, v.1, n.2. p.77-84, jul./dez.2005.

_____. Polifonia e argumentação. *Desenredo - revista do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*. Passo Fundo, v.6, n.1. p. 22-36, jan./jun.2010.

_____. As argumentações enunciativas. *Letrônica*. Porto Alegre, v.11, n.1, 2018 (no prelo).

CUNHA, Celso & LINDLEY CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

_____. *Gramática da língua Portuguesa*. 11ª Ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: FAE, 1986.

DALMASCHIO, Luciani. O acontecimento enunciativo na perspectiva da semântica da enunciação. In: *1º CIELLI - Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários e 4ª CIELLI - Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários*, 2010, Maringá. Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários - CIELLI / Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários - CIELLI. Maringá: UEM-PLA, 2010. p. 1-13.

DELEUZE, Gilles. *Diferença e Repetição*. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. 2.ed. São Paulo: Graal. 2006.

DIAS Luiz Francisco & COELHO, Sueli Maria. Regularidades sintáticas e determinações enunciativas: uma abordagem do aposto explicativo. In: SANTOS, Hélder Sousa & ASSUNÇÃO, Karina Luiza de Freitas (orgs). *Enunciação & Discurso, Língua e Literatura*. Curitiba: Editora Prismas, p. 131-148, 2014.

DIAS, Luiz Francisco & TRINDADE GUIMARÃES, Igor Caixeta. Complementação e Adjunção: dois procedimentos de determinação nas formações nominais. In: SILVA, S.M.S da; MACHADO, C.de P. (orgs) *Estudos dos Sentidos na Semântica e no Discurso*. São Carlos: Pedro e João Editores, p.41-58, 2013.

DIAS, Luiz Francisco. Problemas e desafios na constituição do campo de estudos da transitividade verbal. In: Maria Elizabeth Fonseca Saraiva; Janice Helena Chaves Marinho. (Org.). *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte (MG): Núcleo de Estudos da Língua em Uso, p. 101-122, 2005.

_____. Novas perspectivas no ensino de gramática na escola: o estatuto do exemplo em questão. In: OLIVEIRA, S.E. & SANTOS, F.J. *Mosaico de linguagens*. Campinas: Pontes, p. 43-53, 2006a.

_____. Enunciação e regularidade sintática. *Cadernos de Estudos Linguísticos (UNICAMP)*, Campinas, v. 51, p.7-30, 2009.

_____. Formações nominais designativas da língua do Brasil: uma abordagem enunciativa. *Letras*. Santa Maria, n.46, p.11-22, 2013a.

_____. A “língua cidadã” em questão: uma abordagem enunciativa. IN: BRESSANIN et.al. (orgs.) *Língua e interpretação: a institucionalização dos dizeres na história*. Campinas: RG, p. 211-222, 2013b.

_____. Pertinência enunciativa e sustentação referencial: nos limites do sintático e do semântico. *Desenredo*. Passo Fundo, v.9, n. 2, p. 375-384, 2013-c.

_____. Enunciação e forma linguística. In: *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo

Horizonte, v. 21, n.1, jan-jun 2013d.

_____. Língua e nacionalidade no Brasil na primeira metade do século XX. In: *Polifonia*, Cuiabá, v.22, n 31, jan-jul 2015b.

_____. Acontecimento enunciativo e formação sintática. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas, n 35, 2015c, p. 99- 138.

_____. Sentido e enunciação: a atualidade do conceito de acontecimento na semântica. In: *Estudos da Língua(gem)*. Vitória da Conquista, v.13, n 1, p. 229-248, 2015d.

_____. Enunciar o ininteligível. In: MARIANI, B.S.; MOREIRA, C.B. (orgs.) *O indizível, o ininteligível e o imperceptível: o sujeito contemporâneo e seus arquivos*. Niterói: EDUFF, 2016, v.1, p.124-142.

_____. Nomes de cidades de Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T. M.; DI RENZO, A. M.; BRESSANIN, J.A.; KARIM, J. M. (orgs) *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico enunciativo do Mato Grosso (fase I)*. Campinas: Pontes, 2016, p.189-208.

_____. O funcionamento do vocativo: uma abordagem da enunciação. In: *Domínios de lingu@gem*. Uberlândia, v.11, n.4, 2017. p.1136-1151.

_____. *Enunciação e Relações Linguísticas*. Campinas, 2018 (no prelo).

_____. Da composição nominal à Formação Nominal: forma linguística e enunciação. In: AUGUSTINI, C. *Homenagem a Benveniste*. Uberlândia: Editora da UFU, 2018a (no prelo).

_____. Identificações do Mato Grosso: uma abordagem enunciativa. In: KARIM, T.M.; GUIMARÃES, E.; DIAS, L.F. (orgs) *Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico enunciativo do Mato Grosso (fase II)*. Campinas: Pontes, 2018b (no prelo).

DUCROT, Oswald. *Princípios de semântica linguística (dizer e não dizer)*. São Paulo: editora Cultrix, 1977, p.9-33.

_____. Esboço de uma teoria polifônica da enunciação. In: DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Fontes, 1987.

_____. Argumentação retórica e argumentação linguística. *Letras de Hoje*. Porto Alegre. V.44, n.1, p.20-25, jan./mar. 2009.

FEDATTO, Carolina Padilha. *Um saber nas ruas: o discurso histórico sobre a cidade brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

FERREIRA, Ana Claudia Fernandes. *Um percurso pela história da semântica da enunciação*. Web revista discursividade. Campo Grande, Edição n.9, Janeiro/Maio -2012. Disponível em <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/09.htm>

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. *A ordem do discurso*. 22ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GARY_PRIEUR, M.N. Quand le référent d'un nom propre se multiplie. *Modèles Linguistiques Lile*, v.22, tomo XI, p.119-133. [Trad. Bras. REZENDE, Aureliano M. *Quando o referente de um nome próprio se multiplica*.]

GAVAZZI, Sigrid (org.). *Texto e discurso – mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos&duelos*. 2ª ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. Enunciação, polifonia, argumentação. In: *Texto e Argumentação: um Estudo de Conjunções do Português*. Campinas: Pontes, 1987.

_____. Enunciação e História. *História e Sentido na linguagem*. Campinas: Pontes, 1989, p. 71-79.

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas: Pontes, 2002.

_____. *A Palavra: Forma e Sentido*. Campinas: Pontes, 2007.

_____. *Texto e Argumentação: um Estudo de Conjunções do Português*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Quando o eu se diz ele – análise enunciativa de um texto de publicidade. *Revista Anpoll*, Vol. 1, N. 29, 2010, p. 15-40.

_____. Aposto e Nome Próprio. *Entremeios: revista de estudos do discurso*. n.5, jul/2012. Disponível em <http://www.entremeios.inf.br/published/99.pdf> acesso em 04/09/2013 às 20:48

_____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 4ª ed. Campinas: Pontes Editores, 2017.

HERINGA, Herman. A multidominance approach to appositional constructions. *Língua*, N.122, 2012(1), p. 554-581. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/search?authors=Heringa&pub=Lingua&volume=122&show=25&sortBy=relevance>

KURY, A. G. *Novas lições de análise sintática*. São Paulo: Ática, 1985.

Kleizer, Evelien. The discourse function of close appositions. *Neophilologus*, n.89, 2005, p. 447-467.

LACERDA, Priscila B.G. Bases sintáticas da enunciação em português: uma proposta sobre o adjunto adverbial. *Tese de Doutorado*. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

LADEIRA, Emiliana da C. O lugar do “sujeito indeterminado” sob uma abordagem enunciativa. *Dissertação de Mestrado*. Belo Horizonte, UFMG, 2010.

LEITÃO, Leslie; SARAPU, Paula; CARVALHO, Paulo. *Indefensável*. Rio de Janeiro: Record,

2014.

SARMENTO LIMA, Roberto. O aposto um termo cheio de truques. *Revista Conhecimento Prático Língua Portuguesa*. ISSN 19843682, ed. 64. Editora Scala, 2017.

LIMA, Rocha. *Gramática narrativa da Língua portuguesa*. 22ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

LOMSON, Tatiana Maria Silva Coelho. Aposições restritivas no português brasileiro escrito contemporâneo: análise e formalização no modelo da gramática descritivo funcional. *Tese de Doutorado*. Fortaleza, UFC, 2016.

LOOK, Rudy & O'CONNOR, Kathleen M. The Discourse Functions of nonverbal Appositives. *Journal of English Linguistics*. SAGE publicações, 41(4), 2013 p. 332-358.

MASSON, Solange Passos. O aposto na (re) construção de referentes. *Cadernos do CNFL*. Rio de Janeiro: CEFIL, 2009, v.XII, n.12, p.76-89.

MELUCCI, Alberto. *O Jogo do Eu: a mudança de si em uma sociedade global*. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

MORAES, Lygia Corrêa Dias de. Da conversação à gramática: a natureza do aposto. *Alfa*. São Paulo, n. 44, 2000, p. 247-260.

NOGUEIRA, Márcia Teixeira. Construção apositiva e recategorização metafórica. *Revista Veredas on line*. Juiz de Fora, 2/2011. p. 179-189.

PERINI, Mário A. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2002.

PÉREZ, Carlos Muñoz. Sobre la estructura sintagmática de la aposición explicativa. *Boletín de Filología*, tomo XLII, número 2 (2012). P. 133-148.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

ROCHA, Lúcia Helena Peyton da. & DAMASCENO, Gesieny Laurett Neves. Análise multissistêmica das construções apositivas em artigos de opinião. *Revista (Con) Textos Linguísticos*. Vitória, v.9, n.12 (2015), p. 124-148.

SCHEPPERS, Frank. Thème, apposition, Prédication seconde une approche ultra-lexicaliste et ultra-sémanticiste. *Cículo de Linguística Aplicada a la Comunicación (clac)*. Madrid, 9/2002, p.55-74.

SILVA, Claudiene Diniz da. Hashtags sob o viés da semântica da enunciação. *Tese de Doutorado* (Inédita). Belo Horizonte, UFMG, 2017.

SOUZA DIAS. *Lógica do Acontecimento: Deleuze e a Filosofia*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, p.89-112.

TRINDADE GUIMARÃES, Igor Caixeta. A articulação do adjetivo nas formações nominais: uma abordagem sintática de bases enunciativas. *Tese de Doutorado* (Inédita). Belo Horizonte, UFMG, 2017.